

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XIX - N.º 19 / 2018

2 de outubro de 2018



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 2 de outubro

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

	Página
CÂMARA MUNICIPAL	
18.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 19 de setembro de 2018	
Pontos a retirar da ordem do dia da presente reunião	7
Ata da 10.ª Reunião Ordinária de 2018	7
3.ª Revisão Orçamental de 2018, 14ª Modificação Orçamental	7
Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Odivelas	7
Proposta de 1.ª Alteração do Mapa de Pessoal de 2018	8
Autorização de despesa para a prestação de serviços de seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores do Município de Odivelas	8
Decisão de adjudicação do procedimento para prestação de serviços na área de seguros - CP 9/2018-PABS/95/2018 - SIMAR de Loures e Odivelas	9
Empreitada de remodelação da rede de abastecimento de água a Santo António dos Cavaleiros (fase 3) - CP 26/2017 - SIMAR de Loures e Odivelas Minuta do contrato e compromisso da nota de encomenda n.º 18/00489	9
Autorização de despesa para a aquisição de serviços de manutenção para diversos espaços verdes no Concelho de Odivelas	9
Atribuição do subsídio de “Auxílios Económicos” para o ano letivo 2018/2019	9
Atribuição do subsídio de Tecnologias de Apoio para o ano 2018/2019	10
Atribuição do subsídio de visitas de estudo para o ano 2018/2019	10
Retificação do Programa e dos custos da iniciativa “3.ª Jornadas da Saúde em Odivelas”	10
Protocolo de Cooperação para a realização de diversas ações de sensibilização sobre promoção e educação para a saúde, com o objetivo da sensibilização para o cancro da mama	11
Protocolo de Colaboração tendo em vista a celebração de contrato interadministrativo para a construção de novas instalações para a Divisão da Polícia de Segurança Pública de Odivelas	13
Isenção do pagamento da renovação da inscrição e respetivas taxas mensais, referente à utilização da Piscina Municipal de Odivelas por parte de um utente	15
Reforço orçamental da rubrica para atribuição de subsídio às Equipas de Combate a Incêndios (ECIN) e às Equipas Logísticas de Apoio ao Combate (ELAC) do Dispositivo de Combate a Incêndios Rurais de 2018 (DECIR-2018)	15
Relatório de Acompanhamento e Avaliação da Ação de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul do Concelho de Odivelas, referente ao ano de 2017	15
Declaração de caducidade do deferimento da licença administrativa de operação de loteamento referente à reconversão urbanística da Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) do Bairro Casal do Saramago	16



	Página
Substituição da caução prestada como forma de garantia da adequada execução das obras de urbanização do alvará de licença de obras de urbanização n.º 01/2011 que recai sobre o lote 11, na Estrada da Paiã, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, por garantia bancária	16
Substituição da caução prestada como forma de garantia da adequada execução das obras de urbanização do alvará 02/2012, fase B, que recai sobre o lote H2, na Avenida das Acácias, Arroja, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, por garantia bancária	16
Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 37, da Rua dos Carrascais, no Bairro dos Carrascais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, por depósito caução	16
Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 39, da Rua José Gomes Ferreira, no Bairro Trigache Norte AUGI 1, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, por depósito caução	16
Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 473, da Rua Ruben A, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, por depósito caução	17
 UNIDADES ORGÂNICAS	
Despachos	18
Editais	64
Avisos	65
Decisões com Eficácia Externa	69
 ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
4.ª SESSÃO ORDINÁRIA realizada em 27 de setembro de 2018	
Moções	83
Recomendações	83
3.ª Revisão Orçamental de 2018, 14ª Modificação Orçamental	84
1.ª Alteração do Mapa de Pessoal de 2018	87
Passagem de pontos para uma próxima Sessão da Assembleia Municipal	88
ANEXO	
Regulamento Estrutura Orgânica Flexível 2018 da Câmara Municipal de Odivelas	89



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

18.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 19 de setembro de 2018

DELIBERAÇÕES

PONTOS A RETIRAR

PONTOS A RETIRAR DA ORDEM DO DIA DA PRESENTE REUNIÃO

No decurso da reunião da Câmara Municipal foi proposto a retirada dos seguintes pontos da ordem do dia:

4.2 – Proposta de atribuição de apoio extraordinário ao Centro Escolar Republicano Tenente Valdez para recuperação e manutenção do campo sintético (relvado artificial) do complexo desportivo.

4.3 – Proposta de atribuição de apoio extraordinário ao Akwado – Academias de Karaté Wado Ryu para participação dos seus atletas na Youth League 2018.

(Aprovado por unanimidade)

ATAS

ATA DA 10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018

Ata da 10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 16 de maio de 2018.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião)

REVISÃO ORÇAMENTAL

3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2018 14.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

3.ª Revisão Orçamental de 2018, 14.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas, anexos à informação n.º Interno/2018/10603 de 2018.09.13, que farão parte integrante da ata da presente reunião, de acordo com o proposto na mencionada informação.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal.

(Aprovado por maioria)

ESTRUTURA ORGÂNICA FLEXÍVEL

ESTRUTURA ORGÂNICA FLEXÍVEL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Odivelas, a qual inclui 26 unidades orgânicas flexíveis de 2.º grau (Divisões) 3 unidades orgânicas de 3.º grau, de acordo com a Proposta N.º 06/PRES/2018 de 2018.09.11.

“Proposta N.º 06/PRES/2018

Assunto: Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Odivelas.

A Câmara Municipal de Odivelas deliberou, em 7 de maio de 2018, a nova Estrutura Orgânica Nuclear, a qual foi aprovada pela Assembleia Municipal de Odivelas em 17 de maio do corrente ano.

De acordo com a Proposta aprovada foi definida a seguinte organização:

Direções Municipais

Direção Municipal de Gestão e Administração Geral

Direção Municipal de Ordenamento e Intervenção do Território

Departamentos Municipais

Departamento Jurídico e de Administração Geral

Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico
Departamento de Obras Municipais e Habitação



Departamento de Gestão Ambiental e Transportes

Departamento de Educação e Coesão Social

Departamento de Desporto, Cultura e Turismo

No âmbito da referida aprovação previu-se a criação de 26 unidades orgânicas flexíveis de 2.º grau, 3 unidades orgânicas de 3.º grau e até ao máximo de 95 subunidades orgânicas.

A Estrutura Orgânica Flexível que se apresenta para aprovação procura responder à permanente necessidade de um relacionamento mais próximo com os nossos municípios, através de uma melhor otimização dos recursos materiais e humanos face às necessidades de funcionamento da autarquia.

Na sequência da deliberação relativa à Estrutura Orgânica Nuclear deverá proceder-se à aprovação da Estrutura Orgânica Flexível, a qual é da competência própria da Câmara Municipal, conforme o disposto no artigo 10º do Decreto-Lei n.º305/2009, de 23 de outubro.

Convém ainda referir que a atual estrutura orgânica da Câmara Municipal de Odivelas foi elaborada num período de dificuldades financeiras a nível nacional quando foi imposta aos municípios uma apertada limitação das suas estruturas dirigentes e de chefias, o que teve reflexos negativos na organização municipal.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Odivelas delibere aprovar a presente proposta de Estrutura Orgânica Flexível, a qual inclui 26 unidades orgânicas flexíveis de 2º grau (Divisões) 3 unidades orgânicas de 3º grau, conforme o limite aprovado pela Assembleia Municipal, nos termos do artigo 10º n.º3 do Decreto-Lei n.º305/2009, de 23 de outubro, em conformidade com a proposta anexa.

Odivelas, 11 de setembro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

[Publica-se em anexo no final do presente Boletim a *Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Odivelas*]

(Aprovado por maioria)

MAPA DE PESSOAL

PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2018 1ª ALTERAÇÃO

Proposta de 1.ª Alteração do Mapa de Pessoal de 2018, aprovado na 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 13 de dezembro de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 26 de 2017*, página 10), e na 5.ª sessão extraordinária do quadriénio 2017-2021 da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada em 27 de dezembro de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 1 de 2018*, página 75), na sequência da aprovação de uma nova estrutura nuclear na 9.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 7 de maio de 2018 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 2018*, página 8) e na 9.ª sessão extraordinária da assembleia Municipal de Odivelas realizada em 17 de maio de 2018 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 10 de 2018*, página 33 e anexo) bem como de nova estrutura orgânica flexível, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/10534, de 2018.09.12.

Este assunto carece da deliberação da Assembleia Municipal.

(Aprovado por maioria)

SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

AUTORIZAÇÃO DE DESPESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

Autorização de despesa para a prestação de serviços de seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores do Município de Odivelas, no valor de € 320.000,00 (trezentos e vinte mil euros) ano, tendo em consideração que o contrato será celebrado pelo período de 1 ano, renovável por dois períodos de igual duração, perfaz um valor total de €960.000,00 (novecentos e sessenta mil euros), de acordo com o proposto na informação n.º interno 2018/9311, de 2018.08.02.

Este assunto carece da deliberação da Assembleia Municipal.

(Aprovado por unanimidade)



SIMAR DE LOURES E ODIVELAS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS

Decisão de adjudicação do procedimento para prestação de serviços na área de seguros – CP 9/2018-PABS/95/2018, à Companhia de Seguros Allianz Portugal, SA, pelo valor global de 1.087.792,20 (um milhão, oitenta e sete mil, setecentos e noventa e dois euros e vinte cêntimos), respetiva minuta do contrato e compromisso das notas de encomenda n.º 18/00490, n.º 18/00491, n.º 18/00492 e n.º 18/00493, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/10418, de 2018.09.10.

Na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos SIMAR de Loures e Odivelas, em 5 de setembro de 2018, na sua 21.ª reunião ordinária, de acordo com Proposta de Deliberação n.º 343/2018 e documentos anexos, remetidos à Câmara Municipal de Odivelas através do ofício S/24514, de 2018.09.05 dos SIMAR de Loures e Odivelas. *(anexos à informação n.º Interno/2018/10418, de 2018.09.10 da Câmara Municipal de Odivelas, acima mencionada).*

(Aprovado por unanimidade)

EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Minuta do contrato e compromisso da respetiva nota de encomenda n.º 18/00489, referente à empreitada de remodelação da rede de abastecimento de água a Santo António dos Cavaleiros (fase 3) - CP 26/2017, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/10467, de 2018.09.11.

Na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos SIMAR de Loures e Odivelas, em 5 de setembro de 2018, na sua 21.ª reunião ordinária, de acordo com Proposta de Deliberação n.º 345/2018 e documentos anexos, remetidos à Câmara Municipal de Odivelas através do ofício S/24514, de 2018.09.05 dos SIMAR de Loures e Odivelas. *(anexos à informação n.º Interno/2018/10467, de 2018.09.11 da Câmara Municipal de Odivelas, acima mencionada).*

(Aprovado por unanimidade)

ESPAÇOS VERDES

MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO CONCELHO DE ODIVELAS

Autorização de despesa para a aquisição de serviços de manutenção para diversos espaços verdes no Concelho de Odivelas, por ajuste direto, na sequência do concurso público para aquisição de serviços de manutenção de diversos espaços verdes no Concelho de Odivelas (Processo n.º 750/2017/DJGFP/DFA), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/10634, de 2018.09.14.

Carece de deliberação por parte da Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)

EDUCAÇÃO

SUBSÍDIO DE “AUXÍLIOS ECONÓMICOS” ANO LETIVO 2018/2019

Atribuição do subsídio de “Auxílios Económicos”, para o ano letivo 2018/2019, destinado a comparticipar, anualmente, a aquisição de material escolar destinado aos alunos beneficiários do 1.º e 2.º escalões do abono de família, que frequentem o 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do Concelho de Odivelas, nos seguintes termos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/10545, de 2018.09.12:

“O valor do subsídio de auxílios económicos destinado à aquisição de material escolar, a atribuir aos alunos, é definido anualmente em Despacho do Ministério da Educação, pelo que, com base no Despacho 7255/2018, de 31 de julho, propõe-se, para o ano letivo 2018/2019, atribuição dos seguintes valores:

Escalão A – Comparticipação de 100% sobre o valor fixado no Despacho do Ministério da Educação - €16,00 (dezassexto euros);

Escalão B – Comparticipação de 50% do valor fixado anualmente para o escalão A - €8,00 (oito euros).

O valor global estimado para a atribuição do subsídio de auxílios económicos aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, para o ano letivo de 2018/2019, é de €35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos euros) e tem por base o número estimado de alunos carenciados, neste nível de ensino (2.700 alunos), conforme quadro que se segue:



Auxílios Económicos - Valor Global Estimado

Auxílios Económicos	N.º Estimado de Alunos	Montante a atribuir
1.º Escalão	1700	27.200,00 €
2.º Escalão	1000	8.000,00 €
Total	2700	35.200,00 €

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSÍDIO PARA TECNOLOGIAS DE APOIO
ANO LETIVO 2018/2019**

Atribuição do subsídio de Tecnologias de Apoio, para o ano 2018/2019, destinado a participar, anualmente, a aquisição de material escolar aos alunos com necessidades de medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, e que frequentem as escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do Concelho de Odivelas, sendo que o valor individual deste subsídio, para este ano letivo, é de €59,00 (cinquenta e nove euros) por aluno/ano (montante resultante do custo médio despendido com a aquisição de recursos pedagógicos - fichas de trabalho, material escolar, e dispositivos facilitadores da aprendizagem, em conformidade com o valor atribuído pela Câmara Municipal de Odivelas no ano letivo transato) e o valor global estimado é de €2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta euros) e tem por base um número estimado de 50 alunos com as já referidas necessidade de medidas adicionais (o número de alunos estimado tem por base a previsão dos alunos inscritos para o ano letivo 2018/2019), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/10545, de 2018.09.12.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSÍDIO DE VISITAS DE ESTUDO
ANO LETIVO 2018/2019**

Atribuição do subsídio de visitas de estudo, para o ano 2018/2019, destinado a participar as visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares, de acordo com os escalões de abono em que o agregado familiar se insere (em conformidade com o n.º 1, do artigo 15.º-A do Despacho n.º 5296/2017) e é destinado aos alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do Concelho de Odivelas, sendo que o valor deste subsídio é definido anualmente por despacho do Ministério da Educação, pelo que, em conformidade com o Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, os valores deverão ser considerados da seguinte forma, de acordo

com o proposto na informação n.º Interno/2018/10545, de 2018.09.12:

-Escalão A – Participação de 100% sobre o valor fixado no Despacho do Ministério da Educação - €20,00 (vinte euros);

-Escalão B – Participação de 50% do valor fixado anualmente para o escalão A - €10,00 (dez euros).

É opção da Câmara Municipal de Odivelas a participação das visitas de estudo aos alunos inseridos no escalão C e seguintes, pelo que o valor do subsídio a atribuir é definido pelo Município, de acordo com o abaixo proposto:

-Escalão C e seguintes - €2.50 (dois euros e cinquenta cêntimos).

Visitas de Estudo - Valor Global Estimado

Visitas de Estudo	N.º Estimado de Alunos	Montante a atribuir
1.º Escalão	1700	34.000,00 €
2.º Escalão	1000	10.000,00 €
Outros Escalões	3100	7.750,00 €
Total	5800	51.750,00 €

(Aprovado por unanimidade)

SAÚDE

3.ª JORNADAS DA SAÚDE EM ODIVELAS

Ratificação da autorização do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas para a retificação do Programa e dos custos da iniciativa “3.ª Jornadas da Saúde em Odivelas”, anteriormente deliberados na 14.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 11 de julho de 2018 (Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 14/2018, de 24 de julho), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/10477, de 2018.09.11.

(Aprovado por unanimidade)



**PROTOCOLO COM INSTITUTO DE MEDICINA MOLECULAR
JOÃO LOBO ANTUNES**

Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e o Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes (entidade gestora do Fundo iMM - Laço: A Caminho da Cura), para a realização de diversas ações de sensibilização sobre promoção e educação para a saúde, com o objetivo da sensibilização para o cancro da mama, a importância de um estilo de vida saudável e o papel da ciência na sociedade, designadamente junto da comunidade educativa do Concelho de Odivelas, até ao máximo de uma sessão por escola sobre os temas: o que é o cancro; o cancro da mama; comportamento saudável/estar atento; o que estamos a investigar, nos termos da minuta de protocolo anexa à informação n.º Interno/2018/10307, de 2018.09.05, de acordo com o proposto na referida informação.

“PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS

E o Fundo iMM-Laço: A Caminho da Cura

Considerando que:

- É missão dos municípios zelar pelas condições de vida dos seus munícipes, incluindo a promoção de estilos de vida saudáveis das diferentes faixas etárias e grupos profissionais da comunidade que servem;
- A intervenção municipal em matéria de promoção e educação para a saúde sairá reforçada com o estabelecimento de protocolos de cooperação com entidades públicas e/ou privadas atuantes e com responsabilidades na área da saúde, e será facilitadora duma intervenção articulada e necessariamente mais eficaz;
- O Município de Odivelas, através do Pelouro da Saúde, da Câmara Municipal de Odivelas desenvolve uma intervenção transversal e aprofundada em diversas áreas de atuação no contexto da promoção e educação para a saúde, através da operacionalização de atividades no Concelho com ênfase na promoção da saúde e prevenção da doença;
- O cancro da mama é o cancro com maior taxa de incidência nas mulheres em Portugal. Anualmente surgem cerca de 6000 (seis mil) novos casos de cancro da mama;
- O Fundo iMM-Laço: A Caminho da Cura foi criado para apoiar projetos de investigação na área do cancro da mama, procurando assim trazer esperança a milhares de mulheres que são anualmente diagnosticadas com esta doença. Através da Bolsa, o

Fundo iMM-Laço apoia anualmente novos projetos de investigação na área do cancro da mama. Estes projetos de investigação, visam encontrar as causas do cancro da mama e em resultado diminuir a sua incidência, proporcionar tratamentos mais eficazes, assim como descobrir os mecanismos que desencadeiam o cancro da mama metastático.

- O Fundo iMM-Laço: A Caminho da Cura disponibiliza, gratuitamente, ações de sensibilização sobre promoção e educação para a saúde com vista à sensibilização para o tema cancro da mama assim como sobre o papel da ciência na saúde;
- Existe a necessidade de estabelecer um protocolo que formalize uma cooperação institucional, com carácter regular, que inclua ações de sensibilização sobre o tema cancro da mama, a importância de um estilo de vida saudável e o papel da ciência na sociedade;
- O Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes é a entidade gestora do Fundo iMM-Laço: A Caminho da Cura.

É celebrado de livre vontade e de boa-fé o presente Protocolo de Cooperação, que se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir.

ENTRE:

O MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, Paços do Concelho – Quinta da Memória, 2675-372 Odivelas, Pessoa Coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hugo Martins,

E

O INSTITUTO DE MEDICINA MOLECULAR JOÃO LOBO ANTUNES, com sede na Av. Professor Egas Moniz, Edifício Egas Moniz, 1649-028 Lisboa, Pessoa Coletiva n.º 506 134 466, neste ato legalmente representado por Maria Manuel Dias da Mota e Bruno Silva Santos, respetivamente, na qualidade de Diretora Executiva e Vice-Presidente, doravante abreviadamente designado por iMM João Lobo Antunes;

Cláusula Primeira
(Objeto e Âmbito)

1. As partes acordam na celebração deste Protocolo, comprometendo-se a prosseguir com a realização de ações de cooperação institucional no âmbito da Promoção e Educação para a Saúde, numa perspetiva de complementaridade das intervenções e de otimização dos recursos disponíveis, considerados vetores fundamentais de atuação.



2. A cooperação entre as partes compreenderá, a disponibilização, de forma gratuita, de ações de sensibilização e educação para a saúde, designadamente, junto da comunidade educativa do Concelho de Odivelas (jovens adolescentes integradas/os no ensino secundário), até ao máximo de uma sessão por escola. A sessão abordará os seguintes temas:

- i. o que é o cancro
- ii. o cancro da mama
- iii. comportamento saudável | estar atento
- iv. o que estamos a investigar

Cláusula Segunda
(Beneficiários/as)

Face à natureza do presente Protocolo de Cooperação, que formaliza uma cooperação na área da prevenção das doenças oncológicas, os/as beneficiários/as do mesmo são, designadamente, a comunidade educativa do Concelho de Odivelas, de acordo com as atividades previstas na Cláusula Primeira.

Cláusula Terceira
(Obrigações do Município de Odivelas)

O Município de Odivelas compromete-se a:

- a) Planear e efetuar todas as diligências necessárias, para a implementação das ações e atividades a desenvolver no âmbito do presente Protocolo de Cooperação, em estreita articulação com os restantes serviços municipais;
- b) Promover a articulação com o iMM João Lobo Antunes, funcionando como elemento coordenador/mediador entre as partes;
- c) Divulgar adequadamente a realização das ações e atividades que venham a ser desenvolvidas, junto dos respetivos públicos-alvo, no âmbito deste Protocolo de Cooperação, fazendo menção ao parceiro envolvido no mesmo;
- d) Colaborar e participar, enquanto entidade parceira, nas ações e atividades propostas pelo iMM João Lobo Antunes;
- e) Disponibilizar espaço, logística e material necessário, nomeadamente ao nível dos audiovisuais ou outros relevantes, para a atividade concreta em causa, para a realização de reuniões ou outras atividades de caráter informativo e formativo que sejam desenvolvidas no âmbito do presente protocolo;

Cláusula Quarta
(Obrigações do iMM João Lobo Antunes)

O iMM João Lobo Antunes compromete-se a:

- a) Planear e efetuar todas as diligências necessárias, para a implementação das ações e atividades a desenvolver no âmbito do presente Protocolo de Cooperação;
- b) Divulgar a realização deste Protocolo de Cooperação e de todas as ações e atividades que venham a ser desenvolvidas, fazendo menção aos parceiros envolvidos no mesmo;
- c) Colaborar e participar, enquanto entidade parceira e na medida das possibilidades, nas atividades propostas pelo Município;
- d) Procurar ceder, gratuitamente, de acordo com os stocks existentes, materiais informativos de divulgação sobre as diversas temáticas da educação para a saúde referenciadas na Cláusula Primeira, entendidos como pertinentes e adequados às necessidades dos públicos-alvo;
- e) A disponibilizar, gratuitamente as ações e atividades previstas.

Cláusula Quinta
(Encargos Financeiros)

1. O iMM João Lobo Antunes assegura os encargos decorrentes com as deslocações dos oradores, ou formadores que sejam seus funcionários, ou colaboradores diretos e assegura a sua participação de forma gratuita na realização das ações e atividades previstas, bem como procurará ceder, gratuitamente, de acordo com os stocks existentes os materiais referidos na alínea d) da cláusula quarta.
2. Todos os restantes encargos com a realização de todas as ações e atividades a implementar no âmbito do presente Protocolo de Cooperação são da responsabilidade do Município de Odivelas.

Cláusula Sexta
(Coordenação)

1. A atividade a desenvolver no âmbito deste Protocolo de Cooperação será dirigida por uma Coordenação Técnica conjunta, constituída por quem for responsável pela coordenação da área da Saúde no Município de Odivelas e pelos representantes do iMM João Lobo Antunes, bem como por pessoal técnico de ambas as partes, que assegurarão a operacionalização das ações e atividades a desenvolver;
2. Os outorgantes, por intermédio dos/das representantes da Coordenação Técnica designada, realizarão as reuniões consideradas necessárias de modo a avaliar conjuntamente as ações e atividades em curso e acordar nas modificações que a análise da situação recomendar;



3. Tratando-se de correções menores, estas poderão ser acordadas e colocadas em prática através de contactos telefónicos ou por escrito.

Cláusula Sétima
(Utilização dos Dados)

Os dados pessoais obtidos, através da realização das ações e atividades que venham a ser desenvolvidas no âmbito do presente Protocolo de Cooperação, serão tratados pelas Partes, em cumprimento da legislação sobre proteção das pessoas singulares, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Cláusula Oitava
(Período de Vigência)

O presente Protocolo de Cooperação entra em vigor após assinatura e publicitação e é válido por um ano, sendo automaticamente renovável por iguais e sucessivos períodos, caso não ocorra denúncia ou revogação.

Cláusula Nona
(Revisão)

1. As partes poderão rever as disposições constantes deste Protocolo de Cooperação, mediante comunicação prévia escrita;

2. As alterações, suspensões ou aditamentos serão objeto de um documento a elaborar e a subscrever por ambos os outorgantes e implicarão a revisão do texto deste Protocolo de Cooperação;

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, é assegurada a possibilidade de virem a ser estabelecidas parcerias adicionais, que venham a ser desenvolvidas ao abrigo do presente Protocolo de Cooperação.

Cláusula Décima
(Denúncia e Revogação)

1. Qualquer das partes poderá unilateralmente denunciar o presente Protocolo de Cooperação precedendo de comunicação escrita à outra parte, através de carta registada com aviso de receção, remetida com a antecedência de, pelo menos, sessenta dias, a contar da data do seu termo, desde que da mesma não decorra a inviabilização das ações e atividades em curso;

2. O presente Protocolo pode ainda, em qualquer momento, ser revogado, por acordo das partes.

PELO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

(O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Hugo Martins)

PELO IMM JOÃO LOBO ANTUNES

(A Diretora Executiva, Maria Manuel Dias da Mota)

(O Vice-Presidente, Bruno Silva Santos)

Odivelas, x de _____ de 2018”

Nota: O “Fundo IMM - Laço: A Caminho da Cura”, que tem como sua entidade gestora o “Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes”, passou a assegurar parte das funções da já extinta associação “Laço – Associação de Solidariedade Social” (com a qual este Município havia firmado em 2014 um Protocolo de Cooperação, deliberado na 4.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 26 de fevereiro de 2014, publicado no *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões* n.º 5/2014, de 11 de março, também sobre a temática do cancro da mama, similar ao presente protocolo).

(Aprovado por unanimidade)

**INSTALAÇÕES
DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
COM A SECRETARIA-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
E COM A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Protocolo de Colaboração tendo em vista a celebração de contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Odivelas, a Secretaria-Geral da Administração Interna e a Polícia de Segurança Pública, para a construção de novas instalações para a Divisão da Polícia de Segurança Pública de Odivelas, nos termos da minuta de protocolo anexa à informação n.º Interno/2018/10535, de 2018.09.11, de acordo com o proposto na referida informação.

“Protocolo de colaboração tendo em vista a celebração de contrato interadministrativo

Entre

Município de Odivelas, entidade titular do NIPC 504293125 representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por Primeiro Outorgante,

A

Secretaria-Geral da Administração Interna (SGAI) entidade titular do NIPC 60014665, representada neste ato pelo Secretário-Geral da Administração Interna, Carlos Manuel Silvério da Palma, adiante designado por Segundo Outorgante,

E



Polícia de Segurança Pública (PSP), entidade titular do NIPC n.º 600006662, representada neste ato pelo seu Diretor Nacional, Superintendente-Chefe Luís Manuel Peça Farinha, adiante designado por Terceiro Outorgante,

Considerando que as instalações da Divisão Policial de Odivelas da Polícia de Segurança Pública (PSP), não apresentam condições condizentes com as necessidades operacionais de uma força de segurança, situação que não contribui para a prossecução dos fins de segurança prosseguidos e que causa constrangimentos ao normal e eficiente desempenho dos profissionais daquela força de segurança e aos cidadãos do Município de Odivelas que recorrem ou usufruem daqueles serviços;

Considerando que a Área Governativa da Administração Interna tem vindo a promover, através da Secretaria-Geral da Administração Interna, a execução de um programa de modernização e operacionalidade das forças e serviços de segurança sob a sua tutela, no quadro da Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança, o qual visa atuar nos locais previamente identificados como desadequados;

Considerando que o Município de Odivelas, ciente da necessidade que o mesmo Município apresenta de estar dotado de instalações adequadas ao desempenho da missão policial, tendo em vista garantir a segurança e tranquilidade dos munícipes, pretende colaborar na prossecução deste objetivo;

Considerando que é intenção do Município de Odivelas, da Secretaria - Geral da Administração Interna e da Polícia de Segurança Pública, celebrarem um contrato interadministrativo tendo em vista a construção de novas instalações para a Divisão Policial da PSP de Odivelas, onde se estabeleça os prazos, as condições e a responsabilidade pelos custos associados à construção das mesmas;

Considerando que cabe à Polícia de Segurança Pública assegurar a elaboração do programa funcional, sendo o projeto de execução das obras responsabilidade do Município de Odivelas, e que os mesmos são condição prévia da celebração do contrato interadministrativo;

O Município de Odivelas, a Secretaria-Geral da Administração Interna e a Polícia de Segurança Pública, desde já acordam na celebração deste protocolo, tendo em vista a futura execução das obras de construção de novas instalações para a Divisão Policial da PSP de Odivelas, nos seguintes termos:

Cláusula 1.ª

O presente protocolo visa a construção de novas instalações para a Divisão Policial da PSP de Odivelas e destina-se a assegurar os trâmites prévios à assinatura de um contrato de cooperação interadministrativo entre a

Área Governativa da Administração Interna e o Município de Odivelas.

Cláusula 2.ª

O Primeiro Outorgante compromete-se a constituir a favor do Terceiro Outorgante o direito de superfície, a título gratuito e pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, sobre o lote de terreno sito na Avenida Amália Rodrigues – Ribeirada, Freguesia e Concelho de Odivelas, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas com o n.º 3202 e inscrito na respetiva matriz urbana com o artigo provisório P12968 o qual já foi objeto de validação por parte da Polícia de Segurança Pública, tendo em vista a instalação da Divisão Policial da PSP de Odivelas.

Cláusula 3.ª

O Primeiro Outorgante compromete-se a realizar o projeto de execução das obras de construção, tendo por base o programa funcional estabelecido pelo **Terceiro Outorgante** para apuramento dos valores e prazos de realização da obra.

Cláusula 4.ª

Após aprovação do Projeto de Execução por parte do Terceiro e Segundo Outorgantes, caberá a este último promover a celebração do contrato de cooperação interadministrativo.

Cláusula 5.ª

O contrato interadministrativo previsto na cláusula anterior deve estabelecer os termos da construção do imóvel, designadamente:

- a) O regime legal aplicável;
- b) A constituição do direito de superfície;
- c) Os deveres das partes na utilização do imóvel;
- d) O procedimento de empreitada;
- e) O valor da empreitada e a respetiva data de execução associada;
- f) Os prazos de realização da empreitada;
- g) A validade e vigência do contrato;
- h) Encargos a suportar pelas entidades e respetivos prazos para pagamento.

Cláusula 6.ª

1-No âmbito do presente protocolo, as partes comprometem-se a:



a) Agir com lealdade e zelo, garantindo a adoção de todos os procedimentos legais necessários à sua efetiva concretização;

b) Realizar todos os procedimentos inerentes à celebração do contrato de cooperação interadministrativo;

c) Fornecer todos os elementos e informações necessários;

d) Remeter todos os documentos necessários à promoção do presente protocolo;

e) Comunicar todas as vicissitudes relevantes para a execução do protocolo;

2-Sem prejuízo do disposto na cláusula 5.^a o presente protocolo caduca automaticamente se, no prazo de dois anos, a contar da data da sua assinatura não tiverem início as obras de construção das novas instalações da Divisão Policial da PSP de Odivelas.

Odivelas, ___ de Setembro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

(Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins)

O Secretário-Geral da Administração Interna,

(Dr. Carlos Manuel Silvério da Palma)

O Diretor Nacional da PSP

(Superintendente-Chefe Luís Manuel Peça Farinha)”

(Aprovado por maioria)

PISCINA MUNICIPAL DE ODIVELAS

ISENÇÃO DE PAGAMENTOS

Isenção do utente André David Bexiga Dinis do pagamento da renovação da inscrição e respetivas taxas mensais, referente à utilização da Piscina Municipal de Odivelas, no valor total global de €285,00 (duzentos e oitenta e cinco euros, correspondente ao somatório de €10,00 da renovação da inscrição e €275,00 das mensalidades (€25,00 x 11 mensalidades), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/10283, de 2018.09.04.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE ODIVELAS

Reforço orçamental da rubrica, no valor de €5.000,00 (cinco mil euros), para atribuição de subsídio, no que diz respeito ao suplemento ao subsídio de refeição, às Equipas de Combate a Incêndios (ECIN) e às Equipas Logísticas de Apoio ao Combate (ELAC) do Dispositivo de Combate a Incêndios Rurais de 2018 (DECIR-2018), no âmbito do anteriormente aprovado na 3.^a reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 7 de fevereiro de 2018 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 3/2018*, de 20 de fevereiro, pág. 11 e 12), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/10199, de 2018.08.31.

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA AÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA REFERENTE AO ANO DE 2017

Relatório de Acompanhamento e Avaliação da Ação de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul do Concelho de Odivelas, referente ao ano de 2017, que tem como entidade gestora o Município de Odivelas, nos termos do artigo 10.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), instituído pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto. Por determinação do n.º 1 do artigo 20.º-A do RJRU, a entidade gestora elabora anualmente um relatório de monitorização da operação de reabilitação urbana em curso, documento que se encontra anexo à informação n.º Interno/2018/43072, de 2018.07.23.

Este assunto carece da deliberação da Assembleia Municipal.

(Aprovado por maioria)



DECLARAÇÃO DA CADUCIDADE DO DEFERIMENTO DA LICENÇA ADMINISTRATIVA DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO REFERENTE À RECONVERSÃO URBANÍSTICA DA AUGI DO BAIRRO CASAL DO SARAMAGO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES PROCESSO N.º 4681/LO/GI

Declaração de caducidade do deferimento da licença administrativa de operação de loteamento referente à reconversão urbanística da Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) do Bairro Casal do Saramago, em nome de Administração Conjunta da Génese Ilegal no Bairro Casal do Saramago, Bairro Casal Saramago, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, deliberada na 7.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 4 de abril de 2012 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 7 de 2012*, página 11) e na sua 20.ª reunião ordinária realizada em 21 de outubro de 2015 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2015*, página 15), de acordo com o proposto na informação n.º 4681/LO/GI de 2018.09.07 constante na folha 2008 do processo com o n.º 4681/LO/GI.

(Aprovado por maioria)

SUBSTITUIÇÃO DA CAUÇÃO PRESTADA PARA GARANTIR A ADEQUADA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DO ALVARÁ DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO N.º 01/2011 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES PROCESSO N.º 9643/OU

Substituição da caução prestada como forma de garantia da adequada execução das obras de urbanização do alvará de licença de obras de urbanização n.º 01/2011, que recai sobre o lote 11, na Estrada da Paiã, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, por garantia bancária, n.º 962300488025695, do Banco Santander Totta, S.A., no valor de € 37.600,00 (trinta e sete mil e seiscentos euros), em nome de PONTIPRÉDIO, Construção Civil, S.A., nos termos da informação técnica n.º 46/SAOU/DLOP/2018 de 2018.08.10, e de acordo com o proposto na informação n.º 35/APV/2018, de 2018.08.14.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSTITUIÇÃO DA CAUÇÃO PRESTADA PARA GARANTIR A ADEQUADA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DO ALVARÁ DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO N.º 02/2012, FASE B UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES PROCESSO N.º 8231/LO

Substituição da caução prestada como forma de garantia da adequada execução das obras de urbanização do alvará 02/2012, fase B, que recai sobre o lote H2, na Avenida das Acácias, Arroja, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, por garantia bancária, n.º 962300488025657, do Banco Santander Totta, S.A., no valor de € 641.085,00 (seiscentos e quarenta e um mil e oitenta e cinco euros), em nome de Odivelar, Lar – Sociedade de Construções,

Lda., nos termos da informação técnica n.º 48/SAOU/DLOP/2018, de 2018.08.10, e de acordo com o proposto na informação n.º 40/APV/2018, de 2018.08.14.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS BAIRRO DOS CARRASCAIS LOTE 37 ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 6/2007

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 37, da Rua dos Carrascais, no Bairro dos Carrascais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, pelo depósito caução n.º 0010825, de 2018.09.03, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de €395,50 (trezentos e noventa e cinco euros e cinquenta centavos), em nome de João Domingos Sabino da Mota, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 6/2007/DRU, de 28 de dezembro, nos termos da informação técnica n.º 05/DIST/CS/DGOU/DRRU/2018 de 2018.09.07 e de acordo com o proposto na informação n.º 94.2018 de 2018.09.07.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES BAIRRO TRIGACHE NORTE LOTE 39 ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/2001

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 39, da Rua José Gomes Ferreira, no Bairro Trigache Norte AUGI 1, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 12315, de 21.08.2018, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de €2.744,30 (dois mil, setecentos e quarenta e quatro euros e trinta centavos), em nome de Yassir Iqbal Haji, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 5/2001, de 14 de maio, nos termos da informação técnica n.º 31/DIST/AB/DGOU/DRRU/2018 de 2018.08.30 e de acordo com o proposto na informação n.º 93.2018 de 2018.09.03.

(Aprovado por unanimidade)



**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO DOS QUATRO LOTE 473
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011**

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 473, da Rua Ruben A, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 11530, de 2018.09.14, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de €4.381,29 (quatro mil trezentos e oitenta e um euros e vinte e nove cêntimos), em nome de Augusto Miguel Damião Martins, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011, de 13 de setembro, nos termos da informação técnica n.º 06/DIST/CS/DGOU/DRRU/2018 de 2018.09.14 e de acordo com o proposto na informação n.º 97.2018 de 2018.09.14.

(Aprovado por unanimidade)



UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 39/PRES/2018

Assunto: Constituição das Subunidades Orgânicas da Câmara Municipal de Odivelas.

Através da deliberação da 9ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada no dia 17 de maio de 2018, foi concedida autorização para a criação de até 26 Unidades Orgânicas Flexíveis de 2º grau, 3 Unidades Orgânicas de 3º Grau e 95 Subunidades Orgânicas.

De acordo com o estatuído no Art.º 10º, n.º 5 da Lei 305/2005, de 23 de outubro de 2009 e da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, importa criar no âmbito das Unidades Orgânicas, e dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal, as seguintes subunidades orgânicas:

1. Presidência

Gabinete de Apoio à Presidência
Gabinete de Apoio à Vereação

2. Direções Municipais

Direção Municipal de Gestão e Administração Geral
Setor de Apoio Técnico e Administrativo

Direção Municipal de Ordenamento e Intervenção Territorial
Setor de Apoio Técnico e Administrativo

3. Departamentos

Departamento Jurídico e de Administração Geral

Divisão Jurídica e de Organização Municipal

Subunidades Orgânicas

Setor Técnico-Jurídico, de Contraordenações e Execuções Fiscais
Setor de Contratos Públicos
Setor de Expediente e Apoio Logístico

Setor de Arquivo Municipal e Arquivo Histórico
Setor de Apoio aos Órgãos Municipais
Setor de Proteção de Dados
Loja do Cidadão e Apoio ao Múncipe

Divisão de Fiscalização Municipal

Subunidades Orgânicas

Setor Técnico-Jurídico
Setor Administrativo Geral
Setor de Fiscalização
Setor de Ruído
Setor de Fiscalização de Estacionamento
Laboratório de Acústica

Divisão Financeira e de Aprovisionamento

Subunidades Orgânicas

Tesouraria
Setor de Contabilidade
Setor de Planeamento Orçamental e Controlo de Custos
Setor de Aquisições e Gestão de Stocks
Setor de Armazém

Divisão de Recursos Humanos e Formação

Subunidades Orgânicas

Setor de Gestão de Pessoal
Setor de Recrutamento e Seleção
Setor de Saúde Ocupacional, Higiene e Segurança no Trabalho
Setor de Formação

Divisão de Licenciamentos e Desenvolvimento Económico

Subunidades Orgânicas

Setor de Licenciamentos
Setor de Pesquisa, Análise, Informação e Acompanhamento de Projetos
Setor de Apoio ao Desenvolvimento Económico e ao Emprego

Divisão de Gestão Patrimonial

Subunidades Orgânicas

Setor de Património Municipal
Setor Técnico e de Seguro

Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico

Setor Técnico-Jurídico
Setor de Secretaria Central



Divisão de Licenciamento de Obras Particulares

Subunidades Orgânicas

Setor de Apreciação de Estudos e Projetos de Obras Particulares
Setor de Apreciação de Obras de Urbanização
Setor de Apreciação Liminar
Setor Técnico e Administrativo
Setor de Acompanhamento e Verificação de Obras

Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana

Subunidades Orgânicas

Setor de Elaboração e Apreciação de Estudos e Projetos das AUGP's
Setor de Apreciação de Obras de Urbanização em AUGP's
Setor Técnico e Administrativo

Divisão de Planejamento Urbanístico

Subunidades Orgânicas

Setor de Estudos e Planejamento Urbanístico
Setor de Parques Urbanos e Requalificação Urbanística
Setor de Topografia e de Toponímia
Setor de Projetos Especiais e Energia
Setor de Informação Geográfica

Departamento de Obras Municipais e Habitação

Setor de Lançamento de Empreitadas
Setor de Estudos e Projetos

Divisão de Infraestruturas e Equipamentos Municipais

Subunidades Orgânicas

Setor de Obras por Empreitada
Setor de Obras por Administração Direta

Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos

Subunidades Orgânicas

Setor de Infraestruturas e Espaços Urbanos
Setor de Iluminação Pública
Setor de Planejamento, Controle e Programação da Mobilidade
Setor de Sinalização e Trânsito
Setor de Obras por Administração Direta

Divisão de Habitação

Subunidades Orgânicas

Setor de Gestão do Parque Habitacional

Setor de Estudos, Planejamento e Controle
Setor de Promoção, Construção e Reabilitação de Habitação

Departamento de Gestão Ambiental e Transportes

Divisão de Ambiente

Subunidades Orgânicas

Setor de Estudos, Planejamento, Intervenção e Monitorização Ambiental
Setor de Higiene Urbana
Setor Cemiterial

Divisão de Espaços Verdes

Subunidades Orgânicas

Setor de Construção e Conservação de Espaços Verdes e de Jardins
Setor de Controle e Planejamento
Setor de Viveiros Municipais

Divisão de Transportes e Oficinas

Subunidades Orgânicas

Setor de Oficinas
Setor de Transportes

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Educação

Subunidades Orgânicas

Setor de Gestão e Controle
Setor de Planejamento e Gestão da Rede Educativa
Setor de Ação Social Escolar

Divisão de Projetos Educativos, Igualdade e Cidadania

Subunidades Orgânicas

Setor Educativo e Pedagógico
Setor de Intervenção e Sucesso Educativo
Setor de Igualdade e Cidadania

Divisão de Coesão Social

Subunidades Orgânicas

Setor de Planejamento, Rede e Intervenção Social
Setor do Envelhecimento Ativo
Setor de Coesão Habitacional



Departamento de Desporto, Cultura e Turismo

Divisão de Desenvolvimento Desportivo

Subunidades Orgânicas

Setor de Associativismo Desportivo
Setor de Avaliação, Planeamento e Projetos Desportivos
Setor de Instalações Desportivas

Divisão de Cultura e Turismo

Subunidades Orgânicas

Setor de Dinamização Cultural
Setor de Bibliotecas
Setor de Património Cultural
Setor de Turismo

4. Gabinetes

DGOU - Gabinete de Projeto e Reconversão Urbana de Áreas Críticas (3º grau)

Subunidades Orgânicas

Setor de Reconversão Urbana de Áreas Críticas

DECS - Gabinete de Saúde (3º grau)

DDCT - Gabinete de Juventude (3º grau)

Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo

Subunidades Orgânicas

Setor de Imagem

Gabinete de Planeamento Estratégico e Projetos Especiais

Subunidades Orgânicas

Setor do PDM
Setor de Planeamento e Projetos Estruturantes

Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento

Serviço Municipal de Proteção Civil

Subunidades Orgânicas

Coordenação
Setor Administrativo e de Operações
Setor de Informação e Planeamento

Serviço de Veterinária Municipal

Subunidades Orgânicas

Setor Médico Veterinário Municipal
Setor Consultório Médico Veterinário Municipal

Odivelas, 20 de setembro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 40/PRES/2018

Assunto: Afetação dos trabalhadores do mapa de pessoal da CMO às novas unidades orgânicas.

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 outubro, diploma que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais, e das disposições constantes na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, foi aprovada a estrutura nuclear da Câmara Municipal de Odivelas, na 9ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 7 de maio de 2018 e na 9ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada no dia 17 de maio de 2018.

De acordo com o previsto na estrutura orgânica nuclear o Executivo Municipal, na 18ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 19 de setembro de 2018, aprovou a estrutura orgânica flexível.

Assim, e em cumprimento do previsto no n.º 3 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, há que proceder à afetação dos trabalhadores do mapa de pessoal da CMO às respetivas unidades orgânicas.

Em face desse regime legal e pelo presente despacho, determino a afetação dos trabalhadores às unidades orgânicas nos termos do documento em anexo.

Odivelas, 20 de setembro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO E
ADMINISTRAÇÃO GERAL

CARMENCITA FRANCISCA GUERRA GOUVEIA
HERNANI SILVINO VILELA BOAVENTURA
INES MARGARIDA TEIXEIRA LOURENCO RODRIGUES
JOAO PAULO GOULAO VIEGAS

DIREÇÃO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO E
INTERVENÇÃO TERRITORIAL

ANA PAULA DAS NEVES SERRA
LUIS MANUEL DA CONCEICAO JORGE
TERESA MARIA PEREIRA ALVES
VANDA CRISTINA LAUREANO PINHEIRO VALERIO

DEPARTAMENTO JURIDICO E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DIVISÃO JURIDICA E DE ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

ÁGUEDA PAULA MARTINS DE CARVALHO VAZ MENDES
ALDA MARIA DE ANTAS BACELAR CUSTODIO
ALICE MARIA GOMES DOS SANTOS FERNANDES MARTINS
ANA CRISTINA DAS NEVES MOUSINHO
ANA PAULA RAMALHETE SIMOES MARTINS
ANABELA GONCALVES ANJINHO ALVES
ANGELA MARIA BRANCO BERNARDO PALMA
ANGELA MARIA ROCHA FERREIRA
ANTONIO MANUEL DELGADO CARRILHO
AUGUSTO CORREIA DE MATOS
CARLOS ALBERTO COSTA ALEXANDRE
CARLOS MIGUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO DOS SANTOS
VIEIRA
CECILIA ALEXANDRA MENDES ROMAO DOS REIS
CLARA PATRICIA SALDANHA ALMADA LOPES
CLAUDIA FILIPA MENDES DA COSTA
CLAUDIA SUSANA ALBUQUERQUE DA COSTA PEIXOTO
BEIRO
DINA DA GRACA GUERRA GOUVEIA SOARES LONGO
DORA MARIA ALVITO LOUCAO
ELZA CELESTE SEVES ALBUQUERQUE FONSECA
EMILIA MARIA GOMES FARIA CAMPONÊS
EUSEBIA JESUS AFONSO CRISTOVAM PEREIRA
FELIZARDA MARIA CABRAL PIMENTA DA ROCHA OLIVEIRA
HELENA ANTUNES BEITES MENDES
HELENA HENRIQUETA DE MAGALHAES
HELENA MARIA LEAL AFONSO DA FONSECA
HUGO FILIPE MESSIAS JORDAO
ISABEL MARIA ALVES DIAS DA COSTA
ISABEL MARIA DA COSTA VALENTIM FERREIRA ESPADA
ISABEL MARIA FIGUEIREDO HENRIQUES DE LEMOS
ISABEL MARIA GONCALVES PINHEIRO
JOAO PAULO AFONSO BARANDAS
JOAO PEDRO BARREIRO HENRIQUES
LINA MARIA PALMA DO NASCIMENTO
LUIS DANIEL BRAGA GONCALVES DA SILVA
LUIS FILIPE CORTES BARBOSA
LUIS MANUEL MARQUES MARTINS
LUIS MANUEL NASCIMENTO DUARTE
LUIS MIGUEL BATUCA BARGADO
LUIS MIGUEL FRIAS FERNANDES
MAFALDA SOFIA PEREIRA DE ALMEIDA AZINHEIRO
MARIA AMELIA MENDES MORAIS
MARIA DA CONCEICAO GOMES PIRES
MARIA DE FATIMA BRITO ROSAS PAIXAO MOREIRA
DOMINGUES

MARIA DE LURDES BONIFÁCIO DE BRITO
MARIA HELENA PAULO DA CUNHA FREITAS
MARIA JOSE DE JESUS MATEUS GONCALVES
MARIA MADALENA ROMANO BAPTISTA CALAPEZ CORREA
MARIA TERESA RAMOS DAS NEVES
MARIA TERESA VALENTE CANDEIAS
MARIO JORGE CALHEIROS DE SA
MARTA DE FIGUEIREDO COUCEIRO BASTOS
NADIA ANDREIA RIBEIRO PATRICIO
NATERCIA ALEXANDRA CONDE GARCIA BRUNO
PATRICIA FILIPA ROCHA DE MAGALHAES SAMPAIO COSTA
PAULA CRISTINA DA SILVA TAVARES
PAULO ERNESTO ADREGA DA FONSECA
PEDRO MIGUEL FERREIRA ANTUNES
RAQUEL DE CASTRO REIS
REGINA SOFIA HENRIQUES COELHO FERREIRA
SANDRA CRISTINA CORREIA DE ALMEIDA
SANDRA ISABEL SAMPAIO QUARESMA AGOSTINHO
SONIA CRISTINA GOMES PEREIRA
TERESA ALEXANDRA PEREIRA RAMOS
TERESA ALZIRA ALEMAO NORONHA
TERESA DE JESUS DA COSTA BARRETO DOS SANTOS
RODRIGUES
TERESA MARIA NETO AFONSO
TIAGO MIGUEL CAMELO RODRIGUES
VANESSA CARLA MARQUES PORTO

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

ALBERTO CARLOS MONTEIRO MARQUES
ANA MARIA SANTOS BARATA
ANA RITA FERREIRA DE ANDRADE PEDRO FORTE
ANABELA CRISTINA FERNANDES DOS SANTOS
ANALISA PEREIRA ROSSA
ANTONIO JOSE MARQUES RODRIGUES
ANTONIO JOSE MENDES DIOGO
CARLOS ALBERTO CARVALHO PEREIRA
CARLOS ALBERTO FERNANDES
CARLOS MONTEIRO DE OLIVEIRA
ELISABETE MARIA CAMPOS LUCAS
FILIPE ANDRÉ OLIVIERA DOS SANTOS
HELDER MANUEL ALVELOS PEREIRA
ISABEL MARIA BULE AMARO PAIVA DE ANDRADA
JOAO CARLOS LOURENCO BARROS
JOAO PEDRO PINTO RODRIGUES GUARDADO
JOAQUIM MANUEL FERREIRA DUARTE
JOSE ANTONIO VELEZ DA CRUZ
JOSE MANUEL FERREIRA MACHADO PARDAL
LUIS FERNANDO JESUS PEREIRA
LUIS FILIPE SIMOES DUARTE
LUIS MIGUEL DA SILVA SIMOES
LUIS MIGUEL DELGADO ABADÉ
LUIS RUI FERNANDES BARTOLO
MANUEL EDUARDO CARVALHO GOMES
MANUEL INACIO LUCINDO MARIA
MARIA DA GRACA MONTEIRO LEBRE
MARIA DE FATIMA DO NASCIMENTO SALGADO FERREIRA
MARIA DE LURDES DIAS BARATA
MARIA ESTELA ESTEVES PINTO DOS SANTOS
MARIA ISABEL PIRES RAMOS GOUVEIA ANTUNES
MARIA ROSALIA REBELO COELHO
MARIO LUIS ARROJADO PAIVA DE ANDRADA
NUNO MIGUEL FILIPE DOS SANTOS
PAULO JORGE DOS SANTOS FERREIRA
PEDRO MIGUEL PALMA DUARTE
RAUL MANUEL MENDES PEREIRA
RUI MIGUEL NORONHA PEREIRA
RUI OSCAR MAURICIO DAS NEVES
VANIA ALEXANDRA MARQUES DOS SANTOS
VITOR MIGUEL BATISTA LOURENCO



DIVISÃO FINANCEIRA E DE APROVISIONAMENTO

ANA MARIA CALHAU ROSADO RIBEIRO
ANA PATRICIA ÂNGELO MOREIRA
ANA ROSA ESTEVES BARBACENA
ANABELA DOS SANTOS FERREIRA
ANTONIA CRISTINA PEREIRA TERRAS
CARLA PATRICIA DA SILVA MENDES GABRIEL
CARLA SOFIA NOGUEIRA DE MATOS SEQUEIRA
CARLOS MANUEL DOS SANTOS MIGUEL
CLAUDIA ALEXANDRA SERRA CATALAO BORGES CARDOSO
CRISTINA ISABEL ZARCO NOVAIS ESTEVES
DULCE HELENA BATISTA DA SILVA TEODORO
EUGENIA PAULA DE SOUSA RIBEIRO PINHEIRO LOPES
FERNANDO MIGUEL DURAO SARDINHA
FILIPE DUARTE MARQUES CORDEIRO
HELENA ISABEL CALDINHAS SIMOES
HUGO BERNARDO MOTA TRINCHEIRAS
ISABEL MARIA VENTURA GOMES DELGADO
JOAO CARLOS TAVARES DIAS QUINTAS
JOAO MIGUEL SOUSA LEAL
JORGE MIGUEL DOS SANTOS DIAS
LUIS MANUEL SOVELAS GATINHO
MARIA DO CEU DINIS MENDES MATIAS
MARIA HELENA FERREIRA DA CUNHA RODRIGUES
MARIA RAQUEL MADAIL GAFANHA
MARTA SOFIA VALENTE VIEIRA
NUNO MIGUEL DIOGO ROSA MENDES
PAULA CRISTINA MOREIRA FONSECA
PAULA MARGARIDA SERRA CATALAO BORGES CARDOSO
PAULA SUSANA DO NASCIMENTO TEIXEIRA GONCALVES
PEDRO MIGUEL MOURA MARTINS CLEMENTE
RICARDO MIGUEL DOS REIS MORAIS
SANDRA MARGARIDA LEBREIRO DE ARAGAO E HORTA
SANDRA MARIA ALVES BERNARDO PIRATA RELVAS
SANDRA SOFIA DA CONCEICAO RODRIGUES FERREIRA
PIPA
SILVERIA HENRIQUE LOURENCO BARROS
SUSANA AMARAL RODRIGUES

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

ALEXANDRA MANUELA MEDEIROS AFONSO
ANA CECILIA BATISTA FRANCO CORDEIRO
ANA SOFIA GOMES BATISTA
BRUNO MIGUEL DIOGO DA SILVA
CARLA SUSANA SOUSA PINTO FERNANDES
DINA ALEXANDRA DE CARVALHO PASSINHAS FARIA
ELISABETE DA CONCEICAO DUARTE FERNANDES
ILDA MARIA DE JESUS SILVA
ISABEL DE JESUS CONDE CORREIA CARVALHO BENTO
LUCILIA MARIA GALRAO PONTES BOTO GOMES
MARIA CRISTINA MACHADO MIRA LAUREANO FORTE
MARIA DE FATIMA GUERREIRO VIEIRA GARCIA
MARIA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS MARTINS
MONICA PATRICIA COELHO MACEDO MIRANDA
PIEDADE DA CONCEICAO GAGEIRO LOPES
SANDRA PAULETE LOPES AZINHAIS
SONIA RAQUEL SARAIVA JUSTINO
SUSANA PATRICIA DUARTE ALBINO
SUSANA SOFIA REU PEREIRA
VERONICA ALEXANDRA RESENDE CORREIA

DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS E DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO

ANA CRISTINA DE MATOS MARCELINO
CARLA ALEXANDRA MORBEY DA CONCEICAO FERREIRA

CARLA SOFIA ANTUNES MATEUS E SILVA
EDUARDO MANUEL MENDES ROMAO
ISAURA MARIA CARVALHO JACINTO
ISAURA SILVA LOUREIRO SOARES
JOANA MARGARIDA ZEFERINO GOMES ANTUNES
JOAO PEDRO SALVADOR DA CONCEIÇÃO SILVA
JOSE ANTONIO DOS REMEDIOS JANEIRO
JULIO HENRIQUE SOARES QUINTINO
MARIA MARGARIDA DAS NEVES PINHO
PAULA CRISTINA BAPTISTA CABRITA
SERGIO MANUEL DA CONCEICAO PIPA
SOFIA ISABEL ANTUNES MONTEIRO
SONIA ISABEL VIEIRA DE FREITAS
SUSANA CRISTINA ALVES PEDRO
SUSANA CRISTINA VICENTE GABRIEL
SUSANA MARTINS DE JESUS

DIVISÃO DE GESTÃO PATRIMONIAL

ANA CRISTINA TEIXEIRA DE MIRA GODINHO
CATARINA ISABEL ESCALEIRA CARDOSO MARQUES
CLAUDIA MATILDE LOURO PEDRO TOSCANO
CLAUDIA SOFIA BASTOS DOS SANTOS BARROS
DEBORA NADINE NORONHA CORREIA
ELSA MARIA TEIXEIRA PORTELA QUEIROS MESQUITA
MOTA
JOAQUIM FERNANDO CONSTANTINO COELHO
MARIA DO ROSARIO RAMALHETE DA SILVA AFONSO PIRES
MARIA HELENA VILAFANHA ALMEIDA PEREIRA DE
CARVALHO
MARIA JOAO LEAL VELEZ DIAS
MARIA MANUELA JUSTINO SERINGA
MARIA PAULA ALVES DOS SANTOS DUARTE
MÁRIO PAULO CARDOSO PAETA
PAULO ALEXANDRE AUGUSTO DA SILVA
PAULO JORGE RODRIGUES DOS SANTOS DIAS
SONIA MARIA NUNES MARTINS MORAIS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO E ORDENAMENTO
URBANÍSTICO

AIDA MARIA GONCALVES VIOLINHA GUERREIRO
ALEXANDRA ISABEL GONCALVES NUNES RAMOS
ANGELA MARIA PINHAO PRATA FERNANDES
ANTONIO HENRIQUE MOREIRA DE SOUSA
CESAR JOSE PIRES MARQUES GUERREIRO
ELSA CRISTINA DE OLIVEIRA FRAGATA
ELSA MARIA FRUTUOSO FERREIRA
FERNANDA CLARA FERREIRA RODRIGUES
FERNANDA MARIA RODRIGUES MARQUES MORAIS
HELENA CRISTINA MATOS ALMEIDA
HELENA DE OLIVEIRA PEREIRA GARCEZ SERRAO
JORGE HUMBERTO DOS SANTOS SERRA
MARGARIDA MARIA COSTA LOURO SOCOL
MARIA ISABEL DUARTE CORREIA
MARIA ISABEL PEREIRA COSTA
NATALIA MARTA NETO PALOS
SILVIA MARIA HENRIQUES FERNANDES DOS SANTOS

DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS DE OBRAS PARTICULARES

ANA PAULA FIGUEIREDO VIEGAS MURGEIRO
ANA TERESA CHITAS PACHECO MAGALHAES
BRUNO RICARDO DE OLIVEIRA GOMES PINTO
CARLA SOFIA SANTOS MARQUES FERREIRA
CARLOS ALEXANDRE FLOR DA SILVA DE SOUSA
CRISTINA ALEXANDRA MEIRA COELHO DE AGUEDA
CRISTINA ISABEL FERREIRA LOBATO DA SILVA



FERNANDO MERES LOPES
FERNANDO TEIXEIRA GORDO
ISABEL MARIA ANTUNES PEREIRA DA SILVA
JOAO MARCO RODRIGUES SOLIPA
JOAQUIM JOSE SILVA MARQUES BAPTISTA
JOSE ANTONIO ALVES DUARTE
JOSE DOMINGOS MENDES FERNANDES
JOSE VALENTE ALVES
MARGARIDA MARIA AMARAL ISAAC BARATA ESTEVES
PERDIGOTO
MARIA DO PILAR DOS SANTOS CONDE
MARIA JOAO VAZ GOMES
MARIO RUI SILVA GONCALVES
MONICA SUSANA DA CONCEICAO MARTINHO PEREIRA
NATALIA MARIA DIAS ARRAIANO
OSCAR MANUEL RODRIGUES DOS SANTOS
PAULO JOSE CORREIA COELHO
SANDRA ISABEL DE JESUS MARTINS PINA PEREIRA
SERGIO ALEXANDRE TOMAS RESAO
SONIA CRISTINA REIS CORREIA COUTINHO
TANEA MONICA FERREIRA TOME
VICENCIA DE FATIMA JUNCEIRA ALMEIDA

DIVISÃO DE REABILITAÇÃO E RECONVERSÃO URBANA

ANA CRISTINA CARVALHO LEBRE BARBOSA DA SILVA
ANA MARGARIDA RIBEIRO ZACARIAS VALENTE
ANA PAULA REIS DE SOUSA BARREIRA PEREIRA
CARLA MARIA PEREIRA SILVA
CARLOS MANUEL DIAS MARTINS
CLAUDIA MARIA SALES RUIVO FERNANDES
CRISTINA ISABEL GOUVEIA MOTA DA SILVA NUNES
EDUARDO VIDIGUEIRA LOPES
FERNANDO AIRES LUIS FERNANDES HENRIQUES
HELENA MARIA PINTO DA COSTA
ISABEL CRISTINA MARTINS DA FONSECA SIMÕES
JOAO RICARDO MARQUES CONDE DA SILVA
LIZETE DA CONCEICAO BRITO COELHO CUNHA
MAFALDA SOUSA DOS SANTOS
MARIA ALEXANDRA MONDEGO DUARTE FRANCISCO
BENVINDO
MARIA TERESA DE CARVALHO GONCALVES
RITA DE SOUSA RIBEIRO DIOGO
RUI ALEXANDRE LOPES ONOFRE
SOFIA MARGARIDA PEREIRA FERNANDES LOURENCO
TÂNIA RAQUEL FERREIRA COELHO RIBEIRO E SILVA
CLARO RUSSO

DIVISÃO DE PLANEAMENTO URBANISTICO

ANA TERESA CRUZ BRITO ROQUE MARQUES
CRISTINA MARIA MARQUES DOS SANTOS
DAVID ALVARES MONTEIRO GIL
DIOGO MAIA MENDES TRIGO BARREIRAS
FLORINDA ROSA PISCO LIXA
FREDERICO PENAGUIÃO VALLES
GONCALO JOSE RODRIGUES PAIS
ILDA MARIA GOMES DA SILVA FERREIRA
IVAN FILIPE SOBRAL BAPTISTA
JOAO RICARDO DIAS CARDOSO
JORGE MIGUEL AMARO VIDIGUEIRA
LUCILIA BATALHA DUARTE GASPAS
MANUEL VERDASCA DOS SANTOS
MONICA DA SILVA DE ALMEIDA AFONSO
NUNO MIGUEL MACHADO GUTERRES
PAULA ALEXANDRA DIAS DA SILVA TARANTA
PAULA CRISTINA BERINGUILHO PIRES
PEDRO FILIPE COUTINHO CABRAL D OLIVEIRA QUARESMA
RICARDO MANUEL AZEVEDO ANDRADE
RITA SOFIA PÂNDEGA CALHAU

RUI MANUEL PIRES DIAS
SILVIA SUSANA DA CRUZ CANDEIAS MESTRE
TELMO FIGUEIREDO DE ALBUQUERQUE PINA

**GABINETE DE PROJETO E RECONVERSÃO URBANA DE
ÁREAS CRÍTICAS**

CRISTINA MARIA SILVESTRE CASTRO PEREIRA
JOSE ALEXANDRE ANJOS SOARES
LUIS MANUEL BENTO
MARCO ALEXANDRE REIS DA SILVA OLIVEIRA
MARIA DE JESUS MENDES CARVALHO
MARIA VERONICA CONTE DE MORAIS FERNANDES
SONIA ELISABETE MACHADO SILVA

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E HABITAÇÃO

ANA CRISTINA RAMALHO MATIAS RAMOS
CECILIA MARIA MARANTE COSTA
DAVID LUIS PAIS DIONISIO
JORGE GABRIEL DA ROSA NEVES
MARIA ELISABETE GUILHERME ROMAO
PAULO ALEXANDRE MARTINS AGOSTINHO
PAULO ALEXANDRE TEIXEIRA FARIA RUSSO
ROSA MARIA GOMES PATRAO
SERGIO ANTUNES DE BRITO LEAL
SONIA MARIA DOS SANTOS CAMPONEZ BAIONA
VITOR OSCAR SOUSA FERREIRA

**DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS**

ANA ISABEL RIBEIRO DE MATOS JANEIRO
ANTONIO GOMES MENDES LOPES
ANTONIO JOSE MARQUES DUARTE
BRUNO MIGUEL FERREIRA CUSTODIO
FERNANDO FERREIRA ROSA
ISABEL MARIA DA CONCEICAO ANTUNES TAVARES
JORGE MANUEL ROSARIO
LUCIA MARIA PEDRO INES
MIGUEL FRADE SOARES
PAULA ALEXANDRA MARQUES RODRIGUES ROCHA
PAULO ANTONIO GONCALVES DE ALMEIDA
SOFIA ALEXANDRA PIRES ROSADO LISA DE SOUSA
MAGALHÃES
SONIA ALEXANDRA NUNES BARATA MARQUES
VITOR MANUEL BENTO ALMEIDA

DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E ESPAÇOS URBANOS

ALCINO DE CARVALHO PEREIRA
ALFREDO MANUEL LOPES ANTUNES
ANDREIA SOFIA LAGE ALELUIA DA SILVA MENDES
ARTUR DE ALMEIDA MARTINS
CATARINA FERNANDES REBELO
CLAUDIA MARGARIDA SIMOES LOPES
EDUARDO CARMO SILVA REBELO
ELISIO FERNANDES DA COSTA
FERNANDO ANTÓNIO FERREIRA AMARAL
FERNANDO MANUEL SILVA NEIVA
FRANCISCO JOSÉ PINHO DOS ANJOS PÓVOA
HELGA SORAYA LUIS
JOAO PAULO DUARTE ARTILHEIRO
JORGE TOMÁS SOARES ARAÚJO
JOSÉ HENRIQUES MARQUES LOUREIRO
JOSE MANUEL CABRAL MATEUS DA FONSECA



JOSE PEDRO DA SILVA PEREIRA MOURA DE MESQUITA
JOSUÉ DA SILVA GODINHO
MANUEL EDUARDO DE JESUS
MIGUEL JOSÉ DE CARVALHO
PAULO JOSE IRIA AIRES PAULA
PAULO MIGUEL CABECADAS ATAIDE FERREIRA COUTINHO
RICARDO JORGE RODRIGUES
RUI MANUEL LOUREIRO CABAÇO
VITORINO DE JESUS FERREIRA RODRIGUES

DIVISÃO DE HABITAÇÃO

ANA FERONHA MARTINS
CARLA ALEXANDRA CARVALHO DA SILVA
GIL LEANDRO MONTEIRO LEBRE
ILDA MARIA BAPTISTA CIPRIANO
JOAO PAULO SOUSA VALENTE
JOSE ANTONIO PEREIRA MACARICO
JOSE MANUEL ALMEIDA LOURENCO
LUIS FILIPE SANTOS GRAVE
MANUEL JOSE RODRIGUES ALVES
MARGOTE MARCAL DOS SANTOS
MARIA CREMILDA DUARTE TRINDADE
MARIA ISABEL DIOGO MARTINS GOMES
MARIA MANUELA VELADAS NARQUEL
ORLANDO MANUEL GOMES DA SILVA
PATRICIA ISABEL DOS SANTOS RIBEIRO PIMENTA
D'AGUIAR MARQUES
RUI FILIPE NOGUEIRA DA SILVA
RUI MIGUEL VEIGA ANTUNES
SAMUEL RIBEIRO LEITAO ROMERO
SANDRA MANUELA AMARAL CARDOSO SILVA
SUSANA MARGARIDA MARCAL VICENTE FERREIRA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL E TRANSPORTES

ANABELA SANTOS GONCALVES MARTINS
ARTUR JORGE SERRA BAGULHO GOMES
CELIA MARIA BRITO DA SILVA JESUS
GONCALO DAVID POMBO MACEDO FINO
MARIA ELISA DA ASSUNCAO RODRIGUES PIMENTEL
REGINA SOFIA DE BRITO E SILVA DOS ANJOS LOPES
MENESES

DIVISÃO DE AMBIENTE

ANA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA CAETANO
ANABELA FIRMINO MADEIRA MARTINS
ANTONIO LOPES MONTEIRO
ANTONIO MANUEL GREGORIO PROENCA
BERE MALI
ISALIA CRISTINA DOS SANTOS CASTANHO
JOAQUIM FERREIRA DA CUNHA
LAURA RODRIGUES MARTINS
LUIS MANUEL RAMALHO CORREIA
MANUELA ISABEL CASADO PACHECO
MARIA DE FATIMA FERNANDES MARTINS
MARIA DOS ANJOS MARQUES NOBRE
MARIA GRACINDA DA CRUZ MARQUES FERREIRA JOAQUIM
MARIA MIGUEL HENRIQUE PEREIRA
MUSSA ASSUADE SUMALGY
PAULA ALEXANDRA GONCALVES SOARES ALMEIDA
PEDRO MIGUEL FERREIRA MARTINS
RITA LUISA DA SILVA NIZA MEIRA JESUS
SARA SOFIA FERREIRA COLUCAS PEREIRA
SILVIA JOAO RODRIGUES CUSTODIO
TELMA MARIA SILVEIRA TEIXEIRA

DIVISÃO DE ESPAÇOS VERDES

ALFREDO DA SILVA DE QUADROS
BRUNO MIGUEL FIGUEIRA
CARLA MARIA GONCALVES DA SILVA
CLÁUDIA CATARINA TEIXEIRA FILHÓ
FILIPE ALEXANDRE BERTOLO DA CRUZ
HELENA MARIA CARVALHO GOMES
MARIA DA LUZ JESUS VICTOR QUINTEIRO
MARIA JOSE PIRES AFONSO
MÁRIO JOAO DOS SANTOS DA SILVA
MIGUEL ANGELO HENRIQUES FERREIRA LIMA
VÍTOR FERNANDO ALVES DA SILVA

DIVISÃO DE TRANSPORTES E OFICINAS

ADELINO PAULO RIBEIRO DUARTE
ANTONIO DA CONCEICAO CARVALHO
ANTÓNIO MANUEL FIGUEIREDO NUNES
CARLOS ALBERTO MACEDO CARDOSO
CARLOS MANUEL FERREIRA PEREIRA
DAVID ABEL VIEGAS MARTINS
DAVID ALEXANDRE AMARAL
HELDA MARIA ARAUJO ALMEIDA
HELIO ANTONIO DE BRITO
JAIME FERNANDES MIRANDA RAMOS
JOAO MANUEL VITORINO NORTE
JOÃO TIAGO ARÚJO PÁSCOA
JORGE MANUEL MARTINS DOS SANTOS
JOSE ANTONIO LOURENCO PEREIRA
JOSE MANUEL ANDRADE GOMES BARROS
JOSE MIGUEL RODRIGUES ALVES
JULIO FILIPE DA CONCEICAO SIMOES LOURENCO
LUIS MIGUEL PEREIRA GALAMBA GUERRA E SILVA
MANUEL JOAQUIM SALES NEVES
MARCELO XAVIER DE OLIVEIRA
MARCO PAULO DE JESUS RODRIGUES
MARIA CRISTINA ABADE CHAVES
MARIO RUI CARVALHINHO PALMA
NUNO MIGUEL MOREIRA DOS SANTOS GUERRA
PAULO ALBERTO DA CONCEICAO MOREIRA
PAULO ALEXANDRE ANTUNES RODRIGUES MOTA
PAULO JORGE FERREIRA DOS SANTOS
PAULO JORGE PAIVA RIBEIRO
RUBEN MONTEIRO MARTINS
RUTE ISABEL ANTUNES RODRIGUES MOTA
SEBASTIAO JOSE PENELAS GARGANTA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL

ANABELA DA CRUZ CRISTOVAO DAMASO
GABRIEL DAVIDE LOPES CAETANO
PATRICIA RODRIGUES DOS SANTOS GUERREIRO
ROSALINA DA MATA FERREIRA
VANDA MENDES DA CRUZ

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

ADÍLIA MARIA GERMANO DIAS BENTO ALMEIDA
ADILIA MARIA LOPES GUEDES
ADURAMANE BALDÉ
AIDA MARIA MATOS MARTINS SANTOS
ALBERTINA MARIA MOLEIRA MARTINS
ALBERTINA MARIA NUNES COELHO LOPES
ALDA MARIA PINTO PENETRA CARLOS NUNES
ALEXANDRA ISABEL LOUREIRO PEREIRA COELHO AMARAL



ALEXANDRA MARGARIDA JORGE DOS SANTOS CARAPUCA DA CUNHA
ALEXANDRE MANUEL C.NEVES LOPES PEREIRA
ALICE MARIA CATALIM DA SILVA VALENTE
ALICE SANTOS GOMES FRANCISCO
ALMERINDA MARIA MARTINS RICARDO PEDROSO
ALVARO MANUEL DA SILVA FERREIRA
AMÉLIA VAZ CORREIA SEABRA
ANA CAROLINA GIL VERÍSSIMO PEREIRA
ANA CATARINA ALMEIDA GARCIA
ANA CATARINA MARTINHO DE ARAUJO
ANA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA PEREIRA VALENTE
ANA CRISTINA C.GONÇALVES AMEIXINHA
ANA CRISTINA CABRAL PINTO
ANA CRISTINA CASTELO RODRIGUES DE CARVALHO
ANA CRISTINA DA CUNHA H.G.SEQUEIRA
ANA CRISTINA DOS SANTOS CASTRO PIRES
ANA CRISTINA FERNANDES GOMES DOS SANTOS
ANA CRISTINA FONSECA CASTANHEIRA
ANA CRISTINA LOURENCO RODRIGUES
ANA CRISTINA VILELA MARÇAL
ANA ISABEL BRAS COLACO SILVA
ANA ISABEL MARQUES MORGADO CRUZ
ANA LUCIA CAMPOS DA SILVA MIRA
ANA LÚCIA GONÇALVES MARQUES
ANA LUISA FERNANDES DIAS AGOSTINHO
ANA LUISA PINO GRILO FERREIRA
ANA MARGARIDA PEREIRA MARTINS PAIS
ANA MARIA ALVES CARVALHO
ANA MARIA BERNARDES DOS SANTOS
ANA MARIA GOMES TEIXEIRA LEMOS EMIDIO
ANA MARIA MOURÃO VALÉRIA PEDRO
ANA MARIA PINTO MATIAS DOS SANTOS
ANA PAULA ALVES PARREIRA MACEDO
ANA PAULA CARDOSO BATISTA COSTA
ANA PAULA DA FONSECA SANTOS
ANA PAULA FERNANDES ANDRADE
ANA PAULA JESUS RODRIGUES ALMEIDA
ANA PAULA MARQUES COELHO NEVES
ANA PAULA RODRIGUES COSTEIRA
ANA PAULA RODRIGUES LOPES MARTINS
ANA PAULA RODRIGUES RIBEIRO MARTINS GONÇALVES
ANA PAULA SILVA GODINHO SANTOS
ANA PAULA SOARES DIAS ANICETO
ANA RUTH MOTA DOS REIS ALVES
ANA SOFIA MOÇO FONSECA
ANA SOFIA VICENTE MORGADO
ANABELA FERNANDES DA COSTA
ANABELA GARRUCHO CAST.ESTEVEZ MOUTINHO
ANABELA MARIA BARATA FERNANDES RIBEIRO
ANABELA MARIA JESUS SILVA
ANABELA MARQUES AGUIAR CARVALHO
ANABELA NUNES R.A.GONÇALVES ALMEIDA
ANABELA OLIVEIRA DO ROSÁRIO REBELO
ANABELA RIBEIRO CASTILHO DOS SANTOS
ANDREIA ALEXANDRA TRINDADE FERREIRA
ANDREIA CRISTINA RIBEIRO PIRES
ANDREIA DA LUZ PARADELA DA COSTA
ANDREIA FILIPA DE ALMEIDA RODRIGUES
ANDREIA VIEIRA RAMOS ESTEVES VILELA
ANEESTHER AGUIAR AGUIAR AFONSO
ÂNGELA MARIA DA SILVA FIGUEIREDO DA SILVA
ANTONINO MIGUEL MIRANDA HENRIQUES
ANTONIO JOSE PINTO
ANTÓNIO LUÍS FRIAS FREITAS CALDAS
ANTONIO PAULO DE SA DUHAU LABORDE MONTEIRO
ARMINDA MARIA BAPTISTA DO NASCIMENTO
AUREA FILIPA SANTOS FERREIRA
AURORA FERNANDES FORTUNATO COSTA
AVELINA POPYEINAWA
BEATRIZ ANJOS ANES SALAZAR
BENILDE CONCEIÇÃO BRANCO FIALHO
BENILDE DAS NEVES VICENTE DOS SANTOS
BIATRIZ JENNY NEVES
BRUNO MANUEL BASTOS GOMES
BRUNO MIGUEL OLIVEIRA GOMES VARELA
CÂNDIDA DANIELA MENDONÇA CABRAL
CARINA ISABEL DIAS CLARO MARTINS
CARINA SOFIA DOS SANTOS BAPTISTA
CARLA ALEXANDRA DE JESUS LOPES AMBROSIO
CARLA CRISTINA MARTINS CRUZ PEREIRA
CARLA CRISTINA MOREIRAS SÉRGIO
CARLA FILIPA MORAIS DOS SANTOS COSTA
CARLA MARIA FONTES ALVES DE CARVALHO
CARLA MARIA RODRIGUES
CARLA MARIA SOARES GASPAR
CARLA SOFIA PAULO MONTEIRO
CARLA SUSANA DA CRUZ GAMEIRO DUARTE
CARMINDA BARATA FERNANDES
CATARINA ALEXANDRA BATISTA FRANCO
CATARINA OLÍVIA LAMEIRAS SILVA
CATARINA PINTO DA COSTA
CATARINA SOFIA SIMÕES QUINTAS
CÁTIA ANDREIA MARTINS PEREIRA LOUREIRO
CÁTIA DA CONCEIÇÃO MARTINS BRAZÃO CANEIRAS
BRINQUETE
CATIA SOFIA SANDE GAIMOTA
CÁTIA SUSANA MARTINS ALEXANDRE
CECÍLIA MARIA NAVALHO SILVA
CELESTE DA CUNHA ALEIXO ALMEIDA
CELIA CRISTINA MOREIRA RODRIGUES DOS SANTOS
PAULOS
CELIA DA SILVA RAMOS GAMAS DE BRITO
CLÁUDIA ALEXANDRA CALADO COELHO DE FREITAS
CLAUDIA CRISTINA PERES LOPES
CLAUDIA REGINA PEREIRA ROQUE DA SILVA PATACAS
CLAUDIA SOFIA RODRIGUES SANTOS SILVA
CONSTANTINA MARIA BATINA DE GOUVEIA MADEIRA
CRISTIANA MONTEIRO ALEXANDRE
CRISTINA DA PIEDADE F.BARRELA REBELO
CRISTINA MARIA DA CUNHA DE OLIVEIRA FERREIRA
CRISTINA MARIA DE JESUS NUNES ANTUNES
CRISTINA MARIA DUARTE CERCAS PEDRO
CRISTINA MARIA MALHEIRO TEIXEIRA FERREIRA
CRISTINA MARIA MARQUES AMADO ALFREDO
CRISTINA MARIA RODRIGUES PIMENTA DIAS
CRISTINA MARIA SANCHES PINHEIRO ANSELMO
DAVID JORGE MATEUS SOLDADO
DEOLINDA DA CONCEIÇÃO SANTOS FERREIRA SILVA
DEOLINDA MARIA LAMAROSA MIRA FREITAS
DEOLINDA MARIA VARELA CONCEIÇÃO NETO
DEOLINDA SIMÕES MOUTINHO OLIVEIRA
DINA MARIA SEIXAS SANTOS NUNES
EDITE DA CONCEIÇÃO MENDES
ELIANA DA CONCEIÇÃO SILVA SOARES TAVARES
ELISABETE ALELUIA LOPES
ELISABETE ANTUNES ROSEIRO
ELISABETE DA LUZ DA ASSUNÇÃO ESTEVES
ELISABETE DE JESUS BARATA MARTINS GOMES
ELISABETE JESUS DOS SANTOS PEREIRA PINTO FAUSTINO
ELISABETE MARIA E SILVA VIEIRA
ELISABETE MARIA FLOR BAPTISTA
ELSA CRISTINA CARDINHA ZUZARTE
ELSA FILOMENA SARAIVA PENEIRAS CARVALHO
ELSA MARISA MEDEIROS MATIAS
ELVIRA ROSA TEIXEIRA CARVALHO DA CRUZ
EUGÉNIA CONCEIÇÃO FREIRE VALENTE NUNES
EUGÉNIA MARIA FRANCISCO SIMÕES ROMÃO
EUGENIA ROSA CARDOSO PINHEIRO
EUNICE CARLA GARCIA DE ALMEIDA RODRIGUES
EVANGELINA MARQUES DE SOUSA
FÁTIMA MARIA CARDOSO CANDEIAS
FELISBELA CUNHA ALEIXO LEMOS
FERNANDA GABRIELA LOPES DE SOUSA HENRIQUES
FERNANDA MARIA CARAPINHA BASTOS OLIVEIRA
FERNANDA MARIA CARDOSO MARTINS PEREIRA
FERNANDA MARIA FREITAS RODRIGUES
FERNANDO CORREIA GOMES



FILIPA ALEXANDRA GOMES SENO DA SILVA
FILOMENA CARINA FERREIRA CRUZ CARNEIRO
FILOMENA MARGARIDA TUNA BERNARDO
FILOMENA MARIA CORREIA PIRES
GINA MARIA FERREIRA DA CRUZ CORREIA
GLORIA GONÇALVES FERNANDES
GUIDA MARIA NABAIS AGUIAR DUARTE DOS SANTOS
GUILHERMINA MARIA AMADOR CANDEIAS BARRADAS REBELO
GUILHERMINA ROSA GARCIA TEIXEIRA CUNHA MONTEIRO
HELENA AVILA LOPES JORGE
HELENA MARIA DE ALMEIDA RODRIGUES
HELENA MARIA DIOGO GALHETO
HELENA MARIA FERREIRA DUARTE LIMA
HELENA VICTÓRIA BARBOSA DA SILVA FERREIRA
HÉLIA CRISTINA DIAS MACHADO CARVALHO
HUGO MIGUEL COSTA DE MELO
IDALINA DA SILVA MARTINS PINTO
IDALINA PINTO ALVES CORDEIRO
ILDA MARIA ANDRE R. CRISOSTOMO RICARDO
ILDA MARIA PAIS CONDESSA NOBRE DE OLIVEIRA
ILÍDIA MARIA REGADO FERREIRA DO VALES GOMES
INÊS ALEXANDRA MONTES QUEIXINHAS MADEIRA FERNANDES
INÊS ISABEL BORGES MIGUEL
INÊS ISABEL BOTELHO DIAS
IRENE MARIA FRESCATA TECEDEIRO RAMOS
ISABEL MARIA ALVES PEREIRA NOVAIS
ISABEL MARIA CONCEIÇÃO RODRIGUES SILVESTRE
ISABEL MARIA MENDES BRAGA DA SILVA
ISABEL MARIA SANTANA GAMITO
IVONE MARTINS LAMPREIA DOS SANTOS
JOANA SOFIA GUERREIRO CAETANO
JOÃO AUGUSTO LOPES GOMES
JOÃO CARLOS LOPES FONSECA
JORGE MANUEL DOS SANTOS PEREIRA DA LUZ
JOSE FRANCISCO VAZ DE MATOS
JOSÉ JOAQUIM ARVELOS CANECA
JOSÉ MANUEL RODRIGUES DOS SANTOS
JOSÉ MARIA PINTO MORGADO
JUDITE DE ALMEIDA OLIVEIRA ANTUNES
LAURA CAETANO ANTONIO PEDRO
LAURA MARIA MATOS MARTINS PAIVA
LAURENTINA FERREIRA RIBEIRINHO PEDRO
LEONILDE IDALINA PRATES RIBEIRO DE ABREU
LEONOR GONÇALVES LEAL LUZIO
LEONTINA DE JESUS FERREIRA DOS SANTOS
LIDIA ISABEL COSTA FONSECA
LÚCIA MARIA DE MATOS LUÍS ROSA
LUCIA MARINA S. SANT'ANA CARDOSO CORREIA AMARAL
LUCIANA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA NETO
LUCILIA FARINHA LOPES
LUCÍLIA MARIA PACHECO DIOGO ALVES
LUCINIA JESUS OLEIRO REDONDO RODRIGUES
LUIS ALBERTO DE JESUS JACINTO
LUÍS MANUEL ESTEVES AMARAL
LUIS MANUEL GUERREIRO VIEIRA
LUÍS MIGUEL HENRIQUE TEIXEIRA FERREIRA
LUISA MARIA AGOSTINHO ROSARIO TEIXEIRA
LUISA MARIA HONRADO FERNANDES CARVALHO
LUISA MARIA NUNES LOBO DE CARVALHO
LUISA MARIA RODRIGUES CALDEIRA DA COSTA
LURDES MARIA PATACO DURA DE SOUSA
MAFALDA DIAS CASQUILHO MONTEIRO
MAFALDA SOFIA LOPES GONÇALVES
MANUEL ANTONIO GONÇALVES BARROSO RODRIGUES
MANUELA MARIA RODRIGUES CORREIA
MARCIA ANDREIA ARVELOS CANECA MONTEIRO DA SILVA
MÁRCIA MARIA GOMES PIRES
MARGARIDA ALEXANDRA FERREIRA GUERREIRO
MARGARIDA HENRIQUES SANTO
MARIA ADELAIDE AFONSO BATISTA HORTA
MARIA ADELAIDE COELHO SANTOS FERNANDES
MARIA ADELINA CONCEIÇÃO MARQUES PEREIRA
MARIA ADÍLIA SANTOS FERREIRA CIDADE
MARIA ALDORA PULGA PEREIRA BERNARDO
MARIA ALICE ALMEIDA MARQUES VALENTE
MARIA ALICE NUNES CARDOSO FARINHA TERESO
MARIA AMÁLIA PEREIRA ALMEIDA CONDEÇO
MARIA AMÉLIA CAROÇO RODRIGUES PIRES
MARIA ANGÉLICA GARRIDO DUARTE PEREIRA
MARIA APARECIDA CABRAL
MARIA ASSUNÇÃO SOARES BRANQUINHO RIBEIRO
MARIA AUGUSTA ROMA NOGUEIRA M. CARVALHO
MARIA AUGUSTA SOUSA FREITAS FONSECA
MARIA AUGUSTA VARGAS CAETANO S. AGOSTINHO
MARIA CARMINDA BARATA LOPES ESTEVES
MARIA CARMO MORGADO DE BRITO
MARIA CARMO SILVA MARQUES ESCOBAR
MARIA CECÍLIA S.R. FREITAS CALDAS
MARIA CELESTE DA SILVA PEREIRA SANTOS
MARIA CIDÁLIA DA SILVA SANTOS
MARIA CONCEIÇÃO ALMEIDA CORREIA SANTOS
MARIA CRISTINA RODRIGUES GOMES DOS SANTOS
MARIA DA CONCEIÇÃO BARATA CARVALHO
MARIA DA CONCEIÇÃO CARVALHO GOMES DO VALE
MARIA DA ENCARNAÇÃO OLIVEIRA R. CARVALHO
MARIA DA GRAÇA LOBATO DOS SANTOS PAULO
MARIA DA GRAÇA MACHADO RODRIGUES MATEUS
MARIA DE FÁTIMA LOURENÇO AUGUSTO
MARIA DE FÁTIMA PIRES RODRIGUES
MARIA DE JESUS SIMÕES CASTRO REIS
MARIA DE LURDES DUARTE FERREIRA
MARIA DE LURDES GASPAR DOS SANTOS
MARIA DE LURDES MERES LOPES
MARIA DE LURDES NETO NEVES PEREIRA
MARIA DE LURDES RIBEIRO CARDOSO
MARIA DO CARMO CELESTE CARNEIRO TEIXEIRA
MARIA DO NASCIMENTO PIRES MARQUES
MARIA DO ROSÁRIO DOS REIS
MARIA DOS ANJOS AFONSO ANDRÉ RIBEIRO
MARIA DOS ANJOS PEREIRA MARQUES MATOS
MARIA EDITE FRANCISCO DA COSTA
MARIA ELISABETE CAMPOS DA SILVA CUNHA
MARIA ELISABETE MARQUES MACHADO
MARIA ELISABETE ROSARIO GOMES RAMOS
MARIA EMILIA CRUZ DOS SANTOS
MARIA EMILIA GASPAR GORJÃO OLIVEIRA
MARIA ENCARNAÇÃO RAMOS MARTINS
MARIA ERNESTINA SILVA DOS SANTOS ROSA
MARIA ETELVINA LOURENÇO ALVES MARQUES
MARIA FÁTIMA BAPTISTA OLIVEIRA DOMINGOS
MARIA FÁTIMA COSTA FERNANDES BARBOSA
MARIA FÁTIMA DA SILVA SALGUEIRO
MARIA FÁTIMA FERREIRA ANASTÁCIO
MARIA FÁTIMA GONÇALVES TEIXEIRA MENDES
MARIA FÁTIMA JULIO LOPES
MARIA FÁTIMA LOPES FERREIRA MATOS COSTA
MARIA FÁTIMA MARTINS AMARO
MARIA FERNANDA ALMEIDA ALDEIA MARQUES
MARIA FERNANDA BRITO PEDREIRA CARVALHO MATIAS
MARIA FERNANDA DE MATOS MARTINS BUSCA
MARIA FERNANDA MARQUES GOMES REIS
MARIA FERNANDA NEVES PATACAS RIBOLHOS
MARIA FERNANDA RODRIGUES DA SILVA
MARIA FERNANDA SOARES FIGUEIREDO RAMOS
MARIA FILOMENA BARROS TEIXEIRA LAVRADOR
MARIA FILOMENA CARMO SANTOS RODRIGUES
MARIA FILOMENA FERNANDES MOUTINHO CASTANHEIRA
MARIA FILOMENA SOUSA
MARIA GORETI MOREIRA TEIXEIRA GARCIA
MARIA GRAÇA GOMES MIRANDA BRAS ALCOBIA
MARIA GUIOMAR MARTINS MANSO COELHO
MARIA HELENA BENTO MARQUES DE SOUSA
MARIA HELENA DIAS PEREIRA FERNANDES
MARIA HELENA MARÇAL FRANCISCO NUNES
MARIA HELENA MARQUES COSTA TEIXEIRA
MARIA HELENA MARTINS DA SILVA



MARIA HELENA SILVA LAMAS RODRIGUES
MARIA HELENA SILVA MARTINS TEIXEIRA
MARIA HELENA SOARES DAS NEVES
MARIA HORTENSE SOBRAL MENESES TOMÉ
MARIA IDALINA AMORIM PEREIRA MATOS
MARIA IDALINA MARQUES AMRAO DOS SANTOS
MARIA ISABEL FERNANDES MARIZ
MARIA ISABEL GONCALVES DIAS
MARIA ISABEL GUIMARAES GRADIL
MARIA ISABEL MACHADO LOURENÇO RIJO
MARIA ISABEL RODRIGUES BORGES PARGANA
MARIA ISABEL SILVA SOARES
MARIA IVONE SOBRAL PADILHA PINHEIRO
MARIA JESUS PAULA SANTOS TAVARES
MARIA JOÃO DOS SANTOS ÁGUA TORRES
MARIA JOAO LEITAO CARMONA FIGUEIREDO
MARIA JOAO LUIS FAZENDAS
MARIA JOÃO PINTO VIANA
MARIA JOÃO SANTOS GUEDES FIGUEIREDO
MARIA JOAQUINA RAMOS SILVEIRO LEITÃO
MARIA JOSE COSTA SILVA GERALDES BRASIL
MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA INÁCIO
MARIA JOSÉ HARRIGTON PIRES
MARIA JOSE JESUS SOARES DIAS
MARIA JUDITE JESUS SANTOS
MARIA LOURDES QUEIROZ BARBOSA RODRIGUES
MARIA LUISA GIL MONTEIRO
MARIA LUISA LAPA DE ALMEIDA FERNANDES
MARIA LUÍSA LOURO SÃO PEDRO
MARIA LUISA RIBEIRO PEREIRA DE MATOS
MARIA LURDES CERDEIRA PEREIRA SERRA
MARIA LURDES PEREIRA FIGUEIREDO
MARIA LURDES RODRIGUES ANTUNES GOUVEIA
MARIA LURDES SIMÕES DAVIDE
MARIA MADALENA MENDES GONÇALVES CANEIRA
MARIA MADALENA PINTO CATALINO
MARIA MANUELA DO CARMO MENDES BORREGO
MARIA MANUELA MAGALHÃES DOS SANTOS PEREIRA
MARIA MANUELA NEVES DUARTE REIS
MARIA MANUELA PIEDADE DUARTE DE OLIVEIRA
MARIA MANUELA SANTOS JOAQUIM TAVARES
MARIA MARGARIDA GOMES DA SILVA
MARIA NATÁLIA MARTINS GASPAR PIRES
MARIA ODETE MENDES RODRIGUES DOS SANTOS
MARIA OLINDA RODRIGUES HENRIQUES MARTINHO
MARIA OTÍLIA P.PINTO MOSTEIAS MIRÃO
MARIA PALMIRA DA SILVA PEREIRA ANINO
MARIA PAULA FREITAS FIGUEIREDO NEVES
MARIA ROSA DOS SANTOS JACINTO RUSSO
MARIA TERESA CORREIA TAVARES SILVA
MARIA TERESA SEQUEIRA
MARIA VITÓRIA LOPES PRIMO GANITO
MARIANA ELISA P.N.BILAU ROSADO ESTALAGEM
MARINA JESUS CRISTETA ALMEIDA
MARISA CLAUDIA FERREIRA VIEIRA
MARTA SOFIA RIBEIRO CARGALEIRO TAVARES
MARTA ELISABETE ANTUNES DUARTE
MARTA ISABEL TEIXEIRA OLIVEIRA
MARTA SOFIA DA SILVA MENDES GABRIEL
MIACAEIA JOSEFA VALENTE CARDOSO
MILITA LUMEN SARTO SOCORRO MILHEIRO HENRIQUES
MONICA DEL PILAR CHAVEZ MESTANZA
MONICA PATRICIA CASTANHEIRA COSTA
NATÁLIA DA SILVA FREITAS
NATALIA MARIA GOMES SILVA MENDES
NATALINA MARIA LAPA ROSADO
NATÉRCIA MARIA FIGUEIREDO DE ALVES SANTOS
NATERCIA MARIA SALDANHA ALMADA
NAZARÉ ANDRADE CLARINHA
NELMA MARIA SANTOS TEIXEIRA DE CARVALHO ALVES
NUNO MIGUEL DA SILVA PINTO
ODETE FERNANDES RIBEIRO VALÉRIO BORGES
OFELIA MARIA FERREIRA PINTO MAGALHAES
OFELIA MARIA ROSARIO JESUS
OLGA MARIA GASTALHO ALMEIDA SILVA REBELO
PALMIRA DA CONCEIÇÃO GRILLO M.MOREIRA
PALMIRA PIRES FERNANDES POLHO
PATRICIA CARLA DOS SANTOS M.MARCELINO
PATRICIA DE FATIMA SANDE GAIMOTA
PATRICIA MARIA PALMA BARRETO
PATRICIA MARIA TEIXEIRA BARROSO
PATRÍCIA SOFIA DA LUZ GUERREIRO VIEIRA
PAULA CRISTINA AGAPITO A.FREITAS SILVA
PAULA CRISTINA AGOSTINHO DO ROSARIO DOS ANJOS
PAULA CRISTINA ALMEIDA MOREIRA DA HORTA CALDAS
PAULA CRISTINA DOS SANTOS LOPES DE JESUS COLEHO DA SILVA
PAULA CRISTINA FERNANDES RUIVO ANTUNES
PAULA CRISTINA HENRIQUETA DE MAGALHÃES SEQUEIRA
PAULA CRISTINA PEREIRA GONÇALVES RODRIGUES
PAULA CRISTINA RIBEIRO PAULO SANTOS
PAULA CRISTINA SILVEIRA FERNANDES
PAULA MARIA FERREIRA MARCELINO
PAULA MARIA FILIPE AMARO LEITÃO
PAULA MARIA RIBEIRO MENDES
PAULA RENATA MACHADO SIMOES DE SOUSA REIS
PAULA SUSANA ANTUNES FERREIRA
PAULO ALEXANDRE SANTOS PEREIRA
PAULO EMANUEL COELHO SILVA H.SERRANO
PEDRO RUI DA CONCEIÇÃO FERNANDES
PERPÉTUA HENRIQUETA PRAZERES GALVEIA
PRECIOSA GONÇALVES DA SILVA MARQUES
RAQUEL DOS SANTOS ANTUNES
RICARDO FERNANDO DE ARAUJO GASPAR
RITA ALEXANDRA ANTUNES MOURA REIS
RITA FILIPA DE SOUSA BARBOSA
RODOLFO DAVID FERREIRA CRUZ
ROSA MARIA COSTA CRISTELO FERNANDES
ROSA MARIA DE JESUS FONSECA
ROSA MARIA LOURENÇO GONÇALVES E SILVA
ROSA MARIA OLIVEIRA MAGALHÃES FRAÚSTO
ROSA MARIA RIBEIRO REGO LOPES
RUI MANUEL SILVA PALHINHAS
RUI MIGUEL MARQUES COSTA CABRAL
RUTE MARIA CREIO POLICARPO BRAZ
SAMANTA RUTE CAIRES FERREIRA
SANDRA CRISTINA AFONSO ALVES FERNANDES
SANDRA INÊS FRANÇA MESQUITA MARÇO
SANDRA ISABEL BRITO MARTINS
SANDRA MARIA GONÇALVES HENRIQUES
SARA ALEXANDRA RODRIGUES QUINTAS
SARA MARIA FERNANDES ABREU
SARA PATRÍCIA GOMES TRINDADE
SARA RAQUEL DOS SANTOS FERREIRA
SARITA HAIDER DAUDE
SILVIA ALEXANDRA DOS SANTOS GONÇALVES RODRIGUES
SOFIA ALEXANDRA CLARA LOPES LOURENÇO
SOFIA ALEXANDRA DA SILVA MIRANDA GASPAR
SOFIA ALEXANDRA PRUDÊNCIO DOS SANTOS MATEUS
SOLANGE CRISTINA DOS SANTOS PARENTE
SÓNIA CRISTINA CAEIRO DA SILVA FERREIRA
SONIA CRISTINA DIAS DE CASTRO
SONIA CRISTINA DIAS DOS SANTOS FRANCISCO
SONIA CRISTINA SALGUEIRO DA SILVA VICENTE
SÓNIA CRISTINA SILVA SALVADO
SÓNIA DOS ANJOS VITAL
SONIA MARGARIDA PINTO GOMES VICENTE
SONIA MARIA GOMES
SORAIA MARIA DA SILVA PEREIRA
SUSANA DA CONCEIÇÃO LUIS FAZENDAS
SUSANA MARIA DAS NEVES POUSEIRO FERRAZ
TANIA ALEXANDRA GODINHO LOPES
TÂNIA PATRÍCIA RIBEIRO NOGUEIRA
TANIA RAQUEL SANTOS PEREIRA
TATIANA MATOS RIBEIRO
TELMO RAFAEL SIMÕES FERREIRA
TERESA DE JESUS CAPELO CAROÇO
TERESA MARIA DUARTE DOS SANTOS



TERESA MARIA FERNANDES SANTANA
TERESA MARIA MACHADO LOURENÇO MENDES
TERESA MARIANO DIAS PEDERNEIRA
TERESA MARINA OLIVEIRA RAMALHO SANTOS FRANCISCO
TERESA MARTINS CORREIA JERÓNIMO
TERESA PEREIRA MARQUES
TIAGO PEREIRA FERNANDES
VALENTIM JOSE MOURA SOARES
VANDA ALVES DE MAGALHAES
VANESSA ALEXANDRA DA SILVA VIEIRA
VÂNIA ALEXANDRA RIBEIRO MENDES MAIO
VERA LÚCIA CABAÇO MOREIRA
VERA SOFIA RIBEIRO GOMES
VIRGINIA MARIA CRAVID D OLIVEIRA ANDRE
VIRGINIA MARIA LOPES MADEIRA
ZELIA LUISA PINTO VINAGRE CAMPOS
ZÉLIA MARIA BARROSO BOTELHO BALULA
ZÉLIA MARIA DE FREITAS AREIAS ALVES

DIVISÃO DE PROJETOS EDUCATIVOS, IGUALDADE E CIDADANIA

ANA ISABEL FRADE SOARES
ANA ISABEL MARTINS GONÇALVES AFONSO FIGUEIRA ATABÃO
ANA MARGARIDA FIGUEIREDO PASSOS RAMOS
ANA PAULA RODRIGUES DA SILVA
ANA RITA FIGUEIRA ANTONIO
ANABELA MARIA LOPES LOURO
ANTONIO LUIS FIGUEIRA ATABAO
ARMINDA DE JESUS BENTO MARCAL
BRUNO MIGUEL DE CASTRO PINTO ALVES INGLÊS
CARLA MARISA DE JESUS MARQUES TEIXEIRA
CÉLIA DE FÁTIMA CROCA DE SOUSA ANTUNES
CLÁUDIA PATRICIA LÁZARO RAMOS TINOCA
DANIEL GONCALVES MARQUEZ
EVELINA MARQUES
FERNANDA MARIA PINA DA COSTA RAMOS
HELENA MARIA PIRES MONTEIRO
JOANA RITA SERRANO NUNES REBELO
JORGE MANUEL RESENDE MOUTA
LÚCIA RAQUEL PRIOR DOS SANTOS
LUIS MACHADO CORTÉZ PINTO
MAGDA ISABEL BORGES SIMOES
MARGARIDA MARIA CARREIRO DE CASTRO LOPES
MARIA ALICE PEREIRA DE ALMEIDA CARVALHO
MARIA DE FÁTIMA DA CRUZ SIMOES ESTEVAO
MARIA DEOLINDA MOTA DA CONCEICAO
MARIA DO CEU RAMOS GONCALVES
MARIA DOLORES GARCIA FAUSTINO DE ALMEIDA
MARIA DULCE SIMOES MESSIAS
MARIA HELENA ALMEIDA GROU CATARINO
MARIA JULIA FERNANDES DA QUINTA LOURENCO
MARIA LEONOR DE CARVALHO REY BARBOSA PEIXOTO
MARIA MADALENA RODRIGUES VALENTE CRISTOVAO
MARIA MANUEL DA COSTA MARTINIANO TAVARES DIAS
MARIA MANUELA FERNANDES GRACA DA ROSA
MARIA SARA CASEIRO DOS SANTOS TEIXEIRA
MONICA ISABEL DA SILVA REBELO
PATRICIA ALEXANDRA ANTUNES GOMES
PATRICIA ALEXANDRA DOS SANTOS DE ALMEIDA NOGUEIRA
PATRICIA CARLA PEDROSO DOS SANTOS CRUZ
PATRÍCIA ISABEL NOVAIS SILVA
PATRICIA SUSANA DA COSTA FOLGADO
PAULA CRISTINA CARONA LARANJEIRA
PAULA CRISTINA DOS SANTOS COSTA
PAULO JORGE DOMINGOS RAINHA
PAULO JOSE COIMBRA FERNANDES
RITA DIAS RODRIGUES CABAÇO
ROSA ALEXANDRA MACHADO DOS SANTOS SILVA FERREIRA

RUTE SOFIA CRUZ BRITO ROQUE MARQUES
SANDRA CRISTINA MARTINS DA SILVA VICENTE GONÇALVES
SANDRA MARIA AMARAL COUTINHO ALVES
SANDRA MARIA FILIPE
SANDRA MARISA CAVALEIRO LEOCÁDIO ZANINI
SANDRA PAULA DOS SANTOS QUINTANILHA
SARA DUARTE DA CUNHA LOPES BRITES SIMÃO
SILVIA MARIA NUNES CARREIRAS PEREIRA DA SILVA
SIMONE MARIA MOREIRA DE CARVALHO
SOFIA PEDROSO CORREIA DE MATOS BOTO
SÓNIA ALEXANDRA FAUSTINO TELES

DIVISÃO DE COESÃO SOCIAL

ADELINA MANUEL GOMES PEREIRA FREIRE
ALICE MABILIA DOS SANTOS SILVA
ANA LUISA NUNES MIRANDA DINIZ
ANA MARIA DO NASCIMENTO GONCALVES
CARLA MARIA RODRIGUES BARRA DA SILVA
INES MARTINS DE BARROS DOS SANTOS FRADIQUE
MARGARIDA AUGUSTA TORRAO PAO-MOLE SIMAO
MARIA LUISA DA SILVA GUERREIRO MORGADO
MARIA PAULA BELPHO DA SILVA LANCA
MARIANA CARREIRAS NOBRE DIAS
SANDRA ARGUELLES PIRES LIMA
SANDRA MARIA PAIVA PIMENTA MENDES GORDO

GABINETE DE SAUDE

ANABELA ALVES PIRES
CARLOS MANUEL LEITAO VALENTIM
CRISTINA MARIA FRANCA PEDROSO SARAIVA
JOSE LUIS DIAS BRANCO
NELSON DA SILVA DO NASCIMENTO
PEDRO AIRES DE CRUZ VASCONCELOS FERNANDES
SANDRA MARILIA CRUZ VELOSO DA SILVA
SANDRA MARINA PINTO ANTUNES
SOFIA RUBINA MENESES CORREIA GONCALVES FERNANDES

DEPARTAMENTO DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

ABDEL PIRES SANHA
ALEXANDRE TEODORO NUNES VALENTE
ALVARO JORGE SILVA MARUJEIRO
ANA ISABEL TEIXEIRA LAVRADOR
ANA JOANA FERREIRA PACHECO
ANA LUISA CRISTAO MARMELO DA LUZ
ANA RITA RODRIGUES BORGES
ANTONIO LOUREIRO MARQUES
ARTUR ALEXANDRE DE OLIVEIRA RODRIGUES
BRIGITE PEIXOTO DIOGO ANTÓNIO
BRUNO ALEXANDRE PALMA DA FONSECA
CARLA ALEXANDRA CRUZ DE SOUSA
CARLA ISABEL DA FONSECA RODRIGUES GOMES
CARLA PATRÍCIA FAZENDA CORREIA DA SILVA
CARLOS ALEXANDRE BARGADO LERIAS
CARLOS MANUEL FERREIRA DINIS
CARLOS MANUEL GONÇALVES DE ALMEIDA DIAS
CARLOS MIGUEL JANUARIO DA COSTA
CATARINA ALEXANDRA CRISTOVÃO DA SILVA DÂMASO
CATARINA BEJA SIMÕES DE ALMEIDA
CATARINA FILIPA ANTUNES TOME JOAQUIM



CÁTIA MARINA SANTOS CRUZ
CLAUDIA FILIPE DOS SANTOS ENVIA
CLAUDIA HELENA CARVALHAIS VENIDO
DEOLINDA PEREIRA PALHIM NERES
DIOGO FERNANDES TEIXEIRA MARTINS
DIOGO FRIAS SAMPAIO AMARAL PIEDADE
FILIPE ALEXANDRE ALVES TIBÉRIO
GHENADIE PLINGAU
HELENA MARIA DE JESUS PEREIRA CABEÇAS ROMUALDO
HUMBERTO GIL ROSA BATISTA
INÊS DA SILVA GUIMARÃES
INÊS GONÇALVES FERREIRA
INÊS SANTIAGO DOS SANTOS SILVA
ISA DE CARVALHO FERREIRA
ISABEL DA ASSUNÇÃO MESQUITA PONTES
JOAO CARLOS PIRES CARDIGA
JOAO MIGUEL MACHADO MARTINHO
JOSE ANTONIO RODRIGUES PINTO
LAURA DE ALMEIDA FARIA
LEOPOLDINA MARIA DE MAGALHAES
LINA MARIA LAGES DA CRUZ
LYUBOV VASYLIVNA BALOG
MAFALDA SOFIA RIBEIRO FILIPE
MANUEL DE JESUS MONTEIRO DE OLIVEIRA
MARIA DA CONCEICAO GARCIA MANGAS
MARIA ELISIA RODRIGUES BASTOS GOMES
MARIA FILOMENA FIDALGO LOPES CAETANO
MARIA MANUELA DIAS RODRIGUES CORREIA
MARIA TERESA RODRIGUES MONTEIRO
MÁRIO RUI TEOTÓNIO DOMINGUES
MARLENE SOFIA ASCENSÃO TAVARES
MARLENE SUSE CARVALHO FERREIRA
NELSON EMANUEL FERREIRA RAMOS
NUNO ALEXANDRE RODRIGUES CALDEIRÃO NUNES ARAÚJO
NUNO FILIPE ANDRE GAUDENCIO
PAULA ALEXANDRA SILVA AMARO PINTO
PAULA MARIA MENDES CORREIA RODRIGUES
PEDRO ALEXANDRE SANTOS RODRIGUES
PEDRO MIGUEL MORGADO LOURENCO
RICARDO MANUEL TEIXEIRA AFONSO
RITA MAFALDA CORREIA MIRANDA
RUI MIGUEL CHASSO CASALEIRO DOS SANTOS
SARA CRISTINA CARVALHO MATOS OLIVEIRA COSTA
SARA MARGARIDA MARQUES DAS NEVES
SÉRGIO JOFRE FERNANDES DOS SANTOS
SOFIA ALEXANDRA MARQUES DAS NEVES
SÓNIA FILIPA RODRIGUES CORREIA
SUSANA CRISTINA CARVALHEIRA BARROSO
SUSANA ISABEL ANDRADE TEIXEIRA
TERESA DE CASTRO RODRIGUES DA FONSECA LOIOS
TIAGO MANUEL ESTEVES CARVALHO
TIAGO MANUEL GALHANO
VALTER EMANUEL TEIXEIRA MACEDO
VANESSA ALEXANDRA BORGES ALFAIATE

DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO

ALDINA DA CONCEICAO ARAUJO
ALEXANDRA MARGARIDA CARDOSO REBECA VITAL
ANA ALEXANDRA OLIVEIRA AZEVEDO
ANA CRISTINA ENCARNACÃO SANTOS LEITAO
ANA CRISTINA FERREIRA DELGADO DE OLIVEIRA
ANA FILIPA VIEGAS MADEIRA PEREIRA
ANA PAULA ALVES DOS SANTOS SILVA
ANA PAULA DE JESUS CHAGAS FIRMINO
ANDREIA CRISTINA DE MORAIS CARAPINHA
ANDREIA SOFIA SILVA SANTOS
CARLA CATARINA CARDOSO CANHOTO
CARLOS MANUEL BAPTISTA AMARAL
CATARINA LOURENCO DA SILVA
CECILIA DE LURDES LEAL VELEZ

CRISTINA MARIA PONTES PEREIRA
EDGAR LUIS SIMOES VALLES
ELISABETE MARIA DA SILVA CARDOSO MATOS LOURENCO
ESTEFANIA ANTONIO MACEDO CORREIA
FERNANDO JOSÉ CLAUDINO BEXIGA
HELENA FERNANDA TEIXEIRA MORAIS DO NASCIMENTO JARDIM
HELENA MARIA RODRIGUES FRANCISCO
HERMINIO MANUEL JANEIRO ISIDRO
ISABEL MARIA FERREIRA FERNANDES FONTE
ISABEL MARIA MORAIS TEIXEIRA
ISABEL MARIA NUNES CORREIA DA SILVA DOS SANTOS
JOAO CARLOS GONCALVES NEVES
JOAO MANUEL GONCALVES DA SILVA
JOAO PAULO DOS SANTOS REGO OLIVEIRA FRESCO
JOAQUIM FRANCISCO SANTOS MORAIS
JOSE CARLOS SOEIRO MOREIRA
JOSE MANUEL TRINDADE MANECAS
JUDITE MARIA BARREIRA DE ARAÚJO PÁSCOA
JULIO CESAR NOGUEIRA
LUDWIG AUGUST SOLANO MASSANO REICHE
LUIS MIGUEL DAS NEVES CAETANO
MARIA ADELAIDE PALMA FLORINDO PINTO
MARIA CLARA DOMINGUES DE JESUS ZIEBELL
MARIA DILAR SAIOTE PELICA
MARIA DO ROSARIO PINHEIRO DIAS CAIXA
MARIA FERNANDA PATROCINIO MOROSO
MARIA FILOMENA DA CONCEICAO VIEGAS SOUSA
MARIA ISABEL GERALDO DE ALMEIDA VIEIRA CAROLO
MARIA JOÃO MAGRO CONCEIÇÃO MARTINS FONSECA AUGUSTO
MARIA MANUELA DIAS DOS SANTOS HENRIQUES
MARIA MANUELA RIBEIRO CARVALHO
MARIA MARGARIDA DA SILVA MARTINS CARVALHO
MARIA NATERCIA GONZALEZ DA SILVA COSTA
MARINA DOS SANTOS MENDES BARATA
MIGUEL SOUSA FERREIRA
NIDIA ALEXANDRA LOUREIRO SOARES
OLGA MARIA SOUSA TEIXEIRA
RICARDO MIGUEL ANDRADE MANETA
RICARDO PAULO MINA CURIAO FONTOURA
RITA FERREIRA MACHADO DRAY
RITA ISABEL MONTEIRO JERONIMO DA SILVA
SANDRA CRISTINA TOME
SARA ALEXANDRA COSTA JOAQUIM
SARA CRISTINA FERNANDES PEQUENAO SILVA
SOFIA ALEXANDRA LOPES DE ALMEIDA SILVA ANTUNES
SONIA PATRICIA DA SILVA MENDES JUSTINO
SUSANA CRISTINA RIJO NUNES BERNARDO
SUSANA MARGARIDA DOS SANTOS SILVESTRE
VERA ALEXANDRA GUERREIRO DE ALMEIDA

GABINETE DE JUVENTUDE

ANA RITA DO VALE REBELO
ANTONIO MANUEL GUINDEIRA GOMES
CARLA LUISA CARDOSO PEREIRA
CLAUDIA MARIA NOGUEIRA NUNES
CLAUDIA SOFIA TOMAS BERNARDO
FILOMENA DA CONCEICAO GONCALVES ALVES COSTA
GRACA MARIA ESTEVES MOURA ALVES
GUIDA MARIA MORAIS UVALDO SALGUEIRO
MARIA ISABEL DE SOUSA BANDEIRA JORGE
PAULA CRISTINA VARANDAS REBELO
TANIA CRISTINA DE ALMEIDA TOME MILHEIRO

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

ANA SUSANA OLIVEIRA DOS SANTOS
ANGELINA MARIA PEREIRA



CARLA ALEXANDRA LOPES SILVA DUARTE
CARLA CRISTINA QUINTAS RICO FERREIRA ROSINHAS
DUARTE NUNO DOMINGUES ESTEVES MIGUEL TAVARES
HELDER FERNANDO DO NASCIMENTO DE ALMEIDA
ISABEL VINAGREIRO DA SILVA
LUÍS FERNANDO PATROCÍNIO DA SILVA
MARIA CELESTE FRADE MESSIAS JORDAO
MARIA DE FATIMA MONTEIRO DE CARVALHO
NUNO FILIPE DE SOUSA ABRANTES GOMES
RUI PEDRO DA SILVA VIEGAS DIAS SERODIO
SUSANA MARIA ANACLETO GONCALVES DUARTE

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO

ANA CATARINA AZEVEDO RODRIGUES
ANA ISABEL COSME GOMES
ANABELA GORDICHO DA COSTA
CANDIDA ISABEL ADELINO LOPES
CARINA DA CRUZ SIMOES MARQUES
CARLA CRISTINA FERNANDES DA SILVA
CARLA SOFIA PARDELHAS MARTA
CARLOS MANUEL BARRETO JOSE
CARLOS MANUEL FREIXO TOMÁS
CLARA SOFIA NUNES NOGUEIRA FRAGUAS
CORALIA VICOSO DA CONCEICAO AFONSO RODRIGUES
CRISTINA ALVES DA CRUZ CARRONDO
CRISTINA DE FATIMA DA SILVA SOARES RIBEIRO PEDRO
ESMERALDA VALERIO MADEIRA
ISABEL REGINA DE BRITO CERQUEIRA ALVES GUERREIRO
JOAO CARLOS FERREIRA MORAIS
JOÃO MANUEL CARDOSO ALCOBIA
LIDIA MARIA FERREIRA LOURO FRANCISCO
LIGIA MARIA FERREIRA DOS SANTOS COUCHINHO
LILIANA ALVES DE LEMOS MARQUES PIRES DEUS ALVES
LUIS MIGUEL DA SILVA E SOUSA MARTINS
MARCO PAULO LEMOS PINA
MARIA AURORA PARREIRA PERES DA FONSECA
MARIA DE LURDES PAULINO TOMAS CASTANHEIRA
MARIA MARGARIDA SANTOS DE FREITAS
MARIA TERESA FONSECA REIS
MONICA ALEXANDRA MOTA RIBEIRO
OLGA MARIA VIEIRA DA CUNHA TABORDA
PAULA ALEXANDRA ANDRADE DE JESUS HENRIQUES
PAULA CRISTINA SEBASTIAO RAMOS FREITAS
ROSA MARIA DA SILVA VIDEIRA
RUI MIGUEL DA COSTA BARATA
SANDRA CRISTINA DE SEQUEIROS PEREIRA
SANDRA CRISTINA FERNANDES DE ALMEIDA
VITOR JOSE ANTUNES PINHEIRO

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

ANDREIA FILIPA MARTINS DINIZ
CARLOS LUIS DE CARVALHO CARDOSO
FATIMA MARIA DA SILVA OLIVEIRA
FERNANDO MANUEL REBELO LUIS MORAES
JORGE MIGUEL MOREIRA ANDRADE
LUIS MANUEL OLIVEIRA GOMES COSTA
PAULO JORGE TEIXEIRA BARATA
PAULO SERGIO RIBEIRO TAVARES
RUI BATISTA MARQUES
RUTE MADALENA TEIXEIRA DOS SANTOS RIBEIRO

SERVIÇO DE VETERINÁRIA MUNICIPAL

ANA ISABEL GOMES RUFINO
ANA SOFIA RAMALHETE DA SILVA AFONSO PIRES
ANTONIO JORGE ARAUJO

CARLA CRISTINA GUILHERME GONCALVES
CARLA DIVA RIBEIRO TRIGO
CARLOS MANUEL CUNHA DIAS
JOSE LUIS SOARES BENTO
MARCO GONCALVES MARQUEZ
MARIA HELENA MOTA ANDRE
MARIA JOAO COSTA BAPTISTA NABAIS
ROSA MARIA MASCOTO TEIXEIRA
TANIA CRISTINA DA SILVA MORAIS

GABINETE DE COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES PÚBLICAS E PROTOCOLO

AIDA MARIA RODRIGUES GERARDO
ANA CRISTINA BECQUART MOTA MONTEIRO
ANA SOFIA ALEXANDRE DE MOURA FERNANDES MOURAO
ANABELA PEREIRA MIGUEL DOS SANTOS
CARLA ALEXANDRA BRAZ MARTINS
CELIA DE JESUS CALADO PASSINHAS
CRISTINA MARIA COSTA PEREIRA TATO MARINHO
EDUARDO JOSE CARLOS ALMEIDA DE SOUSA
FATIMA DE JESUS LAMAS MARTINS
HELENA MARGARIDA SILVERIO DE ANDRADE
JOAO CARLOS SARAGOCA DA SILVA
JOÃO MANUEL MONTEIRO FRECHES
LILIANA SARAIVA GABRIEL GOMES
LUIS MANUEL ALVES SIMAO
MARTA ALICE DA SILVA PARREIRA PINTO FERREIRA ALVES
MARTA SOFIA FERREIRA ALVES COUTINHO
NUNO JOSÉ CAMPOS SIMÕES LUÍS
NUNO MIGUEL BATISTA MOREIRA
PATRICIA ALEXANDRA SIMOES MARTINS
PATRICIA ISABEL DE FARIA FRANCHI
PAULA SILVA BRITO MESTRE COSTA
PEDRO ALEXANDRE ALVES PERES
SAIDA DA LUZ LOPES MALATO
SANDRA FILIPA INACIO PEDRO
SONIA MARIA FILIPE DOS SANTOS ENVIA
VANESSA ALEXANDRA DA FONSECA NEG-KUAN
VERA SILVIA NOGUEIRA MENDES VELOSO

GABINETE DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E PROJETOS ESPECIAIS

ANA RITA MENDES DOS SANTOS CARDOSO ROSADO
ANABELA RODRIGUES MOTA CAPITAO
BRUNO MIGUEL FERREIRA CABACO
CARLOS ANTONIO JESUS DOS SANTOS
CATARINA BARBARA PEREIRA FIGUEIREDO DE ABREU
MARCO ALEXANDRE SILVERIO MOREIRA
MARIA DA GRACA DA SILVA MOURAO SERRA
MARIA EUGENIA NUNES RODRIGUES LOBO
MARIO JOSE CESAR CANTINHO
NELSON MANUEL MALCATA SIMOES
PAULA ALEXANDRA DA SILVA GANCHINHO BAPTISTA
PAULA CRISTINA GONCALVES CORREIA
RITA NUNES ESTEVES TAVARES DE MOURA
SILVIA MARINA SINTRAO DE CARVALHO PRUDENCIO
SUSANA MARIA DE VEIGA NUNES LOUREIRO
TERESA CRISTINA DUARTE DO REGO

GABINETE DE TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

ANA ALEXANDRA SEIXAS PATRICIO
BRUNO ANTONIO DO NASCIMENTO RIBEIRO
CARLOS JORGE LOPES PIRES
HUGO ALEXANDRE MOREIRA LOPES DIOGO CAROCO



MARIA ALICE DA FONSECA FERRAZ DE OLIVEIRA
PACHECO
MARIA JOAO NEVES MOUSINHO
PAULO CESAR PRATA TEIXEIRA
SERGIO ALEXANDRE DE OLIVEIRA FRANCO MARCELINO
SERGIO MIGUEL MENDES ROSA
VITOR SERGIO OLIVEIRA TOMAZ DOS SANTOS

DESPACHO N.º 41/PRES/2018

Assunto: Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas no Vereador Edgar Luís Simões Valles

Considerando que:

1. A delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio tem assento constitucional no artigo 267.º da CRP, o qual permite conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões;
2. Mercê de um alívio dos constrangimentos financeiros verificados a nível nacional, e que estiveram na base da anterior Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Odivelas, a qual se traduziu num impacto negativo na organização municipal, procedeu-se à aprovação na 9.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 17 de maio de 2018, sob proposta da Câmara Municipal na 9.ª Reunião Ordinária de 7 de maio de 2018, o novo modelo de Estrutura Orgânica;
3. Ao abrigo da alínea b) do artigo 11.º do novo Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões Ano XIX, n.º 10 – 29 de maio de 2018, e no *Diário da República*, 2ª série, N.º 187 - 27 de setembro de 2018, a Estrutura Flexível é composta até um número máximo de vinte e seis unidades orgânicas flexíveis de 2.º grau, prevendo na alínea c) do referido articulado a constituição até três unidades orgânicas flexíveis de 3.º grau;
4. Com esta nova organização municipal, opera-se uma melhor otimização dos recursos materiais e humanos face às necessidades de funcionamento da Autarquia, com consequente repercussão na sua capacidade de resposta aos anseios dos munícipes;
5. Os Presidentes de Câmara são, no exercício das suas funções, coadjuvados por vereadores, nos quais podem delegar ou subdelegar competências, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL);
6. Assim, e em virtude de se ter operado a caducidade das delegações e subdelegações anteriores, ao abrigo da primeira parte da alínea b) do artigo 50.º do Código do

Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (doravante, designado por CPA), torna-se imperativo proceder a nova distribuição de funções.”

I

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 111.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo 34.º e n.º 2 do artigo 36.º do Anexo I do RJAL, conjugados com os n.ºs 1 e 5 dos artigos 44.º, 46.º e 47.º aprovado em anexo pelo CPA, delego as minhas competências próprias e subdelego as que me foram delegadas pela Câmara Municipal através da deliberação tomada na sua 1.ª Reunião Extraordinária, referente ao quadriénio 2017/2021, realizada em 30 de outubro de 2017, com faculdade de subdelegar, no Senhor Vereador **EDGAR LUIS SIMÕES VALLES**.

As competências ora delegadas e subdelegadas abrangem a prática de todos os atos de natureza administrativa, incluindo a decisão final e a gestão de todos os assuntos que se encontram atribuídos às Unidades Orgânicas que abaixo se discriminam:

1. DEPARTAMENTO JURÍDICO E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

A. DIVISÃO JURÍDICA E DE ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL (COM EXCLUSÃO DO SETOR DE CONTRATOS PÚBLICOS, DO SETOR DE APOIO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E DO SETOR DE PROTEÇÃO DE DADOS)

- a) Instruir os processos de contraordenação e os processos de execução fiscal, nos termos da lei;
- b) Preparar procedimentos ou decisões no âmbito da justiça fiscal que por lei corram pelo Município, bem como determinar a cobrança coerciva de dívidas que sigam este processo;
- c) Desenvolver uma ação preventiva e pedagógica, esclarecendo, quando for caso disso, quais os modos mais adequados de dar cumprimento à lei, aos regulamentos e às decisões dos órgãos autárquicos;
- d) Colaborar com os diversos serviços municipais ou com entidades externas na área das suas atribuições ou na resolução de outros assuntos de interesse municipal;
- e) Assegurar o apoio logístico ao serviço do Julgado de Paz de Odivelas;
- f) Prestar informação técnico-jurídica sobre quaisquer questões ou processos que lhe sejam submetidos pela Câmara Municipal ou pelo seu Presidente;
- g) Dar parecer sobre as reclamações ou recursos gratuitos bem como sobre petições ou exposições sobre atos



e/ou omissões dos órgãos municipais ou procedimentos dos serviços;

- h) Intervir e instruir em matéria jurídica os processos gratuitos;
- i) Encarregar-se dos inquéritos a que houver lugar por determinação da entidade competente;
- j) Apoiar a intervenção da Câmara Municipal na participação, a que esta for chamada, em processos legislativos e regulamentares;
- k) Assegurar o patrocínio jurídico das ações propostas pela Câmara Municipal ou contra ela, e garantir todo o apoio se o patrocínio for assegurado por mandatário externo;

B. No âmbito da administração geral

- a) Assegurar o expediente, nomeadamente, as funções de distribuição e expedição de correspondência, a divulgação pelos serviços de ordens e diretivas internas, dos regulamentos emitidos pelos órgãos municipais competentes, bem como a organização do expediente e apoio administrativo necessários aos processos eleitorais;
- b) Assegurar o arquivo, procedendo ao registo e arquivamento dos documentos entrados no Município, bem como à microfilmagem dos mesmos e ainda garantir um arquivo documental técnico e administrativo para consulta dos diferentes serviços;
- c) Garantir a coordenação dos serviços de portaria, auxiliares e telefonistas;
- d) Assegurar o funcionamento do Arquivo Municipal, contemplando as vertentes de Arquivo Corrente, Intermédio e Histórico, promovendo a avaliação, descrição e seleção dos documentos, bem como proceder à microfilmagem e/ou digitalização da documentação;
- e) Garantir a disponibilização para consulta da documentação em depósito aos diferentes serviços e/ou cidadãos interessados.

C. No âmbito da Loja do Cidadão, da Modernização Administrativa e de Apoio ao Município

- a) Coordenar os serviços municipais instalados na Loja do Cidadão de Odivelas, garantindo a interligação entre os serviços prestados na Loja e as restantes Unidades Orgânicas;
- b) Promover a melhoria da qualidade dos serviços produzidos, desburocratizando procedimentos e eliminando formalidades, com redução dos tempos de

espera, no âmbito de uma gradual certificação dos serviços municipais no quadro da CAF;

- c) Promover junto da população, especialmente da do Município, e demais instituições, a imagem do Município enquanto instituição aberta e eficiente ao serviço exclusivo da comunidade;
- d) Promover a comunicação eficiente e útil entre os munícipes e o Município, estimulando o diálogo permanente, a responsabilização coletiva e a melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- e) Promover a transparência e responsabilização dos serviços e dos colaboradores, facilitando a aproximação entre os cidadãos e os serviços municipais;
- f) Receber e encaminhar sugestões e reclamações para os diversos órgãos e serviços do Município;
- g) Articular com os restantes serviços municipais a informação necessária para uma adequada e célere resolução dos processos em tramitação na Câmara Municipal;
- h) Proporcionar um atendimento permanente e personalizado aos cidadãos no relacionamento entre estes e os Serviços Municipais;
- i) Informar os munícipes acerca dos serviços, dos seus direitos e garantias;
- j) Apreciar queixas, reclamações ou petições de munícipes sobre o funcionamento dos serviços municipais, propondo, sempre que for caso disso, medidas destinadas a corrigir procedimentos julgados incorretos, ineficazes, ilegais ou violadores dos direitos ou interesses legalmente protegidos;
- k) Assegurar a coordenação do Centro Local de Apoio à integração de Imigrantes (CLAII) da Loja do Cidadão, assim como a itinerância do CLAII pelas unidades territoriais e/ou estabelecimentos de ensino do Concelho, em estreita articulação com os serviços municipais competentes.

2. DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

- a) Velar pelo cumprimento das leis, regulamentos, deliberações e decisões dos órgãos do Município nos limites das suas atribuições, participar as infrações ocorridas cabendo-lhe igualmente a execução de mandados;
- b) Informar o serviço de contraordenações do Município sobre o que estes reputem útil para a decisão em sede dos respetivos processos;



- c) Efetuar os demais procedimentos técnico-administrativos adequados ao exercício das competências da Divisão;
- d) Assegurar a remoção de viaturas abandonadas e/ou em estacionamento abusivo e proceder à tramitação administrativa e destino final das mesmas, bem como desencadear, nos termos do disposto no Código da Estrada e nos Regulamentos Municipais as ações necessárias ao bloqueamento e remoção de veículos que se encontrem em estacionamento abusivo, indevido ou em transgressão, lavrar os respetivos Autos de Notícia, bem como proceder às intimações e notificações nos termos do previsto no Código da Estrada;
- e) Proceder à Gestão e Exploração do Estacionamento público tarifado;
- f) Participar e contribuir para a elaboração de estratégias com vista à elaboração do mapa de ruído concelhio;
- g) Proceder à fiscalização do ruído produzido por atividades ruidosas permanentes de licenciamento municipal, intervindo preventivamente, através da emissão de pareceres, no âmbito dos processos de licenciamento das referidas atividades;
- h) Emitir pareceres e relatórios técnicos no âmbito do licenciamento de atividades ruidosas temporárias;
- i) Contribuir para a elaboração de planos de ação, incluindo planos de redução de ruído;
- j) Detetar e promover o embargo e participação da prática de ilícitos contraordenacionais das operações urbanísticas que, estando sujeitas a licenciamento ou autorização, dele não hajam sido objeto, promovendo os demais procedimentos previstos por lei ou regulamento, com vista às correspondentes cominações;
- k) Proceder à apreciação dos processos decorrentes da atividade da sua área funcional específica, respeitantes a obras ilegais, pedidos de vistoria, diligências e denúncias diversas;
- l) Assegurar a não proliferação de novas construções precárias para fins habitacionais bem como prevenir/impedir ocupações ilegais quer em núcleos de alojamentos precários quer no contexto do parque habitacional municipal.

2.1 Compete ao Laboratório de Acústica, integrado na Divisão de Fiscalização Municipal, executar medições de ruído por solicitação dos serviços da Camara Municipal ou de entidades externas.

3. DIVISÃO DE GESTÃO PATRIMONIAL

SÃO ATRIBUIÇÕES DA DIVISÃO DE GESTÃO PATRIMONIAL

A. No âmbito do património imóvel municipal

- a) Organizar e manter atualizado o cadastro e inventário dos bens imóveis do Município e promover todos os registos relativos aos mesmos;
- b) Assegurar os procedimentos administrativos relativos à gestão do património imóvel, apoiando as negociações a efetuar e assegurar os procedimentos necessários à aquisição, oneração e alienação de bens imóveis;
- c) Assegurar as ações e procedimentos relativos a processos de expropriação, bem como instruir e acompanhar os processos de declaração de utilidade pública;
- d) Assegurar os procedimentos administrativos e a permanente atualização dos registos dos bens imóveis, bem como os procedimentos relativos à cedência, alienação ou aquisição dos referidos bens, excluindo os fogos municipais de habitação;
- e) Controlar o cumprimento, pelas partes envolvidas, de todos os Contratos, Acordos e Protocolos com incidência patrimonial celebrados pelo Município;
- f) Manter o chaveiro central das instalações municipais, promover e controlar os respetivos contratos de fornecimento de água e energia, e colaborar no estabelecimento de sistemas de guarda e segurança das instalações municipais;

B. No âmbito do património móvel municipal

- a) Manter atualizado o inventário valorizado do património móvel existente e a sua afetação aos diversos serviços;
- b) Estabelecer e fiscalizar o sistema de responsabilização sectorial pelos bens patrimoniais afetos a cada serviço;
- c) Estabelecer os critérios de amortização de património afeto aos serviços, na perspectiva de imputação de custos a cada unidade orgânica;
- d) Assegurar a conservação e manutenção dos bens patrimoniais móveis do Município, salvo os que, pela sua especificidade, se encontram sob a responsabilidade de outros serviços;
- e) Manter registos que permitam a avaliação das condições económicas e de segurança de utilização de equipamentos e propor as medidas adequadas no sentido de economia, de segurança dos operadores e do aumento da produtividade;



- f) Proceder às operações de abate e alienação de bens patrimoniais, quando deteriorados ou inúteis;
- g) Assegurar a gestão da carteira de seguros à exceção dos seguros de pessoal e de proteção civil.

4. GABINETE DE SAÚDE

- a) Promover e acompanhar todas as situações e ações em matéria de Saúde, num quadro de articulação e parceria com as diferentes entidades com intervenção e atribuições neste domínio, tendo em vista contribuir para a melhoria das condições de saúde da população que reside, trabalha e estuda no concelho através da implementação de programas e projetos de educação para a saúde, dirigidos aos diferentes estratos populacionais e grupos profissionais;
- b) Promover a igualdade no acesso aos cuidados primários da saúde, participando no planeamento, conceção e acompanhamento da construção de equipamentos de saúde no concelho de Odivelas;
- c) Participar na definição de políticas e de ações de saúde pública levadas a cabo pelas delegações de saúde concelhias;
- d) Participar, nos termos da lei, nos órgãos consultivos dos estabelecimentos integrados e de acompanhamento/avaliação do Serviço Nacional de Saúde (SNS);
- e) Operacionalizar ações e atividades com ênfase na promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis e de prevenção da doença, promovendo o envolvimento das diversas entidades do Concelho de Odivelas numa participação mais ativa em defesa da saúde da população;
- f) Apoiar e promover a definição de estratégias locais suscetíveis de favorecer a obtenção de ganhos em saúde, em articulação com as estruturas e as entidades com responsabilidades na área da promoção e educação para a saúde;
- g) Assegurar a implementação, gestão e apoio a diversos planos/programas/projetos de intervenção estratégica relacionados com as áreas da Saúde, colaborando com as diferentes instituições e entidades com intervenção e responsabilidades nestas áreas;
- h) Promover ações de rastreio na população do concelho de Odivelas, através de parcerias e protocolos com instituições públicas ou privadas em áreas diversas no âmbito da prevenção da doença;
- i) Promover a formação/informação no âmbito da educação para a saúde junto dos diferentes estratos populacionais da comunidade;

- j) Elaborar documento com a identificação dos equipamentos e serviços de saúde do Concelho, e respetivos recursos, em colaboração com as entidades que os gerem;
- k) Desenvolver o projeto “Odivelas, Concelho Saudável”, em articulação direta com a Associação da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis e a Organização Mundial de Saúde, apoiando e promovendo a definição de estratégias locais suscetíveis de favorecer a obtenção de ganhos em saúde, baseadas nos princípios essenciais do projeto Cidades Saudáveis;
- l) Participar na elaboração do Plano Local de Saúde do ACES Loures-Odivelas em estreita articulação com as instituições e entidades com competências diretas ou indiretas na área da promoção da saúde que se identifiquem como relevantes;
- m) Celebrar anualmente o Dia Municipal da Prevenção das Toxicodependências e Outros Comportamentos de Risco;
- n) Participar no Conselho da Comunidades, órgão do ACES Loures-Odivelas;

5. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO

- a) Promover projetos e programas para a criação de infraestruturas/equipamentos culturais, bem como, assegurar uma gestão dinâmica, responsável e flexível dos equipamentos que se encontram sob a sua responsabilidade, nomeadamente o Centro de Exposições, o Posto de Turismo e a rede de Bibliotecas Municipais;
- b) Despertar e desenvolver, junto da comunidade em geral, o gosto pelas diversas formas de manifestação artística;
- c) Colaborar e dar apoio próximo às organizações associativas e a outras estruturas da comunidade, com vista à concretização de projetos e programas culturais;
- d) Promover e incentivar o desenvolvimento dos recursos locais no sentido do enriquecimento e preservação do Património Artístico, Histórico, Arquitetónico e Arqueológico existente no Concelho;
- e) Incentivar a investigação e a elaboração de estudos de suporte e enriquecimento da cultura local;
- f) Promover projetos e ações de formação/sensibilização, que contribuam para o aumento dos níveis de literacia da população do concelho, e para o reforço das competências de utilização da língua materna;
- g) Disponibilizar livros e recursos documentais diversos, que contribuam para formar pensadores críticos, e



utilizadores efetivos da informação, em todos os suportes e meios de comunicação;

- h) Promover diversas atividades de animação e divulgação cultural e outras iniciativas de promoção do livro e da leitura;
- i) Dinamizar serviços inovadores e especiais, contribuindo para a descentralização do acesso à informação;
- j) Editar publicações de divulgação e promoção do Município;
- k) Participar na definição das políticas de turismo que digam respeito ao concelho, prosseguidas pelos organismos ou instituições envolvidas, bem como participar nos órgãos das regiões de turismo;
- l) Assegurar a realização das atividades de iniciativa municipal, ou a que o Município se obrigue num quadro de cooperação institucional, visando a promoção do turismo designadamente como atividade económica e como prestação de serviços aos cidadãos;
- m) Estudar e promover medidas de estímulo aos operadores turísticos, hoteleiros e outros que se distingam pelo espírito de serviço, de iniciativa e de inovação em prol do turismo e prática da qualidade que prestigie o Município;
- n) Promover a divulgação do património cultural e paisagem de interesse patrimonial na perspetiva na perspetiva turística;
- o) Promover, em geral, atividades de interesse turístico;
- p) Implementar um programa de apoios financeiros ao associativismo cultural, assente em normas e critérios objetivos, garantindo os princípios de rigor, transparência e imparcialidade.

II

Assim, delego as competências que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do RJAL**, para executar as deliberações da Câmara Municipal e coordenar a respetiva atividade nos serviços sob sua superintendência;
2. A competência prevista na **alínea d) do n.º 1 do referido artigo 35.º do Anexo I do RJAL**, para elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do Município;
3. A competência prevista na **alínea g) do n.º 1 do referido artigo 35.º do Anexo I do RJAL**, para

autorizar a realização das despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no n.º 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

4. A competência prevista na **alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do RJAL**, para autorizar o pagamento de despesas realizadas, nas condições legais e até ao limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) e até ao limite de € 5.000,00 (cinco mil euros) relativamente a despesas de funcionamento corrente do Município com água, luz, gás, fotocopiadoras, seguros, TVCabo, CTT, Comunicações e quotas de condomínio.
5. A competência prevista na **alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do RJAL**, para enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º, no campo das matérias ora delegadas;
6. A competência prevista na **alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do RJAL**, para assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades, exceto:
 - a) A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;
 - b) A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.

7. A competência prevista na **alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do RJAL**, para promover a publicação das decisões previstas no artigo 56.º do citado diploma;
8. A competência prevista na **alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do RJAL**, para decisão de todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos às unidades orgânicas sob a sua responsabilidade, com exceção dos atos relativos à constituição, modificação ou extinção da respetiva relação jurídica de emprego;



9. A competência prevista na **alínea c) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do RJAL**, para modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos respetivos serviços da Câmara Municipal;
10. A competência prevista na **alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do RJAL**, para praticar os atos necessários à administração corrente do património do Município e à sua conservação;
11. A competência prevista na **alínea i) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do RJAL**, para proceder aos registos prediais do património imobiliário do Município, bem como a registos de qualquer outra natureza;
12. A competência prevista na **alínea l) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do RJAL**, para ordenar o despejo sumário dos prédios cuja expropriação por utilidade pública tenha sido declarada;
13. A competência prevista na **alínea m) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do RJAL**, para conceder licenças policiais ou fiscais, nos termos da lei, regulamentos e posturas;
14. A competência prevista na **alínea n) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do RJAL**, para determinar a instrução dos processos de contraordenação e aplicar as coimas;
15. A competência prevista no **n.º 10 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que aprova o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (doravante RJUE) na redação atual**, para determinar a instauração dos processos de contraordenação, designar instrutor e aplicar as coimas;
16. A competência prevista no **n.º 1 do artigo 102.º-B do RJUE**, no que concerne ao embargo de obras sem procedimento de âmbito urbanístico;
17. As competências previstas **nos n.ºs 1 e 4 do artigo 106.º do RJUE**, respetivamente, para ordenar a demolição total ou parcial da obra ou a reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes do início das obras ou trabalhos, sem existência de procedimento de âmbito urbanístico, fixando um prazo para o efeito, e para determinar, decorrido o referido prazo sem a ordem se mostrar cumprida, a demolição da obra ou a reposição do terreno por conta do infrator;
18. A competência prevista no **n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 343/75, de 3 de julho**, na redação atual, o qual adota medidas para disciplinar certas atuações na utilização dos solos e da paisagem, no que respeita à determinação da instauração dos processos de contraordenação, para designar instrutor e para aplicar coimas;
19. A competência prevista no **n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio**, na redação atual, no que respeita à aplicação de coimas e de sanções acessórias relativas ao funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público, de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, entre outros;
20. A competência prevista na segunda parte do **n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto**, no que diz respeito à aplicação de coimas no âmbito da atividade de transporte em táxi;
21. A competência prevista no **n.º 1 do artigo 5.º, conjugada com a alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 87/99, de 19 de março**, para a instrução dos processos de contraordenação, aplicação de coimas e sanções acessórias, no âmbito da angariação de receitas para fins de beneficência;
22. A competência prevista no **artigo 88.º do Código do Procedimento e Processo Tributário, atento o disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro**, que o aprova, para promover a extração e assinatura das certidões de dívida referentes à cobrança coerciva de taxas devidas, no âmbito do artigo 3.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, ou de outras receitas municipais, suscetíveis de cobrança em sede de execução fiscal, que não sejam pagas pelos respetivos sujeitos passivos nos prazos legais ou regularmente estabelecidos;
23. As competências previstas na segunda parte do **artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro**, na redação atual, o qual estabelece os procedimentos e define as competências de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis, para a aplicação das coimas e das sanções acessórias;
24. A competência prevista no **n.º 3 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro**, na redação atual, diploma que regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos;
25. As competências previstas no **Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro**, nomeadamente a prevista no n.º 2 do artigo 50.º, relativamente à decisão de instauração de processos de contraordenação e à aplicação de coimas e das sanções acessórias, não sendo subdelegáveis as competências de aplicação de coimas e sanções acessórias;



26. As competências previstas no **artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro**, na redação atual, que estabelece as disposições aplicáveis à manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, na redação atual, no que concerne à instrução de processos de contraordenação, aplicação de coimas e sanções acessórias;
27. A competência prevista no **n.º 5 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18 de janeiro**, para a instauração de processos de contraordenação, designar instrutor e aplicar coimas, no âmbito da instalação e funcionamento das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios;
28. A competência prevista no **n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 313/2003, de 17 de dezembro**, no que concerne à aplicação de coimas por violação das normas aplicáveis à identificação de cães e gatos;
29. A competência prevista no **n.º 6 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 160/2006, de 8 de agosto**, que aprova os elementos do contrato de arrendamento e os requisitos a que obedece a sua celebração, para aplicação de coimas;
30. As competências previstas nos **artigos 59.º e 60.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro**, relativamente à instrução de processos de contraordenação, aplicação de coimas e sanções acessórias ainda no âmbito do Regime de Exercício da Atividade Industrial (REAI), quando aplicável o regime anteriormente vigente;
31. A competência prevista no **n.º 3 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho**, na redação atual, que estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público;
32. As competências previstas na segunda parte do **n.º 4 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril**, na redação atual, que simplifica o regime de ocupação do espaço público, da afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, no âmbito da iniciativa da iniciativa “Licenciamento Zero”;
33. As competências previstas na segunda parte do **n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto**, o qual aprovou o Sistema de Indústria Responsável e regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema, no que concerne às áreas sob a sua superintendência;
34. As competências previstas no **artigo 7.º, na segunda parte do n.º 1 do artigo 8.º, e nos artigos 11.º e 12.º da Lei n.º 61/2013, de 23 de agosto**, que estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros e outras infraestruturas;
35. A competência prevista no **n.º 2 do artigo 146.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro**, o qual aprovou o Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, para aplicação de respetivas coimas e sanções acessórias;
36. O poder conferido através do **n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto**, que aprovou o Regime Jurídico da Atividade de Guarda-Noturno, relativo ao processo contraordenacional;
37. A competência para a instrução dos processos de contraordenação e a aplicação das coimas e sanções acessórias prevista na legislação em vigor, sem a faculdade de subdelegar no que concerne à aplicação das coimas e sanções acessórias;
38. A competência prevista no **n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 97, de 19 de maio de 2017**, relativo às isenções e reduções previstas no Capítulo I, do citado Regulamento, no que concerne às áreas funcionais sob a sua responsabilidade.

III

E, subdelego as competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal, e que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na **alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I ao RJAL**, para executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação da Presidente da Câmara Municipal;
2. A competência prevista na **alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I ao RJAL**, para adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes a RMMG;
3. A competência prevista na **alínea h) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I ao RJAL**, para alienar em hasta pública, independentemente de autorização da Assembleia Municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções;



4. A competência prevista na **alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do RJAL**, para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central, a exercer nas áreas funcionais sob sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação do Presidente da Câmara Municipal;
5. A competência prevista na **alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do RJAL**, para assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do patrimônio natural, cultural, paisagístico e urbanístico do Município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
6. A competência prevista na **alínea cc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do RJAL**, para alienar bens móveis;
7. A competência prevista na **alínea nn) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do RJAL**, para participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
8. A competência prevista na **alínea qq) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do RJAL**, para administrar o domínio público municipal;
9. A competência prevista na **alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do RJAL**, para decidir sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;
10. A competência prevista na **alínea uu) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do RJAL**, para decidir sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do Município;
11. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do artigo 39.º do anexo I do RJAL**, para executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal, nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade;
12. As competências previstas na primeira parte do **n.º 2 e no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto**, na sua redação atual, que se aplica aos transportes públicos de aluguer em veículos de automóveis ligeiros de passageiros, designados por transportes em táxi;
13. A competência prevista no **artigo 66º do Decreto-Lei 276/2001, de 17 de outubro**, na sua redação atual, que estabelece a proteção dos animais de companhia;
14. As competências previstas no **n.º 1 do artigo 25.º, primeira parte do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro**, na sua redação atual, o qual estabelece os procedimentos e define as competências de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis;
15. As competências previstas no **n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro**, na sua redação atual, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e divertimentos públicos;
16. As competências previstas no **n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro**, na sua redação atual, o qual regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis;
17. As competências previstas no **n.º 4 do artigo 10.º, nos artigos 14.º, 15.º, 16.º, 21.º, 24.º, 37.º, no n.º 1 e alínea a) do n.º 3 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho**, que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, na redação atual;
18. A competência prevista na **alínea a) n.º 1 do artigo 4.º e todas as competências com ela conexonada, do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho**, na redação atual, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente;
19. As competências previstas no **artigo 66.º, no artigo 68.º e n.º 1 do artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro**, na sua redação atual, que estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos;
20. As competências previstas no **n.º 2 do artigo 5.º, nos artigos 7.º, 26.º, 27.º, 29.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro**, na sua atual redação, que aprova o Regulamento Geral do Ruído;
21. As competências previstas nos **n.ºs 2 e 3 do artigo 126.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto**, na sua redação atual, que estabelece as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais;
22. A competência prevista nos **n.ºs 1 e 2 do artigo 17.º, no artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março**, na sua redação atual, o qual estabelece o regime das operações de gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edifícios ou de derrocadas (RCD);



23. As competências previstas na alínea c) do artigo 8.º, no n.º 3 do artigo 13.º, no n.º 2 do artigo 40.º e no n.º 2 do artigo 45.º do **Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho**, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade;
24. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 25 de março**, que aprovou o Sistema da Indústria Responsável (SIR);
25. As competências previstas no **n.º 2 do artigo 30.º, no n.º 2 do artigo 33.º e no n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 107/2009**, de 15 de maio, na sua redação atual, que estabelece o regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas;
26. As competências previstas no **artigo 28.º do Decreto-lei n.º 141/2009, de 16 de junho**, na sua redação atual, o qual estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público;
27. As competências previstas nos **artigos 25.º, 26.º e no n.º 4 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril**, que simplifica o regime de ocupação do espaço público, da afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, no âmbito da iniciativa da iniciativa “Licenciamento Zero”, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;
28. As competências previstas na primeira parte do **n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 61/2013, de 23 de agosto**, que estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros e outras infraestruturas;
29. As competências previstas no **n.º 1 do artigo 146.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro**, o qual aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo;
30. As competências previstas no **n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto**, diploma que estabelece o regime jurídico do exercício da atividade de guarda-noturno;
31. A competência para a instrução dos processos de contraordenação e a aplicação das coimas e sanções acessórias prevista em legislação e regulamentação em vigor;

32. Exercer as demais competências legalmente conferidas às Camaras Municipais, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município.

IV

O órgão delegante ou subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o delegado ou subdelegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados ou subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

A delegação e a subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação, total ou parcial, por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

O delegante e/ou subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação ou subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante/subdelegante, o delegado/subdelegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas, que por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir de 28 de setembro de 2018.

Odivelas, 28 de setembro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 42/PRES/2018

Assunto: Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos

Considerando que:

1. A delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio tem assento constitucional no artigo 267.º da CRP, o qual permite conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões;
2. Mercê de um alívio dos constrangimentos financeiros verificados a nível nacional, e que estiveram na base da



anterior Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Odivelas, a qual se traduziu num impacto negativo na organização municipal, procedeu-se à aprovação na 9.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 17 de maio de 2018, sob proposta da Câmara Municipal na 9.ª Reunião Ordinária de 7 de maio de 2018, o novo modelo de Estrutura Orgânica;

3. Ao abrigo da alínea b) do artigo 11.º do novo Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões Ano XIX, n.º 10 – 29 de maio de 2018 e no Diário da República, 2ª série – N.º 187, de 27 de setembro de 2018, a Estrutura Flexível é composta até um número máximo de vinte e seis unidades orgânicas flexíveis de 2.º grau, prevendo na alínea c) do referido articulado a constituição até três unidades orgânicas flexíveis de 3.º grau;
4. Com esta nova organização municipal, opera-se uma melhor otimização dos recursos materiais e humanos face às necessidades de funcionamento da Autarquia, com consequente repercussão na sua capacidade de resposta aos anseios dos munícipes;
5. Os Presidentes de Câmara são, no exercício das suas funções, coadjuvados por vereadores, nos quais podem delegar ou subdelegar competências, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL);
6. Assim, e em virtude de se ter operado a caducidade das delegações e subdelegações anteriores, ao abrigo da primeira parte da alínea b) do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (doravante, designado por CPA), torna-se imperativo proceder a nova distribuição de funções.

I

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 111.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo 34.º e n.º 2 do artigo 36.º, ambos do RJAL, conjugados com os n.ºs 1 e 5 dos artigos 44.º, 46.º e 47.º do CPA, **delego as minhas competências próprias e subdelego as que me foram delegadas pela Câmara Municipal** através da deliberação tomada na sua 1.ª Reunião Extraordinária, referente ao quadriénio 2017/2021, realizada nesta data, **com faculdade de subdelegar, salvo disposição em contrário, na Senhora Vereadora ANA SUSANA OLIVEIRA DOS SANTOS.**

As competências ora delegadas e subdelegadas abrangem a prática de todos os atos de natureza administrativa, incluindo a decisão final e a gestão de todos os assuntos

que se encontram atribuídos às Unidades Orgânicas que abaixo se discriminam:

1. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL, COM EXCLUSÃO DO GABINETE DE SAÚDE:

A - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO:

- a) Participar na conceção e no planeamento do sistema educativo local, designadamente na coordenação da monitorização e revisão da Carta Educativa do Município, em articulação com outros serviços municipais competentes; na dinamização do Conselho Municipal de Educação; na definição anual da rede educativa local, em articulação com os serviços competentes da Administração Central;
- b) Assegurar, nos termos da lei, a representação do Município nos conselhos gerais dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Concelho;
- c) Participar no planeamento e na programação das novas construções escolares no que diz respeito aos estabelecimentos de educação e ensino de ensino da rede pública do Concelho, em articulação com outros serviços municipais competentes, com os serviços competentes da Administração Central e com os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Concelho;
- d) Participar na monitorização e definição das prioridades de intervenção ao nível da requalificação, ampliação e manutenção dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do Concelho, sob gestão ou competência da Câmara Municipal, em articulação com os serviços municipais competentes;
- e) Assegurar a gestão dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do Concelho, designadamente na renovação e requalificação do mobiliário e equipamento escolar, assim como na atribuição de verbas para aquisição de material didático ou outro e para fazer face a despesas de funcionamento corrente;
- f) Implementar ações no âmbito da ação social escolar, decorrentes de obrigações legais, assim como as medidas que decorrem de opções municipais e que integrem o Plano de Ação Social Escolar e Transportes Escolares (PASTE);
- g) Assegurar a gestão dos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública, sob gestão da Câmara Municipal;
- h) Assegurar a colocação e a gestão do pessoal não docente nos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública sob gestão da Câmara Municipal, em articulação com os serviços municipais competentes e os órgãos de direção dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Concelho;



- i) Assegurar a gestão dos Transportes Escolares, de acordo com a legislação em vigor e de outras regras definidas pela Câmara Municipal;
- j) Promover as Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF);
- k) Desenvolver ações conducentes à celebração de Acordos de Colaboração e Cooperação com diferentes instituições de educação e ensino e outras entidades consideradas de interesse para a promoção de um sistema educativo mais eficaz e qualificado;
- l) Criar condições e dar apoio logístico ao bom funcionamento das Bibliotecas Escolares;
- m) Fomentar a articulação entre os estabelecimentos de ensino da rede pública, privada e solidária, com vista à complementaridade e sustentabilidade das ofertas educativas e formativas;
- n) Implementar um programa de apoios financeiros na área educativa, assente em normas e critérios objetivos, garantido os princípios de rigor, transparência e imparcialidade.

B - DIVISÃO DE PROJETOS EDUCATIVOS, IGUALDADE E CIDADANIA:

- a) Assegurar a participação do Município nas ações promovidas pela Associação Internacional das Cidades Educadoras, no contexto da implementação dos princípios da Carta das Cidades Educadoras;
- b) Contribuir para a melhoria qualitativa da Educação, através da implementação de programas, projetos e ações de formação e sensibilização no âmbito da prevenção e segurança, entre outros, destinados aos diferentes níveis de ensino;
- c) Promover o intercâmbio de informação e colaboração técnica com outros serviços do município e entidades exteriores no âmbito da educação extracurricular, promovendo e dinamizando programas, projetos e ações complementares de ação educativa com vista ao desenvolvimento pessoal, social, e cultural das crianças e jovens;
- d) Promover a sensibilização de crianças, jovens, famílias e a comunidade no âmbito da educação para a saúde, nomeadamente no domínio da alimentação saudável;
- e) Gerir e dinamizar do Programa de Educação Física e Desportiva na Escola em colaboração com a Comunidade Educativa e com entidades diretamente relacionadas;
- f) Assegurar as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) nas escolas do 1º ciclo do ensino básico, de acordo com a legislação em vigor;
- g) Promover ações conducentes à difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação no processo educativo;
- h) Promover e apoiar programas e projetos de educação inclusiva, adequados às crianças e jovens com necessidades específicas a frequentarem estabelecimentos de educação e ensino do Concelho;
- i) Assegurar o funcionamento do Serviço Municipal de Transportes Especiais dirigido a pessoas com deficiência que se encontrem a frequentar estabelecimentos de educação e ensino e/ou instituições com respostas na área da deficiência;
- j) Coordenar, monitorizar e programar atividades de reabilitação física e a integração social de alunos com necessidades específicas;
- k) Apoiar os planos de atividades das escolas no âmbito de ações socioeducativas, projetos educacionais e de intercâmbio escolar, em articulação com as unidades orgânicas competentes;
- l) Promover em articulação com instituições, entidades da sociedade civil e comunidade educativa local, projetos e ações de formação/informação de complementaridade educativa dirigidos aos alunos dos diferentes níveis de ensino, no âmbito da promoção da educação para a cidadania;
- m) Promover o contacto com o mundo rural, a valorização e preservação da natureza e do meio ambiente;
- n) Prosseguir o apoio às crianças e suas famílias, desenvolvendo programas específicos para o efeito;
- o) Colaborar com a Comunidade Educativa em projetos e iniciativas que potenciem a função socioeducativa da Escola, a promoção da qualidade das aprendizagens e o combate ao abandono escolar precoce e à exclusão social;
- p) Dinamizar o Banco Local de Voluntariado (BLV) promovendo a participação cívica dos indivíduos nas atividades das instituições/entidades do Concelho com vista a uma sociedade mais justa e solidária;
- q) Dinamizar áreas de investigação/ação em parceria com estabelecimentos de ensino públicos e privados, entidades sem fins lucrativos, instituições do ensino superior e o tecido social, cultural e económico local;
- r) Apoiar as escolas na articulação com a rede local, designadamente centros de saúde, hospitais, segurança social, CPCJ e outras entidades que proporcionem respostas complementares às necessidades dos (as) alunos (as) e suas famílias;



- s) Apoiar os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Concelho no âmbito da implementação de estratégias de educação inclusiva, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos (as) e de cada um(a) dos (as) alunos (as);
- t) Promover e desenvolver competências junto dos pais e encarregados de educação, através de intervenções individuais e/ou em grupo para uma participação ativa destes no processo educativo;
- u) Identificar problemáticas e necessidades específicas, em conjunto com a comunidade educativa visando respostas mais qualificantes e inovadoras, estabelecendo interação com os domínios científico-pedagógicos na área da educação, através da promoção e do desenvolvimento de ações de formação, espaços de debate e de intercâmbio de experiências educativas;
- v) Promover e apoiar iniciativas dos Agentes Educativos Locais, conducentes ao desenvolvimento da ligação da Escola à Formação e Inserção Profissional e cooperar com outros serviços, organismos e entidades, públicas e privadas, tendo em vista a realização de ações conjuntas em matéria de educação formal e não formal;
- w) Promover medidas de reconhecimento de boas práticas sociopedagógicas desenvolvidas pelos estabelecimentos de educação e ensino e valorizar o sucesso educativo dos alunos, mediante a atribuição de prémios de reconhecimento e mérito;
- x) Apoiar a conceção e implementação de estratégias, programas e iniciativas de intervenção precoce com vista à prevenção de comportamentos de risco;
- y) Promover os compromissos expressos na Carta Europeia para a Igualdade entre Homens e Mulheres na vida local;
- z) Instituir e assinalar o Dia Municipal da Igualdade e Cidadania;
- aa) Acompanhar a execução das medidas de política local na perspetiva da igualdade de género, cidadania e não discriminação, promover a formação dirigida aos/as trabalhadores/as, agentes da comunidade e população em geral e conceber programas/projetos/ações conducentes à promoção da igualdade de género, em colaboração com outras entidades de âmbito local, regional, intermunicipal, nacional e/ou internacional;
- bb) Sensibilizar para a utilização da linguagem e imagens inclusivas em todos os processos de comunicação interna e externa do Município;
- cc) Promover e gerir o Protocolo de Cooperação da Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis do Concelho de Odivelas;
- dd) Contribuir para a definição de políticas de prevenção e de combate a todas as formas de violência, através da conceção de programas/projetos/ações, em colaboração com outras entidades, e acompanhar a execução das medidas de política local na prevenção de todas as formas de violência e de tráfico de seres humanos;
- ee) Implementar projetos e atividades que promovam a integração, o respeito pela diversidade cultural e religiosa, a mediação e a educação interculturais, os direitos das minorias étnicas, das pessoas refugiadas e da população imigrante.

C - DIVISÃO DE COESÃO SOCIAL:

- a) Elaborar e manter atualizada a carta social de equipamentos e serviços como instrumento de planeamento da intervenção municipal na área da coesão social;
- b) Operacionalizar o Programa da Rede Social no Concelho e assegurar o respetivo acompanhamento técnico e administrativo;
- c) Participar na conceção, elaboração e monitorização do Diagnóstico Social e respetivo Plano;
- d) Promover e dinamizar o atendimento social aos munícipes com vista a uma intervenção integrada no âmbito das várias problemáticas sociais;
- e) Assegurar a participação e integração do Município em redes locais, regionais, nacionais e transnacionais, comissões de acompanhamento, conselhos consultivos ou qualquer outra estrutura que permita captar recursos para a intervenção social;
- f) Promover a qualidade de vida, inclusão e participação na sociedade civil das pessoas idosas de acordo com os princípios da Rede Mundial das Cidades Amigas das Pessoas Idosas;
- g) Criar condições para a implementação da educação formal e não formal ao longo da vida em domínios como as línguas e a literacia digital, entre outros;
- h) Apoiar a construção e a gestão de equipamentos sociais em parceria com as entidades sociais;
- i) Assegurar e dinamizar respostas sociais solidárias complementares à intervenção e emergência na área social;
- j) Promover políticas/projetos/iniciativas e apoiar programas integrados de coesão social, em parceria



- com as entidades sociais, visando a inclusão social de grupos sociais mais desfavorecidos;
- k) Incentivar e promover a criação de estruturas e atividades de apoio a grupos socialmente vulneráveis;
 - l) Apoiar entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, sediadas e/ou a desenvolver atividades de intervenção social no Concelho;
 - m) Executar medidas de política social destinadas a grupos sociais específicos, nomeadamente de prevenção e apoio à maternidade precoce, infância, deficiência, seniores, sem-abrigo, entre outros;
 - n) Prevenir, intervir e acompanhar situações de vulnerabilidade e exclusão social;
 - o) Promover campanhas de sensibilização e realizar ações de formação e informação em temáticas específicas na área da intervenção social e do envelhecimento ativo;
 - p) Articular/colaborar com as estruturas locais de apoio às crianças em situação de risco e/ou outros grupos em situação de vulnerabilidade;
 - q) Prosseguir o apoio aos munícipes seniores, desenvolvendo programas específicos para o efeito;
 - r) Dinamizar atividades e programas de combate ao isolamento e à promoção do envelhecimento ativo, em colaboração com entidades com respostas sociais de apoio à população sénior;
 - s) Promover a realização de estudos com vista à avaliação das condições sócio habitacionais das famílias residentes no parque habitacional municipal e nos núcleos de construções precárias sob sua responsabilidade;
 - t) Assegurar a gestão social dos núcleos de alojamento provisório e das áreas abrangidas por programas de realojamento, promovendo a implementação de políticas, programas e projetos de intervenção comunitária;
 - u) Assegurar o recenseamento das famílias residentes em alojamentos precários, incluídas em programas e/ou operações de realojamento;
 - v) Desenvolver as ações necessárias ao realojamento das famílias incluídas em programas com esse objetivo;
 - w) Acompanhar e apoiar os agregados familiares recenseados no âmbito do PER, PROHABITA e outros programas nas fases pré e pós realojamento;
 - x) Promover a participação e inserção social dos moradores dos bairros;
 - y) Efetuar o atendimento e acompanhamento dos munícipes, no âmbito das carências habitacionais e propor medidas adequadas para a resolução dos problemas identificados;
 - z) Promover o intercâmbio de informação e colaboração técnica com outros serviços do município e entidades exteriores à Câmara Municipal no contexto do acompanhamento de casos sociais específicos cuja problemática inclua a habitação;
 - aa) Implementar Protocolos de Cooperação que venham a ser celebrados pela Câmara Municipal com entidades públicas e/ou privadas no contexto da intervenção social e comunitária em bairros municipais e áreas de alojamento provisório;
 - bb) Coordenar o funcionamento dos Gabinetes de Intervenção Social na ótica de descentralização dos serviços de atendimento e intervenção social;
 - cc) Implementar um programa de apoios financeiros na área social, assente em normas e critérios objetivos, garantindo os princípios de rigor, transparência e imparcialidade.
- 2. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E HABITAÇÃO, COM EXCLUSÃO DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E ESPAÇOS URBANOS:**
- DIVISÃO DE HABITAÇÃO:**
- a) O estudo, preparação e execução das decisões a tomar pelos órgãos municipais competentes no âmbito da política municipal de habitação, promovendo a elaboração de programas habitacionais e definindo a intervenção municipal face a iniciativas públicas e privadas;
 - b) Promover o estudo e o levantamento das necessidades de habitação no Concelho, em parceria com outros serviços municipais, tendo em vista a dinamização do mercado de arrendamento e aproveitamento de fogos devolutos existentes no território, de acordo com a Nova Geração de Políticas de Habitação;
 - c) Programar, executar e assegurar a execução de projetos de edifícios habitacionais de custos controlados, infraestruturas, equipamentos e arranjos exteriores no âmbito de empreendimentos de habitação social;
 - d) Promover a cooperação técnica com entidades exteriores à Câmara Municipal com quem se estabeleçam parcerias no âmbito da promoção e requalificação de empreendimentos de habitação de custos controlados;



- e) Promover, em articulação com os serviços municipais competentes, e de acordo com o previsto no Plano Diretor Municipal, a constituição de uma bolsa de terrenos, com vista à promoção da construção de empreendimentos habitacionais de âmbito social;
- f) Desenvolver estudos urbanísticos com vista à promoção de habitação de custos controlados, em coordenação com os serviços municipais competentes e propor a implantação e volumetria, caracterização urbana e inserção na rede viária envolvente;
- g) Assegurar a execução das políticas municipais de habitação no âmbito da reabilitação, manutenção e conservação do parque habitacional municipal;
- h) Promover as diligências e os procedimentos necessários à reabilitação/requalificação do parque habitacional degradado do Concelho, com exceção dos procedimentos relativos a empreitadas no âmbito de planos e programas de reabilitação existentes ou a criar;
- i) Determinar, no âmbito desses programas de reabilitação, a execução coerciva de obras de conservação e manutenção necessárias à correção de más condições de segurança ou salubridade das habitações, precedidas de vistoria, de acordo com o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

II

Assim, delego as competências que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob sua superintendência;
2. A competência prevista na **alínea g) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para autorizar a realização das despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no artigo 109.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado em Anexo III ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual;
3. A competência prevista na **alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para autorizar o pagamento de despesas realizadas, nas condições legais e até ao limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros);
4. A competência prevista na **alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º, no campo das matérias ora delegadas;
5. A competência prevista na **alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, exceto:
 - a) A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;
 - b) A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.
6. A competência prevista na **alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para promover a publicação das decisões ou deliberações previstas no artigo 56.º do citado diploma;
7. A competência prevista na **alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para decisão de todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos às unidades e subunidades orgânicas sob a sua responsabilidade, com exceção dos atos relativos à constituição, modificação ou extinção da respetiva relação jurídica de emprego;
8. A competência prevista na **alínea c) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos respetivos serviços da Câmara Municipal;
9. A competência prevista na **alínea d) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação;
10. A competência prevista na **alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação;
11. A competência prevista no n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 97, de 19 de maio de 2017, relativo às isenções e reduções previstas no Capítulo I, do citado Regulamento, no que concerne às áreas funcionais sob a sua responsabilidade.



III

E, subdelego as competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal, e que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na **alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações, a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação do Presidente da Câmara Municipal;
2. A competência prevista na **alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central, a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação do Presidente da Câmara Municipal;
3. A competência prevista na **alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;
4. A competência prevista na **alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
5. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do Artigo 39.º do Anexo I ao RJAL**, para executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal.
6. Os poderes conferidos **pelos artigos 4.º, 5.º, 9.º, 10.º, 11.º 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 22.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio**, que aprova o Regime Jurídico do Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, na sua redação atual, relativo à demolição de barracas, registo e realojamento.
7. Exercer as demais competências legalmente conferidas às Câmaras Municipais, nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município.

IV

1. O delegante ou subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para a delegada ou subdelegada sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados ou subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

2. A delegação e a subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;
3. O delegante/subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação ou subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;
4. Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante/subdelegante, a delegada/subdelegada abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir de 28 de setembro de 2018.

Odivelas, 28 de setembro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 43/PRES/2018

Assunto: Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas no Vereador Paulo César Prata Teixeira

Considerando que:

1. A delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio tem assento constitucional no artigo 267.º da CRP, o qual permite conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões;
2. Mercê de um alívio dos constrangimentos financeiros verificados a nível nacional, e que estiveram na base da anterior Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Odivelas, a qual se traduziu num impacto negativo na organização municipal, procedeu-se à aprovação na 9.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 17 de maio de 2018, sob proposta da Câmara Municipal na 9.ª Reunião Ordinária de 7 de maio de 2018, o novo modelo de Estrutura Orgânica;
3. Ao abrigo da alínea b) do artigo 11.º do novo Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões Ano XIX, n.º 10 – 29 de maio de 2018 e



Diário da República 2.^a série – n.º 187 – 27 de setembro de 2018, a Estrutura Flexível é composta até um número máximo de vinte e seis unidades orgânicas flexíveis de 2.º grau, prevendo na alínea c) do referido articulado a constituição até três unidades orgânicas flexíveis de 3.º grau;

4. Com esta nova organização municipal, opera-se uma melhor otimização dos recursos materiais e humanos face às necessidades de funcionamento da Autarquia, com consequente repercussão na sua capacidade de resposta aos anseios dos munícipes;
5. Os Presidentes de Câmara são, no exercício das suas funções, coadjuvados por vereadores, nos quais podem delegar ou subdelegar competências, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL);
6. Assim, e em virtude de se ter operado a caducidade das delegações e subdelegações anteriores, ao abrigo da primeira parte da alínea b) do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (doravante, designado por CPA), torna-se imperativo proceder a nova distribuição de funções;

I

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 111.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo 34.º e n.º 2 do artigo 36.º do Anexo I do RJAL, conjugados com os n.ºs 1 e 5 dos artigos 44.º, 46.º e 47.º aprovado em anexo pelo CPA, **delego as minhas competências próprias e subdelego as que me foram delegadas pela Câmara Municipal** através da deliberação tomada na sua 1.ª Reunião Extraordinária, referente ao quadriénio 2017/2021, realizada em 30 de outubro de 2017, com faculdade de subdelegar, no Senhor Vereador **PAULO CÉSAR PRATA TEIXEIRA**.

As competências ora delegadas e subdelegadas abrangem a prática de todos os atos de natureza administrativa, incluindo a decisão final e a gestão de todos os assuntos que se encontram atribuídos, nomeadamente:

1. DEPARTAMENTO DE GESTÃO E ORDENAMENTO URBANÍSTICO:

- a) Assegurar a instrução dos procedimentos relativos ao licenciamento e autorização de operações urbanísticas e elaborar os adequados instrumentos de planeamento, gestão urbanística na perspetiva de transformação física e do uso do solo;
- b) Acompanhar o processo de recuperação de Áreas Urbanas de Génese Ilegal localizadas em áreas críticas do Município de Odivelas;

- c) Assegurar os procedimentos e mecanismos que operacionalizem as orientações estratégicas definidas pelo executivo municipal, com articulação com as diferentes unidades orgânicas municipais;
- d) Instruir e informar, em conformidade com o Plano Diretor Municipal e outros regulamentos e instrumentos de planeamento em vigor, e demais legislação aplicável, todos os procedimentos de licenciamento e autorização de operações urbanísticas, da competência dos órgãos municipais ou sobre que estes devam pronunciar-se, quando apresentados por entidades exteriores ao Município;
- e) Gerir os procedimentos relativos a operações de loteamento, bem como a obras particulares, até à vistoria final e à emissão do alvará de licença de construção, respetivamente, assegurando a conformidade das obras com os projetos e regulamentos aprovados;
- f) Assegurar os procedimentos administrativos relativos à prestação de cauções, cedências patrimoniais e ao cumprimento de outras obrigações dos promotores, no âmbito dos respetivos licenciamentos;
- g) Elaborar alvarás de licença e de autorização de loteamento e de obras de urbanização;
- h) Assegurar todo o procedimento administrativo relativo à recuperação e legalização das áreas urbanas de génese ilegal, como tal formalmente delimitadas ou não, em conformidade com as normas legais e regulamentares;
- i) Assegurar as atividades de medição de projetos, liquidação de taxas e outras receitas municipais das AUGI's e áreas equivalentes, nos termos da lei e dos regulamentos municipais, normativos para as AUGI's e do Regulamento de Taxas e outras Receitas Municipais;
- j) Assegurar a articulação com as associações de proprietários, associações de moradores e administrações conjuntas e participar nas assembleias de administração conjunta, nos termos da Lei;
- k) Promover a elaboração de planos e estudos necessários à recuperação e legalização dos diversos aglomerados ilegais, nos termos da Lei, na modalidade de reconversão de iniciativa municipal;
- l) Instruir os procedimentos relativos a projetos de loteamento e de construção localizados nos aglomerados ilegais e promover a legalização das edificações existentes, no quadro dos planos ou parâmetros urbanísticos aprovados;
- m) Verificar a conformidade da execução das operações urbanísticas superiormente determinadas com os projetos aprovados e as condições do licenciamento ou



autorização, promovendo o embargo e participação de ilícitos contraordenacionais, e os demais procedimentos previstos por lei ou regulamento;

- n) Efetuar os demais procedimentos necessários à prevenção e contenção de infrações de âmbito urbanístico após a emissão das autorizações ou dos licenciamentos previamente aprovados de forma a contribuir para a fluidez e a boa regularidade dos processos de obras particulares;
- o) Elaborar os estudos e planos municipais de ordenamento do território considerados necessários a uma adequada dinâmica de urbanização do Município, ao reordenamento e requalificação de zonas urbanas degradadas e aglomerados deficientemente inseridos na malha urbana, bem como a qualificação dos núcleos históricos das diversas localidades;
- p) Coordenar iniciativas e projetos especiais, que assumam uma importância estratégica no desenvolvimento e qualificação do território.

2. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO:

- a) Apoiar e colaborar com o associativismo desportivo, em especial os clubes/coletividades desportivas com estatuto de utilidade pública, no estrito cumprimento dos seus objetivos de promoção, generalização e desenvolvimento do Desporto;
- b) Implementar um programa de apoios financeiros ao associativismo desportivo, assente em normas e critérios objetivos, garantindo os princípios de rigor, transparência e imparcialidade;
- c) Apoiar e garantir a organização de eventos desportivos, quer da iniciativa do Município, quer de parcerias estabelecidas com o movimento associativo desportivo concelhio, quer ainda eventos resultantes de parcerias externas;
- d) Promover o desenvolvimento do Desporto, através da adoção de programas e projetos que visem a diversificação da oferta desportiva, o aumento do número de praticantes, a manutenção da sua saúde e condição física e a melhoria da qualidade das práticas, no âmbito das diversas vertentes do Desporto, designadamente na formação, recreação e lazer e rendimento;
- e) Elaborar e manter atualizada a Carta Desportiva do Concelho de Odivelas (CDCO), como instrumento de planeamento e suporte à definição da política desportiva municipal;
- f) Criar um Sistema de Informação Desportiva (SID), como instrumento complementar de apoio à decisão;

- g) Dinamizar e acompanhar o funcionamento do Conselho Municipal do Desporto;
- h) Desenvolver as ações necessárias que visem a qualificação dos equipamentos desportivos municipais, de modo a salvaguardar a sua qualidade, adequação para as diferentes práticas desportivas e segurança dos seus utilizadores;
- i) Promover a rentabilização da utilização das instalações sob gestão desta unidade orgânica, designadamente instalações desportivas, incluindo o Pavilhão Multiusos, Piscina Municipal e Quinta das Águas Férreas.

3. GABINETE DE TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO:

- a) Promover e orientar o processo de informatização municipal de forma a assegurar-lhe coerência, fiabilidade e eficácia e, de um modo geral, promover a utilização extensiva de tecnologias de informação e de comunicação adaptadas à atividade municipal;
- b) Analisar, de modo continuado, no quadro das medidas de organização estrutural e funcional dos serviços e de desburocratização e modernização administrativa, as necessidades e prioridades dos diversos serviços quanto a soluções informáticas;
- c) Propor, apreciar e supervisionar tecnicamente todos os processos de aquisição e locação de equipamentos e de suportes lógicos;
- d) Assegurar a administração, a manutenção e a adequada exploração dos sistemas informáticos e de comunicação instalados, incluindo os respetivos sistemas de proteção, segurança e controlo de acesso;
- e) Gerir e operar os sistemas municipais de comunicações, compreendendo as redes telefónica e de transmissão de dados.

II

Assim, delego as competências que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob sua superintendência;
2. A competência prevista na alínea g) do n.º 1 do referido artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para autorizar a realização das despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no n.º 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos



- Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
3. A competência prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para autorizar o pagamento de despesas realizadas, nas condições legais e até ao limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros);
4. A competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º;
5. A competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, exceto:
- a) A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;
- b) A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.
6. A competência prevista na alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para promover a publicação das decisões ou deliberações previstas no artigo 56.º do citado diploma;
7. A competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para decisão de todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos às unidades e subunidade orgânicas sob a sua responsabilidade, com exceção dos atos relativos à constituição, modificação ou extinção da respetiva relação jurídica de emprego;
8. A competência prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos respetivos serviços da câmara municipal;
9. A competência prevista na alínea j) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para conceder, nos casos e nos termos previstos na lei, autorizações de utilização de edifícios;
10. A competência prevista na alínea k) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, embargar e ordenar a demolição de quaisquer obras, construções ou edificações, efetuadas por particulares ou pessoas coletivas, nos casos mencionados nas alíneas i) e ii) do citado preceito;
11. A competência prevista na alínea l) no n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, ordenar o despejo sumário dos prédios cuja expropriação por utilidade pública tenha sido declarada;
12. A competência prevista no n.º 3 do artigo 5.º do **Regime Jurídico da Urbanização e Edificação**, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro** (doravante designado por RJUE), para a concessão da autorização de utilização referida no n.º 5 do artigo 4.º deste diploma legal;
13. A competência prevista no n.º 2 do artigo 8.º do **RJUE**, para a direção da instrução do procedimento referente ao controlo prévio das operações urbanísticas, bem como decidir quaisquer questões que possam obstar ao conhecimento de qualquer pedido ou comunicação, proferir despacho de aperfeiçoamento ou de rejeição liminar, bem como determinar a suspensão do procedimento, exercendo todas as competências previstas no artigo 11.º;
14. A competência do n.º 4 do artigo 17.º do **RJUE**, para emitir a declaração aí prevista;
15. A competência prevista no n.º 5 do artigo 20.º do **RJUE**, no que concerne à prorrogação do prazo;
16. O poder conferido pelo n.º 4 do artigo 53.º do **RJUE**, para conceder a prorrogação do prazo;
17. A competência prevista nos n.ºs 5 a 7 do artigo 58.º do **RJUE**, para prorrogar o prazo de execução das obras;
18. A competência prevista no n.º 2 do artigo 64.º do **RJUE**, para determinar a realização de vistoria;
19. A competência prevista no artigo 75.º do **RJUE**, para emitir o alvará para a realização das operações urbanísticas;
20. O poder conferido pelo n.º 2 do artigo 76.º do **RJUE**, para que seja conferido prazo de prorrogação;
21. A competência prevista nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 79.º do **RJUE**, para proceder à cassação do alvará ou da admissão da comunicação prévia e para comunicá-la à conservatória do registo predial competente, para efeitos de anotação à descrição ou ao cancelamento do correspondente registo, quando aplicável;



22. A competência prevista no artigo 81.º do **RJUE**, para permitir a execução de trabalhos de demolição ou de escavação e de contenção periférica, nos termos e nas condições estabelecidos;
23. A competência prevista no n.º 4 do artigo 84.º do **RJUE**, relativamente à execução das obras pela Câmara Municipal;
24. A competência vertida no n.º 9 do artigo 85.º com a epígrafe “Execução das obras de urbanização por terceiro”;
25. A competência referida nos n.ºs 1 e 4 do artigo 94.º do **RJUE**, para fiscalizar a realização de operações urbanísticas;
26. A competência prevista no n.º 3 do artigo 95.º do **RJUE**, para requerer ao juiz da comarca o mandado judicial para entrada no domicílio de qualquer pessoa sem o seu o consentimento;
27. A competência prevista no artigo 96.º do **RJUE**, para ordenar a realização de vistorias aos imóveis em que estejam a ser executadas operações urbanísticas quando o exercício dos poderes de fiscalização dependa da prova de factos que, pela sua natureza ou especial complexidade, impliquem uma apreciação valorativa de carácter pericial;
28. A competência prevista no n.º 1 do artigo 102.º-B do **RJUE**, no que concerne ao embargo de obras realizadas, com existência de procedimento de âmbito urbanístico;
29. A competência prevista no n.º 1 do artigo 105.º do **RJUE**, para ordenar a realização de trabalhos de correção ou alteração da obra, tendo em conta a sua natureza e o grau de complexidade dos mesmos;
30. As competências previstas nos n.ºs 1 e 4 do artigo 106.º do **RJUE**, respetivamente, para ordenar a demolição total ou parcial da obra ou a reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes do início das obras ou trabalhos, com existência de procedimento de âmbito urbanístico, fixando um prazo para o efeito, e para determinar, decorrido o referido prazo sem a ordem se mostrar cumprida, a demolição da obra ou a reposição do terreno por conta do infrator;
31. Os poderes estipulados pelo artigo 107.º do **RJUE**, no que se reporta à posse administrativa e execução coerciva;
32. O poder conferido pelo n.º 1 do artigo 109.º do **RJUE**, relativo à cessação da utilização de edifícios ou de suas frações autónomas;
33. A competência prevista no artigo 117.º do **RJUE**, para proceder à liquidação das taxas, em conformidade com o regulamento aprovado pela assembleia municipal;
34. A competência prevista no artigo 5.º do **Decreto-Lei n.º 343/75**, de 3 de julho, que adota medidas para disciplinar certas atuações na utilização dos solos e da paisagem;
35. A competência prevista no artigo 88.º do Código do Procedimento e Processo Tributário, atento o disposto no n.º 2 do artigo 7.º do **Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro**, que o aprova, para promover a extração e competente assinatura das certidões de dívida referentes à cobrança coerciva de taxas ou de outras receitas municipais, suscetíveis de cobrança em sede de execução fiscal, com a faculdade de subdelegação, designadamente as despesas previstas no artigo 108.º do **RJUE**;
36. A competência prevista no n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 97, de 19 de maio de 2017, relativo às isenções e reduções previstas no Capítulo I, do citado Regulamento, no que concerne às áreas funcionais sob a sua responsabilidade.

III

E, subdelego as competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal, e que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do **RJAL**, para executar as opções do plano e o orçamento aprovado, a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade;
2. Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central a exercer nas áreas funcionais sob sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação do Presidente da Câmara Municipal, conforme alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do **RJAL**;
3. Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas, conforme alínea w) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do **RJAL**;
4. Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, conforme estipulado na alínea y) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do **RJAL**;



5. Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia, conforme alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do **RJAL**;
6. Estabelecer as regras de numeração dos edifícios, conforme alínea tt) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do **RJAL**;
7. Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal, nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, conforme alínea b) do artigo 39.º do Anexo I do **RJAL**;
8. As competências previstas nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º, no n.º 9 do artigo 6.º e no n.ºs 2 e 4 do artigo 7.º do **RJUE**;
9. As competências previstas no n.º 12 do artigo 13.º, nos n.ºs 1 e 4 do artigo 14.º, nos n.ºs 1 e 3 do artigo 16.º, no n.º 3 do artigo 20.º, no artigo 21.º, nos n.ºs 1 e 6 do artigo 23.º, alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 25.º, nos n.ºs 6 e 8 do artigo 27.º, e no n.º 8 do artigo 35.º do **RJUE**, na redação atual;
10. As competências previstas no n.º 3 do artigo 44.º, no n.º 2 do artigo 47.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 48.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 49.º, no n.º 7 do artigo 53.º, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 54.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 57.º, no n.º 1 do artigo 58.º, no n.º 1 do artigo 59.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 65.º, e n.º 3 do artigo 66.º do **RJUE**, na redação atual;
11. As competências previstas no n.º 5 do artigo 71.º, no n.º 2 do artigo 73.º, no n.º 2 do artigo 74.º, no n.º 2 do artigo 78.º e no n.º 4 do artigo 79.º do **RJUE**, na redação atual;
12. As competências previstas nos n.ºs 1, 3, e 4 do artigo 84.º, no n.º 9 do artigo 85.º, no n.º 2 do artigo 86.º, nos n.ºs 1 e 4 do artigo 87.º do **RJUE**, na redação atual;
13. As competências previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º, no n.º 1 do artigo 90.º, no n.º 1 do artigo 91.º, no n.º 1 do artigo 92.º, no n.º 5 do artigo 94.º, do **RJUE**, na redação atual;
14. As competências previstas no artigo 102.º, nos n.ºs 1, 3, 6, 8 e 9 do artigo 102.º-A, no n.º 3 do artigo 105.º, no n.º 2 do artigo 108.º, e nos n.ºs 2 e 4 do artigo 109.º do **RJUE**, na redação atual, no que concerne às medidas de tutela da legalidade urbanística;
15. As competências previstas nos n.ºs 1 e 5 do artigo 110.º, e nos n.ºs 3 e 5 do artigo 113.º do **RJUE**, na redação atual;
16. Autorizar o pagamento fracionado de taxas cujo montante global não exceda o valor de € 300.000,00 ao abrigo dos n.ºs 2, 4 e 5 do artigo 117.º do **RJUE**, na redação atual;
17. As competências previstas no artigo 119.º, no n.º 1 do artigo 120.º, e no n.º 1 do artigo 126.º do **RJUE** na redação atual;
18. Ordenar a execução de obras de reparação e fixar as condições gerais e especiais de salubridade, segurança e estética das edificações previstas no Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 38.382, de 7 de agosto de 1951**, na redação atual;
19. As competências previstas na **Lei n.º 91/95, de 2 de setembro**, na redação atual, diploma sobre as Áreas Urbanas de Génese Ilegal, para:
 - a) Nos termos do artigo 19.º, em sede de apreciação liminar, solicitar outras informações ou elementos imprescindíveis ao conhecimento do pedido de loteamento ou do pedido de aprovação dos projetos de obras de urbanização;
 - b) Nos termos do artigo 20.º promover a consulta às entidades que, nos termos da legislação em vigor, devam emitir parecer, autorização ou aprovação para o licenciamento da operação de loteamento ou obras de urbanização;
 - c) Nos termos do n.º 1 do artigo 22.º proceder à realização de vistoria com a finalidade de verificar a conformidade da planta referida na alínea d) do n.º 1 do artigo 18.º, com a realidade existente na AUGI;
 - d) Nos termos do n.º 3 do artigo 22.º designar a comissão especial que realizará a vistoria;
 - e) Nos termos do artigo 23.º notificar o dono da obra que não se encontre em conformidade com a planta referida na alínea d) do n.º 1 do artigo 18.º, para proceder à reposição da situação anterior;
 - f) Nos termos do n.º 1 do artigo 24.º deliberar sobre o pedido de licenciamento da operação de loteamento;
 - g) Nos termos do n.º 2 do artigo 24.º indeferir a pretensão nos termos previstos nas alíneas a), b) e c);
 - h) Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º incorporar na deliberação a identificação das situações previstas nas alíneas a), b) e c);
 - i) Nos termos do n.º 4 do artigo 24.º a não aplicação da moratória fixada na alínea a) do n.º 3, nos casos em que a Câmara reconheça a necessidade de demolição urgente;
 - j) Nos termos do artigo 28.º tornar pública a deliberação de aprovação do projeto de loteamento, por edital;



- k) Nos termos do artigo 29.º para emissão do alvará de loteamento, contendo as especificações previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e ainda os elementos constantes das alíneas a), b) e c) do referido preceito;
- l) Nos termos do n.º 1 do artigo 51.º legalizar condicionadamente a realização de obras particulares conformes com o projeto de loteamento aprovado, desde que as participações imputáveis à parcela se achem integralmente satisfeitas e seja observado o disposto nos n.ºs 2 e seguintes do artigo 7.º;
20. As competências previstas nos artigos 34.º, 35.º, 38.º, 50.º, 54.º e 57.º ainda da **Lei n.º 91/95, de 2 de setembro**, na redação atual;
21. A competência prevista no artigo 4.º do **Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto**, que aprova a definição do conceito fiscal de prédio devoluto;
22. A competência prevista no artigo 3.º, no n.º 2 do artigo 6.º, na alínea c) do artigo 12.º, na alínea c) do artigo 21.º e do n.º 2 do artigo 22.º do **Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto**, que aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais;
23. A competência previstas no artigo 41.º-B do **Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro**, na redação atual, que estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos;
24. As competências previstas no n.º 2 do artigo 10.º, nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 13.º, no artigo 15.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º, no n.º 4 do artigo 27.º e no n.º 3 do artigo 31.º do **Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho**, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público;
25. As competências previstas no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, constante do **Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro**, na sua redação atual, no âmbito dos procedimentos de controlo prévio previstos no RJUE e que, por esta via, são objeto de delegação, assim como impor a obrigação de reabilitar ou de demolir edifícios e executar coercivamente estas obras ao abrigo dos artigos 55.º e 57.º do referido Regime Jurídico;
26. As competências previstas nos n.ºs 3 e 5 do artigo 13.º, no n.º 2 do artigo 17.º, na alínea b) do n.º 6 do artigo 34.º, no n.º 1 do artigo 36.º, no n.º 4 do artigo 37.º, no artigo 55.º, no artigo 57.º, na alínea b) do n.º 3 do artigo 61.º, no n.º 1 do artigo 75.º e no artigo 79.º ainda do **Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro**, na sua redação atual, que aprova o regime jurídico da reabilitação urbana;

27. As competências previstas no n.º 1 do artigo 3.º da **Lei n.º 61/2013, de 23 de agosto**, que estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros e outras infraestruturas;

28. Exercer as demais competências legalmente conferidas às Camaras Municipais, que me foram delegadas, nas áreas funcionais sob sua responsabilidade, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município.

IV

O órgão delegante ou subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o delegado ou subdelegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados ou subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

A delegação e a subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação, total ou parcial, por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

O delegante e/ou subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação ou subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante/subdelegante, o delegado/subdelegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas, que por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir de 28 de setembro de 2018.

Odivelas, 28 de setembro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Hugo Martins)



DESPACHO N.º 44/PRES/2018

I

Assunto: Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas no Vereador João Paulo da Cruz António

Considerando que:

1. A delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio tem assento constitucional no artigo 267.º da CRP, o qual permite conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões;
2. Mercê de um alívio dos constrangimentos financeiros verificados a nível nacional, e que estiveram na base da anterior Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Odivelas, a qual se traduziu num impacto negativo na organização municipal, procedeu-se à aprovação na 9ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 17 de maio de 2018, sob proposta da Câmara Municipal na 9ª Reunião Ordinária de 7 de maio de 2018, o novo modelo de Estrutura Orgânica;
3. Ao abrigo da alínea b) do artigo 11º do novo Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões Ano XIX, n.º 10 – 29 de maio de 2018, e no *Diário da República*, 2ª série – N.º 187/2018, de 27 de setembro, a Estrutura Flexível é composta até um número máximo de vinte e seis unidades orgânicas flexíveis de 2º grau, prevendo na alínea c) do referido articulado a constituição até três unidades orgânicas flexíveis de 3º grau;
4. Com esta nova organização municipal, opera-se uma melhor otimização dos recursos materiais e humanos face às necessidades de funcionamento da Autarquia, com consequente repercussão na sua capacidade de resposta aos anseios dos munícipes;
5. Os Presidentes de Câmara são, no exercício das suas funções, coadjuvados por vereadores, nos quais podem delegar ou subdelegar competências, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL);
6. Assim, e em virtude de se ter operado a caducidade das delegações e subdelegações anteriores, ao abrigo da primeira parte da alínea b) do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (doravante, designado por CPA), torna-se imperativo proceder a nova distribuição de funções;

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 111.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo 34.º e n.º 2 do artigo 36.º, ambos do RJAL, conjugados com os n.ºs 1 e 5 dos artigos 44.º, 46.º e 47.º do CPA, **delego as minhas competências próprias e subdelego as que me foram delegadas pela Câmara Municipal através da deliberação tomada na 1.ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2017, referente ao quadriénio 2017/2021, com a faculdade de subdelegar, salvo disposição em contrário, no Senhor Vereador JOÃO PAULO DA CRUZ ANTÓNIO.**

As competências ora delegadas e subdelegadas abrangem a prática de todos os atos de natureza administrativa, incluindo a decisão final e a gestão de todos os assuntos que se encontram atribuídos às Unidades Orgânicas que abaixo se discriminam:

1. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL:

- a) Assegurar a articulação e colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, bem como os demais agentes de proteção civil local;
- b) Assegurar o cumprimento das competências decorrentes da Lei de Bases da Proteção Civil, adaptada à escala Municipal, bem como de legislação complementar;
- c) Acompanhar e promover as ações relativas às Associações de Bombeiros Voluntários existentes na área do Município, nomeadamente, no acompanhamento e apoio financeiro, ou outro;
- d) Inventariar e atualizar permanentemente as bases de dados de meios e recursos existentes no concelho na área da Proteção Civil;
- e) Identificar as situações de maior risco potencial na área do Município, promovendo a elaboração, revisão e atualização permanente dos diversos instrumentos de planeamento (Plano Municipal de Emergência, Planos de Emergência Específicos, Planos de Contingência e Planos de Coordenação de Eventos);
- f) Promover a execução de exercícios e simulacros de forma regular;
- g) Colaborar, sempre que solicitado, na elaboração de planos de emergência externos;
- h) Implementar e coordenar a Rede Municipal de Voluntários de Proteção Civil;
- i) Requerer, em situação de emergência, e sempre que se justifique, a colaboração de outros serviços da Câmara Municipal, solicitando a sua intervenção imediata,



garantindo a funcionalidade e a eficácia do sistema de proteção civil na resposta às situações de emergência;

- j) Apoiar os estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, e demais instituições ou entidades, na elaboração dos seus planos de segurança e respetivas medidas de autoproteção;
- k) Assegurar o alojamento e a assistência imediata e transitória das populações vítimas de acidentes graves ou catástrofes, decorrentes de fenómenos naturais ou antrópicos;
- l) Promover a realização, pelas entidades legalmente competentes, de vistorias a unidades económicas, instituições sociais e outras, no que respeita a condições de risco;
- m) Promover a adequada informação e sensibilização dos cidadãos relativamente às questões da Proteção Civil, através de campanhas de prevenção e sensibilização;
- n) Indicar, na iminência de acidentes graves ou catástrofes, as orientações, medidas preventivas e procedimentos a ter em conta pela população;
- o) Ministras ações de sensibilização nas Escolas e em outras entidades públicas e privadas;
- p) Elaborar e atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

2. SERVIÇO DE VETERINÁRIA MUNICIPAL:

- a) Colaborar na execução das tarefas de inspeção higio-sanitárias das instalações para alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos comerciais ou industriais onde se abatam, preparem, produzam, transformem, fabriquem, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados;
- b) Efetuar vistorias a veículos de transporte de produtos alimentares;
- c) Emitir parecer, nos termos da legislação vigente, sobre as instalações, estabelecimentos e veículos referidos nas alíneas anteriores;
- d) Apoiar as brigadas de fiscalização da ASAE, bem como efetuar peritagens por nomeação do Ministério Público ou em ações de rotina;
- e) Elaborar e remeter, nos prazos fixados, a informação relativa ao movimento nosonecológico dos animais;
- f) Notificar, de imediato, as doenças de declaração obrigatória e adotar prontamente as medidas de profilaxia determinadas pela Autoridade Sanitária

Veterinária Nacional sempre que sejam detetados casos de doenças de carácter epizootico;

- g) Emitir guias sanitárias de trânsito;
- h) Participar nas campanhas de saneamento ou de profilaxia determinadas pelas autoridades competentes;
- i) Colaborar na realização do recenseamento de animais, de inquéritos de interesse pecuário e ou económico e prestar informação técnica sobre abertura de novos estabelecimentos de comercialização, de preparação e de transformação de produtos de origem animal;
- j) Gerir o Consultório Veterinário Municipal;
- k) Realizar cirurgias e outros tratamentos aos animais que deles necessitem;
- l) Recolher e encaminhar animais errantes;
- m) Recolher e encaminhar cadáveres de animais para destino final;
- n) Apoiar munícipes de comprovada insuficiência económica e/ou física no transporte dos seus animais domésticos para atendimento no Consultório Veterinário Municipal;
- o) Elaborar o regulamento do CORACO (Centro Oficial de Recolha de Animais do Concelho de Odivelas) e assegurar o seu cumprimento;
- p) Promover o regular funcionamento do CORACO (Centro Oficial de Recolha de Animais do Concelho de Odivelas), em termos de higiene e bem-estar animal;
- q) Gerir o efetivo animal do CORACO;
- r) Promover uma rede de adoção, em colaboração com a população em geral e com associações de proteção animal;
- s) Realizar campanhas de sensibilização e informação da população, no âmbito das suas atribuições;
- t) Desenvolver o Programa de Esterilização de Animais Errantes;
- u) Divulgar e desenvolver a Rede de Escolas Amigas dos Animais;
- v) Colaborar com as Câmaras Municipais da área metropolitana de Lisboa ou quaisquer outras entidades idóneas na realização de iniciativas que visem a promoção do bem-estar animal.

3. DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL E TRANSPORTES, COM EXCLUSÃO DA DIVISÃO DE AMBIENTE E DIVISÃO DE ESPAÇOS VERDES



DIVISÃO DE TRANSPORTES E OFICINAS:

- a) Assegurar a gestão técnica e operacional do parque de viaturas e máquinas do Município;
- b) Assegurar o controlo técnico e a manutenção ao equipamento mecânico afeto, em termos operacionais e patrimoniais, a outras unidades orgânicas;
- c) Assegurar as atividades de manutenção do parque de viaturas e máquinas do Município;
- d) Prestar apoio nas áreas técnicas para que esteja dotada, aos outros serviços municipais;
- e) Definir as cláusulas contratuais da carteira de seguros relativos a todas as viaturas e máquinas municipais;
- f) Acompanhar, em caso de sinistro ou acidente, os procedimentos tendo em vista a defesa dos interesses municipais.
- g) Propor, apreciar e supervisionar tecnicamente os processos de aquisição e locação de viaturas e máquinas.

II

Assim, delego as competências que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para executar as deliberações da Câmara Municipal e coordenar a respetiva atividade nos serviços sob sua superintendência;
2. A competência prevista na **alínea g) do n.º 1 do referido artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para autorizar a realização das despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € **2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**, bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no n.º 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, republicado em anexo III ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual;
3. A competência prevista na **alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para autorizar o pagamento de despesas realizadas, nas condições legais e até ao limite de € **2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**;
4. A competência prevista na **alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww), do n.º 1, do artigo 33.º, no campo das matérias ora delegadas;
5. A competência prevista na **alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades, exceto:
 - a) A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;
 - b) A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.
6. A competência prevista na **alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para promover a publicação das decisões previstas no artigo 56.º, do citado diploma;
7. A competência prevista na **alínea v), do n.º 1, do artigo 35.º do RJAL**, para dirigir em articulação com os organismos da administração pública com competência no domínio da proteção civil, o serviço municipal de proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos e a coordenação das atividades a desenvolver naquele âmbito, designadamente em operações de socorro e assistência na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe;
8. A competência prevista na **alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para decisão de todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos às unidades orgânicas sob a sua responsabilidade, com exceção dos atos relativos à constituição, modificação ou extinção da respetiva relação jurídica de emprego;
9. A competência prevista na **alínea c) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos respetivos serviços da Câmara Municipal;
10. A competência prevista na **alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para praticar os atos necessários à administração corrente do património do Município e à sua conservação, a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade;
11. A competência prevista no **n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais**, publicado no Diário da República, 2.ª



Série, n.º 97, de 19 de maio de 2017, relativo às isenções e reduções previstas no Capítulo I, do citado Regulamento, no que concerne às áreas funcionais sob a sua responsabilidade;

12. Exercer as demais competências legalmente conferidas, nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições ao Município.

III

E, subdelego as competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal, e que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na **alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação do Presidente da Câmara Municipal;
2. A competência prevista na **alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
3. A competência prevista na **alínea ii) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos nos termos da legislação aplicável;
4. A competência prevista na **alínea jj) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para decidir sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
5. A competência prevista na **alínea nn) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL**, para participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
6. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do artigo 39.º do Anexo I ao RJAL**, para executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal;
7. As competências previstas no **artigo 2.º, no n.º 1 do artigo 5.º e no artigo 6.º da Lei n.º 92/95, de 12 de setembro**, na sua redação atual, que estabelece a Proteção aos Animais;
8. As competências previstas no **n.º 6 do art.º 3.º - G, nos n.ºs 1 e 4 do art.º 19.º do Decreto – Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro**, na sua redação atual, que estabelece a aplicação da Convenção Europeia para Proteção dos Animais de Companhia;

9. As competências previstas nos termos do **n.º 4 e 5 do artigo 3.º da Lei n.º 27/2016 de 23 de agosto**;

IV

1. O delegante ou subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o delegado ou subdelegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados ou subdelegados, nos termos do disposto no artigo 49.º, n.º 1 do CPA;
2. A delegação e a subdelegação de competências ora efetuadas, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;
3. O delegante/subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação ou subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;
4. Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante/subdelegante, o delegado/subdelegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas, que por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir de 28 de setembro de 2018.

Odivelas, 28 de setembro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DESPACHO N.º 45/PRES/2018

I

Assunto: Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na Vereadora Mónica Lisa Gonçalves Vilarinho

Considerando que:

1. A delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio tem assento constitucional no artigo 267.º da CRP, o qual permite conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões;
2. Mercê de um alívio dos constrangimentos financeiros verificados a nível nacional, e que estiveram na base da anterior Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Odivelas, a qual se traduziu num impacto negativo na organização municipal, procedeu-se à aprovação na 9ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 17 de maio de 2018, sob proposta da Câmara Municipal na 9ª Reunião Ordinária de 7 de maio de 2018, o novo modelo de Estrutura Orgânica;
3. Ao abrigo da alínea b) do artigo 11º do novo Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões Ano XIX, n.º 10 – 29 de maio de 2018, e no *Diário da República*, 2ª série – N.º 187 – 27 de setembro de 2018, a Estrutura Flexível é composta até um número máximo de vinte e seis unidades orgânicas flexíveis de 2º grau, prevendo na alínea c) do referido articulado a constituição até três unidades orgânicas flexíveis de 3º grau;
4. Com esta nova organização municipal, opera-se uma melhor otimização dos recursos materiais e humanos face às necessidades de funcionamento da Autarquia, com consequente repercussão na sua capacidade de resposta aos anseios dos munícipes;
5. Os Presidentes de Câmara são, no exercício das suas funções, coadjuvados por vereadores, nos quais podem delegar ou subdelegar competências, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL);
6. Assim, e em virtude de se ter operado a caducidade das delegações e subdelegações anteriores, ao abrigo da primeira parte da alínea b) do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (doravante, designado por CPA), torna-se imperativo proceder a nova distribuição de funções;

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 111.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo 34.º e n.º 2 do artigo 36.º, ambos do RJAL, conjugados com os n.ºs 1 e 5 dos artigos 44.º, 46.º e 47.º do CPA, **delego as minhas competências próprias e subdelego as que me foram delegadas pela Câmara Municipal através da deliberação tomada na sua 1ª Reunião Extraordinária, referente ao quadriénio 2017/2021, realizada nesta data, com faculdade de subdelegar, salvo disposição em contrário, na Senhora Vereadora MÓNICA LISA GONÇALVES VILARINHO.**

As competências ora delegadas e subdelegadas abrangem a prática de todos os atos de natureza administrativa, incluindo a decisão final e a gestão de todos os assuntos que se encontram atribuídos às Unidades Orgânicas que abaixo se discriminam:

1. DEPARTAMENTO JURÍDICO E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, COM EXCLUSÃO DA DIVISÃO JURÍDICA E DE ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL, DA DIVISÃO DE GESTÃO PATRIMONIAL, DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL, DA DIVISÃO FINANCEIRA E DE APROVISIONAMENTO E DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

- DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:

- a) Instruir as comunicações eletrónicas de instalação e de encerramento de atividades económicas que por lei estejam cometidas ao Município e, bem assim, as comunicações de ocupação do espaço público conexo com o exercício daquelas atividades, em articulação, nos casos em que tal se justifique, com outros serviços do Município e/ou as Juntas de Freguesia;
- b) Emitir as licenças de ruído, de recintos improvisados e itinerantes, bem como as licenças de recinto para espetáculos de natureza não artística;
- c) Emitir licenças de autorização para utilização de vias públicas para realização de atividades desportivas, festivas ou outras;
- d) Licenciar a atividade de guarda-noturno;
- e) Proceder à emissão de alvarás de Táxi e outras atribuições que, nesta área, venham a ser atribuídas aos Municípios;
- f) Instruir e acompanhar os processos de certificação de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes;
- g) Instruir os pedidos de licenciamento ou de autorização de depósitos e armazenamento de combustíveis e os pedidos de renovação de licença de postos de abastecimento de combustíveis;



- h) Instruir os demais licenciamentos de natureza não urbanística por lei cometidos ao Município em articulação com outros serviços do Município;
- i) Acompanhar as ações delegadas nas Juntas de Freguesia nas áreas de ocupação da via pública e publicidade.

No âmbito dos Programas Nacionais ou Comunitários:

- a) Assegurar um conhecimento detalhado e atualizado de todos os programas e mecanismos de financiamento público, nacionais e comunitários, suscetíveis de serem acionados com vista ao financiamento de projetos de interesse municipal;
- b) Com base nos Planos de Atividades e na previsão de investimento municipal, promover, com a colaboração dos diversos serviços municipais, os processos de candidatura externa de projetos e a respetiva negociação financeira;
- c) Assegurar o controlo de execução e a gestão financeira dos projetos com candidaturas aprovadas, em articulação com os serviços responsáveis pela sua execução, bem como os respetivos procedimentos administrativos e de prestação de contas;
- d) Fomentar o estabelecimento de contatos entre responsáveis diretos pelos assuntos comunitários, a nível nacional e internacional, criando circuitos permanentes de informação;
- e) Apreciar, coordenar e submeter às entidades competentes todos os processos de candidatura a programas ou medidas comunitárias, depois de aprovados pelo Executivo Municipal ou pelo Presidente da Câmara;
- f) Coordenar a execução dos diferentes projetos com financiamento comunitário, permitindo a existência de informação permanentemente atualizada sobre o seu estágio e garantindo a sua transmissão às entidades competentes;
- g) Divulgar e informar sobre os mecanismos de financiamento e de apoio técnico, de âmbito comunitário, central e regional, junto dos agentes económicos potencialmente aptos a apresentar candidaturas;
- h) Assegurar a coerência, a coordenação e a articulação das ações em curso, previstas ou a prever com os serviços responsáveis pela execução das mesmas;
- i) Assegurar a articulação com as entidades exteriores que, direta ou indiretamente, estejam envolvidas com a execução de projetos;

- j) Organizar o sistema de informação de apoio à tomada de decisão, à apresentação de contas e à resolução de problemas;
- k) Monitorizar o funcionamento e os resultados dos projetos;
- l) Identificar oportunidades e a organização de ações e projetos.

No âmbito do Desenvolvimento Económico:

- a) Programar e promover por iniciativa municipal, ou com a colaboração de entidades vocacionadas para o efeito, iniciativas de apoio às atividades económicas, nomeadamente Feiras e Exposições;
- b) Assegurar apoios e patrocínios para iniciativas municipais;
- c) Elaborar estudos que permitam o diagnóstico da atividade empresarial no Município de Odivelas e a relação com as associações representativas;
- d) Promover iniciativas em parceria com entidades públicas e privadas, no âmbito de formação;
- e) Promover iniciativas que visem a integração de cidadãos na vida ativa, designadamente através da constituição de uma bolsa de emprego;
- f) Apoiar as iniciativas municipais e particulares tendentes à implantação no Município de atividades empresariais, contribuindo para uma estratégia global de desenvolvimento.

2. DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL E TRANSPORTES, COM EXCLUSÃO DA DIVISÃO DE TRANSPORTES E OFICINAS

A - DIVISÃO DE AMBIENTE

- a) Realizar inquéritos, estudos e ensaios de campo para avaliação das condições de qualidade de vida no Concelho;
- b) Estudar, planear, acompanhar e gerir linhas de água e a rede hidrográfica em colaboração com as entidades oficiais competentes;
- c) Promover ações necessárias tendentes à obtenção de um adequado ambiente urbano, que assegurem a qualidade de vida com referência às novas temáticas ambientais;
- d) Contribuir para o controlo da poluição hídrica, dos solos, sonora e atmosférica;
- e) Proceder à limpeza e desassoreamento das linhas de água;



- f) Colaborar na avaliação do impacto ambiental de projetos, planos, empreendimentos e outros, sejam municipais e/ou intermunicipais que, pela natureza ou dimensão, venham a influenciar direta ou indiretamente a qualidade de vida no Concelho;
- g) Colaborar na apreciação de projetos de sistemas de pré-tratamento e tratamento de efluentes líquidos e sólidos de unidades industriais, com o objetivo de assegurar a defesa dos meios recetores e o cumprimento da legislação em vigor;
- h) Propor medidas de controlo de qualidade do ar;
- i) Proceder à gestão ambiental do Parque de Deposição Temporário de Veículos em Fim de Vida;
- j) Elaborar Relatórios sobre o estado do Ambiente Acústico Municipal, os Mapas de Ruído e os Planos de Ação de Ruído no Concelho, em colaboração com outras unidades orgânicas;
- k) Colaborar na definição de medidas de proteção do património natural do Concelho, nomeadamente em zonas de especial interesse ecológico e reserva ecológica;
- l) Estudar e planear formas de intervenção ambiental no tecido urbano, com o objetivo de acautelar a imagem urbana e a qualidade de vida;
- m) Planear e implementar ações que visem uma gestão racional da energia, nas suas diversas vertentes;
- n) Executar e participar na elaboração ou acompanhamento de estudos de caracterização da qualidade do ambiente no Concelho;
- o) Colaborar na análise de propostas para a realização de contratos ou acordos de cooperação com outros organismos e instituições relacionadas com o ambiente;
- p) Conceber meios e promover políticas e medidas de proteção do ambiente e da saúde pública, com vista à promoção da qualidade de vida dos cidadãos;
- q) Promover ações integradas conducentes à melhoria da qualidade das águas e medidas de prevenção à poluição das mesmas;
- r) Promover ações e campanhas de educação e sensibilização ambiental;
- s) Gerir o Cemitério Municipal;
- t) Colaborar com as autoridades de saúde pública e coordenar a intervenção sanitária em espaços municipais;
- u) Promover ações de desinfestação e de controlo de pragas urbanas;
- v) Controlar e assegurar o estado de higiene de vias e arruamentos ou quaisquer outros espaços de uso público, cuja manutenção não se encontre delegada nas Juntas de Freguesia;
- w) Participar na definição de critérios técnicos e de medidas de sustentabilidade ambiental, higiene pública e gestão de resíduos, no âmbito dos regulamentos municipais relativos à edificação e urbanização;
- x) Intervir em situações de degradação ambiental;
- y) Assegurar o serviço de limpeza urbana, desmatção, limpeza de terrenos e recolha de resíduos de construção e demolição (RCD's);
- z) Emitir parecer sobre a construção ou a localização de instalações destinadas à deposição de resíduos, no âmbito de operações urbanísticas ou de obras públicas, em articulação com as unidades orgânicas competentes;
- aa) Monitorizar a prestação de serviços em matéria de Ambiente, definindo e atualizando a sua cobertura geográfica e o seu grau de satisfação quantitativo e qualitativo;
- bb) Promover a atualização sistemática dos cadastros relacionados com a área ambiental;
- cc) Proceder à elaboração de estudos e projetos de especialidade, no âmbito das suas atribuições, na área do Concelho;
- dd) Planificar e promover ações intermunicipais de limpeza e intervenção ambiental;
- ee) Colaborar na apreciação de estudos prévios de loteamentos, no âmbito das suas atribuições;
- ff) Promover e desenvolver estratégias integradas de exploração do sistema de resíduos no sentido da sua otimização;
- gg) Fomentar a adequada gestão seletiva de resíduos por parte dos munícipes e das unidades industriais e comerciais;
- hh) Promover ações e medidas conducentes à redução efetiva da produção de resíduos;
- ii) Recolher e sistematizar elementos relativos a zonas de produção de resíduos, nomeadamente zonas comerciais, industriais e residenciais ou mistas, bem como zonas que incluam grandes centros produtores de resíduos – mercados, feiras e outros;



j) Gerir os recursos hídricos e destinados aos consumos para limpeza urbana no sentido da sua otimização e da redução das perdas de água;

kk) Acompanhar as ações delegadas nas Juntas de Freguesia nas áreas de:

1. Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
2. Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão.

B - DIVISÃO DE ESPAÇOS VERDES

- a) Informar sobre o interesse público municipal na preservação de áreas cobertas de vegetação, ainda que privadas, em função do seu valor natural ou da sua localização em colaboração com o Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico;
- b) Executar e monitorizar a estratégia relativa aos espaços verdes do Concelho, no âmbito da estrutura verde definida em sede de plano diretor municipal e demais planos aprovados;
- c) Propor e executar projetos de implantação de zonas verdes e zelar pela manutenção dos espaços verdes de uso público;
- d) Gerir o património arbóreo, em meio urbano ou florestal, e as manchas de vegetação espontânea;
- e) Gerir, recuperar e conservar os recursos hídricos e destinados aos consumos para rega de espaços verdes no sentido da sua otimização e da redução das perdas de água;
- f) Colaborar com o Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico na elaboração de regulamentos municipais para a definição dos critérios técnicos de licenciamento de projetos a que deverão obedecer no que respeita à criação e às condições de manutenção de espaços verdes;
- g) Proceder à fiscalização e acompanhamento das obras de infraestruturas gerais de intervenção urbana, na área respeitante aos espaços verdes, em articulação com outros serviços municipais;
- h) Participar na gestão do património cultural no que respeita aos jardins históricos, parques temáticos, quintas e espaços similares;
- i) Colaborar na elaboração de planos gerais e de pormenor de arborização;

j) Gerir o viveiro municipal, garantindo a continuidade das espécies da região e adquirindo as que não sejam possível ou aconselhável ali produzir e fornecer as espécies vegetais requeridas pelos serviços e organizações;

k) Executar projetos de implantação de zonas verdes e acompanhar e fiscalizar a execução de novos espaços verdes adjudicada no exterior;

l) Emitir parecer sobre os arranjos de espaços verdes em novas urbanizações;

m) Planear e assegurar a manutenção e conservação dos espaços verdes;

n) Acompanhar projetos de investigação científica no domínio florestal, em articulação com instituições do ensino superior e outras entidades do setor;

o) Acompanhar as ações delegadas nas Juntas de Freguesia nas áreas da gestão, requalificação e manutenção de espaços verdes;

p) Promover ações de arborização de arruamentos e florestação de espaços públicos;

3. DEPARTAMENTO DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO, COM EXCLUSÃO DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E DESPORTO E DA DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO

- GABINETE DE JUVENTUDE:

- a) Assegurar a execução da política e dos objetivos municipais definidos para a área da juventude, promovendo e apoiando projetos que visem uma maior diversidade e qualidade de atividades/serviços, em articulação com outros serviços municipais e/ou instituições/associações que atuem na área, assegurando ainda a gestão da Casa da Juventude;
- b) Promover e dinamizar o Conselho Municipal de Juventude bem como o Associativismo Juvenil, formal e/ou informal, incentivando e exercício de uma cidadania ativa e participativa;
- c) Implementar e apoiar projetos que contribuam para a prevenção de comportamentos de risco e de fatores de exclusão dos jovens;
- d) Promover e apoiar projetos que estimulem o empreendedorismo e a inovação jovem;
- e) Assegurar diretamente os serviços de informação e apoio aos jovens, facilitando o acesso a oportunidades e mecanismos específicos de apoio, existentes em diversos âmbitos;



- f) Implementar um programa de apoios financeiros ao associativismo juvenil, assente em normas e critérios objetivos, garantindo os princípios de rigor, transparência e imparcialidade.

II

Assim, delego as competências que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob sua superintendência;
2. A competência prevista na **alínea g) do n.º 1 do referido artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para autorizar a realização das despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de **€ 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**, bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no artigo 109.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
3. A competência prevista na **alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para autorizar o pagamento de despesas realizadas, nas condições legais e até ao limite de **€ 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**;
4. A competência prevista na **alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º, no campo das matérias ora delegadas;
5. A competência prevista na **alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, exceto:
 - a) A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;
 - b) A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.
6. A competência prevista na **alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para promover a publicação das decisões ou deliberações previstas no artigo 56.º do citado diploma;
7. A competência prevista na **alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para decisão de todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos às unidades e subunidade orgânicas sob a sua responsabilidade, com exceção dos atos relativos à constituição, modificação ou extinção da respetiva relação jurídica de emprego;
8. A competência prevista na **alínea c) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos respetivos serviços da Câmara Municipal;
9. A competência prevista na **alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para praticar os atos necessários à administração corrente do Património do Município e à sua conservação;
10. A competência prevista na **alínea m) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para conceder licenças policiais ou fiscais, nos termos da lei, regulamentos e posturas;
11. A competência prevista na **alínea p) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para conceder terrenos, nos cemitérios propriedade de município, para jazigos, mausolés e sepulturas perpétuas.
12. A competência prevista no **n.º 4 do artigo 9.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro**, na sua redação atual, o qual regula a instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos;
13. As competências previstas nos **artigos 13.º, 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro**, quanto ao licenciamento de recintos itinerantes e improvisados;
14. A competência prevista no **artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 29 de setembro**, na sua redação atual, o qual regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis;
15. As competências previstas no **Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril**, na sua redação atual, que simplifica o regime de ocupação do espaço público, da afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, no âmbito da iniciativa “Licenciamento Zero”, e demais competências próprias nele previstas, relacionadas com estas matérias, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;



16. As competências previstas no **Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro**, o qual aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração;
 17. As competências próprias previstas no **Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro**, que aprovou o regime do exercício da atividade industrial (REAI), por força da aplicação do **artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 01 de agosto**, na sua redação atual, com exclusão das referentes ao exercício da fiscalização, aplicação de medidas cautelares e sanções;
 18. As competências próprias previstas no Sistema de Industria Responsável (SIR), aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 169/2012, de 01 de agosto**, na sua redação atual, com exclusão das referentes ao exercício da fiscalização, aplicação de medidas cautelares e sanções;
 19. As competências previstas nos **n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º, no artigo 30.º, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto**, diploma que estabelece o regime jurídico do exercício da atividade de guarda-noturno;
 20. A competência prevista no **n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais**, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 97, de 19 de maio de 2017, relativo às isenções e reduções previstas no Capítulo I, do citado Regulamento, no que concerne às áreas funcionais sob a sua responsabilidade.
- III**
- E, subdelego as competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal, e que a seguir se enunciam:**
1. A competência prevista na **alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações, a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação da Presidente da Câmara Municipal;
 2. A competência prevista na **alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, a exercer nas áreas funcionais sob sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação do Presidente da Câmara Municipal;
 3. A competência prevista na **alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
 4. A competência prevista na **alínea x) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para emitir licenças e registos relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos, à exceção da fixação de contingentes;
 5. A competência prevista na **alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
 6. A competência prevista na **alínea kk) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
 7. A competência prevista na **alínea uu) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para decidir sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;
 8. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do artigo 39.º do Anexo I ao RJAL**, para executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal, nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade;
 9. Os poderes conferidos pelos **artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 343/75, de 3 de julho**, na sua redação atual, o qual adota medidas para disciplinar certas atuações na utilização dos solos e da paisagem;
 10. As competências previstas no **n.º 2 do artigo 1.º, no n.º 2 do artigo 2.º, no n.º 1 do artigo 3.º, no n.º 2 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 7.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto**, na redação atual, que aprova a afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda;
 11. A competência prevista no **artigo 3.º do Decreto-Lei 48/96, de 15 de maio**, na sua redação atual, quanto ao regime de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, para restringir os seus períodos de funcionamento;
 12. As competências previstas no **n.º 1 do artigo 12.º, no n.º 1 do artigo 14.º, e no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto**, na sua



- redação atual, que se aplica aos transportes públicos de aluguer em veículos de automóveis ligeiros de passageiros, designados por transportes em táxi;
13. A competência prevista na alínea a) do n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, na sua redação atual, que estabelece a proteção dos animais de companhia;
14. As competências previstas no n.º 1 do artigo 5.º, no n.º 1 do artigo 7.º, no n.º 2 do artigo 8.º, no n.º 2 do artigo 9.º, no n.º 3 do artigo 10.º, nos n.ºs 1, 2 e 9 do artigo 12.º, nos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 13.º, no n.º 3 do artigo 14.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 19.º, no n.º 1 do artigo 20.º, no artigo 23.º, no n.º 1 do artigo 30.º, no artigo 31.º e nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, na sua redação atual, o qual estabelece os procedimentos e define as competências de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis;
15. As competências previstas no n.º 1 do artigo 18.º, no n.º 2 do artigo 39.º, e no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na sua redação atual, o qual regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis;
16. As competências previstas no artigo 7.º, no n.º 6 do artigo 8.º, no n.º 4 do artigo 9.º e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, na sua redação atual, que estabelece as disposições aplicáveis à manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes;
17. A competência prevista no n.º 4 do artigo 21.º e alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos;
18. As competências previstas na alínea a) do n.º 5 do artigo 33.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 34.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, relativa à lei da água;
19. As competências previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 27.º e no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios;
20. A competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º e todas as competências com ela conexonada, do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho, na sua redação atual, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente;
21. As competências previstas no n.º 2 do artigo 5.º, artigo 7.º e no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual, que aprova o Regulamento Geral do Ruído;
22. As competências previstas na alínea c) do artigo 8.º, no n.º 3 do artigo 13.º e no n.º 2 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade;
23. As competências previstas no n.º 3 do artigo 9.º, no n.º 1 do artigo 10.º, no n.º 1 do artigo 11.º, na alínea e) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 12.º, no n.º 2 do artigo 17.º, nos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 21.º, nos n.ºs 1, 3, 4, 5 e 6 do artigo 22.º, nos n.ºs 1 e 4 do artigo 23.º, nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 24.º, no n.º 4 do artigo 25.º, nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 27.º, nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 30.º, no n.º 3 do artigo 31.º, no n.º 2 do artigo 32.º, no n.º 3 do artigo 33.º, nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 37.º, no n.º 4 do artigo 38.º, no n.º 2 do artigo 39.º, no n.º 1 do artigo 42.º, no n.º 2 do artigo 44.º, no n.º 2 do artigo 45.º, no n.º 1 do artigo 47.º, nos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 48.º, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 49.º, no n.º 2 do artigo 51.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 53.º, no artigo 54.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 56.º, no n.º 2 do artigo 60.º, no n.º 2 do artigo 62.º, nos n.ºs 3, 4 5 e 6 do artigo 66.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 68.º, no n.º 4 do artigo 70.º, no n.º 5 do artigo 71.º, nos n.ºs 1, 2, 3 4 e 5 do artigo 73.º, no artigo 74.º, no n.º 2 do artigo 75.º e artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro, que estabelece o regime de exercício da atividade industrial – REAI), nos casos em que a Câmara Municipal de Odivelas seja a entidade coordenadora, disposições aplicáveis por força da norma transitória contida no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 25 de março, que aprovou o Sistema da Indústria Responsável (SIR), bem como as competências previstas no n.º 13 do artigo 25.º, no n.º 12 do artigo 29.º, no n.º 12 do artigo 32.º, no n.º 2 do artigo 49.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do SIR, e ainda, nos demais casos em que a Câmara Municipal de Odivelas seja a entidade coordenadora no âmbito do SIR;
24. As competências previstas no n.º 2 do artigo 30.º e no n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, na sua redação atual, que estabelece o regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas;
25. A competência prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, quanto ao licenciamento de recintos itinerantes e improvisados;
26. As competências previstas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril, que simplifica o regime de ocupação do espaço público, da afixação e da



inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, no âmbito da iniciativa da iniciativa “Licenciamento Zero”, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;

27. As competências previstas na **alínea a) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro**, o qual estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente;
28. As competências previstas no **artigo 5.º, no artigo 8.º e no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro**, o qual aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo;
29. As competências previstas no **n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto**, diploma que estabelece o regime jurídico do exercício da atividade de guarda-noturno;
30. Exercer as demais competências legalmente conferidas às Camaras Municipais, nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município.

IV

O órgão delegante ou subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para a delegada ou subdelegada sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados ou subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

A delegação e a subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação, total ou parcial, por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

O delegante e/ou subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação ou subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante/subdelegante, a delegada/subdelegada abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas, que por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir de 28 de setembro de 2018.

Odivelas, 28 de setembro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

OUTROS DESPACHOS

DESPACHO N.º 16/DGOU/2018

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Licenciamento de Obras Particulares

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, **subdelego** no Técnico Superior, Arq.º **Sérgio Alexandre Tomás Resão**, no período de 21 a 28 de setembro de 2018, por ausência (férias) da respetiva Chefe de Divisão, a assinatura da correspondência e expediente necessária à instrução dos processos no âmbito da **Divisão de Licenciamento de Obras Particulares**.

Odivelas, 14 de setembro de 2018

O Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico

No uso da competência que me foi subdelegada pelo Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira, através do Despacho 2/VPCT/2017, de 31 de outubro

António de Sousa, Arq.º



EDITAIS

EDITAL N.º 087/PRES/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 7/2001 Bairro dos Pedernais União das Freguesias de Ramada e Caneças

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001 do Bairro dos Pedernais para o lote B91 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 33688/LO encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 12 de setembro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

**AVISOS****AVISO**

Alvará de Loteamento n.º 1/2000 – B.º Granjas Novas - Ramada/Caneças

19.º ADITAMENTO

Edgar S. Valles, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, por despachos do Sr.º Presidente da Câmara n.º 39/PRES/2017, de 30 de outubro e n.º 37/PRES/2018, de 10 de agosto e ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 13 de junho de 2018, onde foi deliberada por maioria a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000 referente aos lotes 29, 62, 65, 214, 216, 217, 219 e 221 descritos na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob os números 1071/20010523, 1080/20010525, 1083/20010525, 1036/20010504, 1038/20010504, 1039/20010504, 1041/20010509 e 1108/20010529 determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Valter Miguel Amorim Nunes, portador do número de contribuinte 219281840 e Outros.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados**1.1. Parâmetros Urbanísticos do Lote:**

Lote	Área do Lote	I.C.	A.C.	Pisos	N.º de Fogos	Uso	Área do Lote	I.C.	A.C.	Pisos	N.º de Fogos	Uso
	Em vigor						<i>Proposta de alteração</i>					
29	336,20	0,40	134,50	2	1	Habitação	336,20	0,6	201,7	CV+2	1	Habitação
62	415,50	0,40	166,20	2	1	Habitação	415,50	0,6	249,3	CV+2	1	Habitação
65	413,80	0,40	165,50	2	1	Habitação	413,80	0,6	248,3	CV+2	1	Habitação
214	379,40	0,40	151,80	2	1	Habitação	379,40	0,6	227,6	CV+2	1	Habitação
216	379,40	0,40	151,80	2	1	Habitação	379,40	0,6	227,6	CV+2	1	Habitação
217	375,20	0,40	150,10	2	1	Habitação	375,20	0,6	225,1	CV+2	1	Habitação
219	441,20	0,40	176,50	2	1	Habitação	441,20	0,6	264,7	CV+2	1	Habitação
221	448,00	0,40	179,20	2	1	Habitação	448,00	0,6	268,8	CV+2	1	Habitação
Diferença									+637,62			

Os valores alterados foram representados a negrito.
I.C. – Índice de Construção; A.C. – Área de Construção.

Aos lotes abrangidos pelo presente aditamento, não se aplica o disposto na alínea a) do n.º 7 do art.º 7 do regulamento do loteamento, relativamente aos índices de utilização dos lotes com função habitacional, que poderão ter um índice de utilização.

A viabilidade de construção de pisos em cave prevista na planta de síntese para os lotes abrangidos por este aditamento fica condicionada ao cumprimento do art.º 87º do RMEU, devendo-se ter em atenção o disposto no art.º 88º relativamente aos desaterros necessários para o efeito.



1.2. Parâmetros Urbanísticos Totais do Bairro:

PARÂMETROS GLOBAIS DO LOTEAMENTO	
Área da AUGI	183.733,00
Área de implantação dos lotes	138.851,55
Área de Cedência ao Domínio Público	35.446,95
Área total de cedência à CMO	9.434,50
AC1 e AC2 para equipamento	5.036,00
AC3 a AC7 para espaços verdes e de utilização pública	2.259,00
AC8 PT	39,50
AC9 exterior ao limite da AUGI	2.100,00
Área de construção (superfície de pavimento)	67.795,87
Fogos	250
Índice de utilização	0,37
Densidade habitacional	13,61
Área de construção habitacional	59.507,36
Área de construção de atividades económicas	8.288,51
N.º de Lotes	238

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública. Deverá ser garantido estacionamento privado de acordo com o previsto no artigo 101.º do RMEU, devendo no âmbito da edificação ser cumprido o regulamento do loteamento. A edificação nos lotes 219 e 221 fica condicionada à execução de um lugar de estacionamento público no local assinalado na planta de síntese anexa ao presente aditamento.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração.

Paços do Concelho, 29 de agosto de 2018

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
(Por Despachos do Sr. Presidente da Câmara n.º 39/PRES/2017, de 30 de outubro
e n.º 37/PRES/2018, de 10 de agosto)

(Edgar S. Valles)



AVISO

Alvará de Loteamento n.º 1/2000 – B.º Granjas Novas - Ramada/Caneças

20.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 8 de agosto de 2018, onde foi deliberada por maioria a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000 referente aos lotes 23 e 183 descritos na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob os números 893/20010329 e 1008/20010416 respetivamente, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de António Silva Rodrigues, portador do número de contribuinte 126682194 e Outro.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1.Parâmetros urbanísticos alterados

1.1.Parâmetros Urbanísticos dos Lotes:

Lote	Área do Lote	I.C.	A.C.	Pisos	N.º de Fogos	Uso	Área do Lote	I.C.	A.C.	Pisos	N.º de Fogos	Uso
	Parâmetros prévios						Parâmetros alterados					
23	457,60	0,40	183,00	2	1	Habitação	457,60	0,60	274,56	2+CV	1	Habitação
183	388,60	0,40	155,40	2	1	Habitação	388,60	0,60	233,16	2+CV	1	Habitação
Diferença									169,32			

Os valores alterados foram representados a **negrito**.

I.C. – Índice de Construção; A.C. – Área de Construção.

Aos lotes abrangidos pelo presente aditamento, não se aplica o disposto na alínea a) do n.º 7 do art.º 7 do regulamento do loteamento, relativamente aos índices de utilização dos lotes com função habitacional, que poderão ter um índice de utilização igual ao indicado no quadro supra.

A viabilidade de construção de pisos em cave prevista na planta de síntese para os lotes abrangidos por este aditamento fica condicionada ao cumprimento do art.º 87.º do RMEU, devendo-se ter em atenção também o disposto no art.º 88.º, relativamente aos desaterros necessários para o efeito.

1.2. Parâmetros Urbanísticos Totais do Bairro:

PARÂMETROS GLOBAIS DO LOTEAMENTO	
Área da AUGI	183.733,00
Área de implantação dos lotes	138.851,55
Área de Cedência ao Domínio Público	35.446,95
Área total de cedência à CMO	9.434,50
AC1 e AC2 para equipamento	5.036,00
AC3 a AC7 para espaços verdes e de utilização pública	2.259,00
AC8 PT	39,50
AC9 exterior ao limite da AUGI	2.100,00
Área de construção (superfície de pavimento)	67.965,19



Fogos	250
Índice de utilização	0,37
Densidade habitacional	13,61
Área de construção habitacional	59.676,68
Área de construção de atividades económicas	8.288,51
N.º de Lotes	238

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública. Deverá ser garantido estacionamento privado de acordo com o previsto no artigo 101.º do RMEU, devendo no âmbito da edificação ser cumprido o regulamento do loteamento.

A edificação no lote 23 fica condicionada à garantia de 3 lugares de estacionamento dentro dos limites do lote.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração.

Paços do Concelho, 12 de setembro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

GESTÃO E ORDENAMENTO URBANÍSTICO

Listagem dos despachos efetuados pelo Vereador da Câmara Municipal de Odivelas, Paulo César Teixeira, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 42/PRES/2017, de 30 de outubro, durante o mês de agosto de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/10908, de 2018.09.20 (edoc/2018/56193):

Processo n.º 112/2017/OP

Nome: Michelangelo Cunha Graça Cocco

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 57 - Odivelas

Data de despacho: 02.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 289/2017/OP/GI

Nome: Jorge Isidro Pereira Gonçalves

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, lote 169 – Ramada

Data de despacho: 03.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença Administrativa

Processo n.º 30/2016/OP/GI

Nome: Naim Sanje Taidim

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Padre António Vieira, Lote 525 – Famões

Data de despacho: 03.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença Administrativa

Processo n.º 30/2018/OP

Nome: Purple Horse – Investimentos Unipessoal, Lda

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de terrenos e Outras OU

Local: Rua Dr. Sidónio Pais, n.º 56,58 e 60 – Odivelas

Data de despacho: 03.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a Licença Administrativa

Processo n.º 458/2017/OP/GI

Nome: Sérgio Pojoga

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Cidade de Silves – Lote 281 – Bairro Casal S. Sebastião – Famões

Data de despacho: 03.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Aprovação de Especialidades

Processo n.º 164/2017/OP/GI

Nome: Francisco Guerra

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua dos Pastores, lote B108 – B. dos Pedernais – Ramada

Data de despacho: 03.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença Administrativa

Processo n.º 208/2017/OP/GI

Nome: Guilhermino Augusto Cabral

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua dos Pastores, Lote B100 – Bairro dos Pedernais - Ramada

Data de despacho: 03.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença Administrativa

Processo n.º 219/2018/OP/GI

Nome: Maria Alcide Amaral de Sousa Duarte

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Av. Vale Grande – Lote 152 – Vale Grande – Pontinha

Data de despacho: 03.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 33/2018/OP/GI

Nome: Fernando M. G. Pina Tristão

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Cidade de Vila Nova de Gaia, Lote 386 – B. Casal São Sebastião - Famões

Data de despacho: 03.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 479/2017/OP/GI

Nome: Valentim da Silva Teixeira

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Av. da Liberdade, lote 353 – B. Trigache Norte – Famões

Data de despacho: 03.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença Administrativa

Processo n.º 226/2018/OP/GI

Nome: Amândio Jesus Veiga

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Santo Estevão – lote 193 – Casal da Silveira - Famões

Data de despacho: 08.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 227/2018/OP/GI

Nome: Nuno José Mota Lameira

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua D. António Ferreira Gomes – Lote 94 – Bº das Granjas Novas – Ramada

Data de despacho: 08.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 160/2018/OP/GI

Nome: José Sobral

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Mira Sol, Lote 818 – B. Casal da Silveira – Famões

Data de despacho: 08.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura



Processo n.º 496/2016/OP/GI

Nome: Emídio Ferreira Figueiredo

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua da Juventude – Lote 415 – B. Casal Novo - Caneças

Data de despacho: 08.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença

Administrativa

Processo n.º 512/2017/OP/GI

Nome: Carlos Maia Parreira Fernandes

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua José Gomes Ferreira, lote 40 – Bairro Trigache Norte – Famões

Data de despacho: 08.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença

Administrativa

Processo n.º 490/2017/OP/GI

Nome: Virgílio Lopes Ferreira

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua D. Nuno Alvares Pereira, lote 71 – B. Flor Minho – Caneças

Data de despacho: 08.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a Licença

Administrativa

Processo n.º 93/2018/OP

Nome: Lusocastelo – Soc. de Investimentos Imobiliários, Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Guilherme Gomes Fernandes 29A – Odívetas

Data de despacho: 09.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 227/2017/OP/GI

Nome: João Gomes Martins

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Dr. Francisco Sá Carneiro – Lote 745 – B. Casal da Silveira – Famões

Data de despacho: 09.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença

Administrativa

Processo n.º 234/2018/OP/GI

Nome: João Carlos Rebelo da Silva Rodrigues

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Pedro Nunes, lote 329, Bairro Girassol, Ramada

Data de despacho: 09.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 239/2018/OP/GI

Nome: Paulo Jorge Vitoriano Ferreira

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua António Feijó, lote 392, Bairro Trigache Norte, Famões

Data de despacho: 09.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 143/2017/OP/GI

Nome: Manuel Fonseca

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Cidade de Portimão, lote 29, Bairro Vale Grande, Pontinha

Data de despacho: 09.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença

Administrativa

Processo n.º 57/2018/OP/GI

Nome: Pedro Miguel Pereira Silva

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua da Associação, lote 162, Vale Pequeno, Pontinha

Data de despacho: 09.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença

Administrativa

Processo n.º 434/2017/OP/GI

Nome: António Jorge Castro Ramos

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, 19, lote 146, Bairro Casal dos Apréstimos Ramada

Data de despacho: 09.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença

Administrativa

Processo n.º 55/2018/OP/GI

Nome: Rui Manuel Monteiro da Silva

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Cidade Rio Maior, lote 231, Casal S. Sebastião, Famões

Data de despacho: 14.08.2018

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença

Administrativa

Processo n.º 7939/OP/GI

Nome: Casa de Repouso São Lourenço, Lda

Assunto: Pedido de substituição de garantia bancária

Local: Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, lote 77,

Bairro Casal da Silveira

Data de despacho: 14.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferido o pedido de substituição de garantia bancária

Processo n.º 347/2017/OP

Nome: Sara Duarte – Gestão de Património – Unipessoal, Lda

Assunto: Prorrogação de prazo para apresentar os projetos

Local: Rua da Paiã, nº 5 - Odívetas

Data de despacho: 14.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a Pretensão

Processo n.º 10/2017/IP

Nome: Manuel Carrasco Correia

Assunto: Informação Prévia – Artigo 14º do Dec-Lei nº 555/99 de 16/12 na sua atual redação

Local: Rua dos Malmequeres, nº 25, Casal do Previlégio, Póvoa Santo Adrião

Data de despacho: 14.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Emita-se Parecer favorável

Processo n.º 337/2018/D/OVP

Nome: Lisboa Gás GDL – Soc. Distribuidora de Gás Natural de Lisboa SA



Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Artº. 18º do DL nº 555/99 de 16/12 na sua atual redação
Local: Rua D. Afonso Henriques, Póvoa de Santo Adrião
Data de despacho: 14.08.2018
Teor do Despacho: Concordo. Defiro o pedido de licença

Processo n.º 168/2015/OP
Nome: CISLO-Comunidade Islâmica de Odivelas
Assunto: Pedido de Isenção do Pagamento de Taxas
Local: Avenida Professor Augusto Abreu Lopes, nº 58, Quinta do Mendes, lote 190, Odivelas
Data de despacho: 22.08.2018
Teor do Despacho: Concordo. Defiro o pedido de Isenção de Pagamento de Taxas

Processo n.º 3513/OP
Nome: ODIPOLUS – Urbanização e Construção, Lda
Assunto: Declaração de deserção de procedimento, nos termos do artigo 132º do CPA
Local: Tojais da Barrosa, Codivel, Odivelas
Data de despacho: 22.08.2018
Teor do Despacho: Concordo. Declaro deserto o presente procedimento

Processo n.º 256/2017/OP
Nome: Edgar Luis Simões Valles
Assunto: Pedido de Isenção do Pagamento de Taxas
Local: Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº 100 e 100 A, Odivelas
Data de despacho: 22.08.2018
Teor do Despacho: Concordo. Defiro parcialmente o Pedido de Isenção do Pagamento de Taxas

Processo n.º 13788/LO
Nome: Comissão Administração Conjunta da AUGI do Bairro Casalinho do Outeiro
Assunto: Pedido de prorrogação do prazo da licença de obras de urbanização
Local: Bairro Casalinho do Outeiro, U.F. de Ramada e Caneças
Data de despacho: 23.08.2018
Teor do Despacho: Concordo. Indeferir o pedido de prorrogação

Processo n.º 4698/OP
Nome: Manuel de Oliveira Leiria Fernandes
Assunto: Declaração de deserção de procedimento, nos termos do artigo 132º do CPA
Local: Campos dos Sinais, Caneças
Data de despacho: 23.08.2018
Teor do Despacho: Concordo. Declaro deserto o presente procedimento

Processo n.º 232/2016/OP/GI
Nome: Pavisempre, Lda
Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo
Local: Rua Capitão Renato Batista, lote 447, Bairro Casal da Silveira, U.F. Pontinha e Famões
Data de despacho: 23.08.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferido o pedido de prorrogação de prazo

Processo n.º 320/2018/OP/GI
Nome: João Pedro Andrade Barros
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua os Lusíadas, lote B 33, Bairro dos Pedernais, Ramada

Data de despacho: 23.08.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 443/2017/OP/GI
Nome: Joaquim José Silva Lopes
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua 18 de Maio, lote 28, Bairro Sol Nascente, Famões
Data de despacho: 23.08.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 376/2016/OP/GI
Nome: Adozinda do Nascimento
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Maria do Céu, lote 360, Bairro Girassol, Ramada
Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a operação urbanística

Processo n.º 184/2017/OP/GI
Nome: Orlando Dinis Abel
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Dr. Gentil Martins, lote 37, Pontinha
Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença da operação urbanística

Processo n.º 280/2018/OP/GI
Nome: Luis Vitorino
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua 5 de Outubro, lote 256, Vale Grande, Pontinha
Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 519/2017/OP/GI
Nome: Vitor Manuel da Luz Pereira
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Engº Duarte Pacheco, lote 585, Bairro Casal dos Mochos, Famões
Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença da operação urbanística

Processo n.º 11878/OP
Nome: Manuel Moreira Henriques Serrano
Assunto: Licença Administrativa – nº 2 do artº. 4 do Dec-Lei nº 555/99 na sua redação atual
Local: Rua General Humberto Delgado, lote B, Porto da Paia
Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença Administrativa (Renovação)

Processo n.º 455/2017/OP/GI
Nome: Maria João Delgado Catarino
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua do Sítio da Várzea, lote 5, Bairro Sítio da Várzea, Ramada
Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença da operação urbanística

Processo n.º 441/2017/OP/GI
Nome: Nelson Ferreira
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua da Estremadura, lote 93, Famões



Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença da operação urbanística

Processo n.º 497/2017/OP

Nome: Odivel-Lar – Soc. Construções Lda

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Arroja, lote H2, Famões

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença da operação urbanística

Processo n.º 307/2017/OP/GI

Nome: David José Valada Correia

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua dos Carrascais, lote 30 B, Carrascais, Caneças

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença da operação urbanística

Processo n.º 289/2018/OP

Nome: José dos Santos Simão Guilherme

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Vasco Santana, n.º 22, Ramada

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 238/2018/OP

Nome: Soares & Assis – Medicina Dentária, Lda

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Major Caldas Xavier, n.º 50 B – 9.º Esq., Odivelas

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 86/2018/OP

Nome: José Almeida Barros

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Travessa das Cardosas, n.º 2, Odivelas

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença da operação urbanística

Processo n.º 336/2017/OP/GI

Nome: Rui Jorge Damião Sousa Braga

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Soalheira, lote 46, Bairro Tomada da Amoreira, Ramada

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença da operação urbanística

Processo n.º 300/2017/OP

Nome: Otidra – Administração de Bens e Serviços, Lda

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua do Souto, 13, Odivelas

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença da operação urbanística

Processo n.º 388/2017/OP/GI

Nome: Vitor Manuel da Silva Morais

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Aquilino Ribeiro, lote 8, Quinta do Abadesso, Famões 24.08.2018

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 343/2017/OP/GI

Nome: Manuel Óscar de Jesus Fonseca

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Madame Curie, lote 110,

Bairro Novo das Fontainhas, Famões

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença da operação urbanística

Processo n.º 267/2018/OP/GI

Nome: António Rodrigues André

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, lote 764,

Bairro Casal da Silveira, Famões

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 291/2017/OP

Nome: O Sonho dos Pestinhas Jardim Infantil, Lda

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua General Alves Poçadas, n.º 30 A, Odivelas

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 159/2018/OP/GI

Nome: António José Ramos Alexandre

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Quinta da Silveira, lote 584, Casal da Silveira, Famões

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 298/2018/IP

Nome: Valentim da Silva Teixeira

Assunto: Informação Prévia

Local: Rua Duque da Terceira, n.º 1, Tornejando com a Rua São Pedro, Odivelas

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Emita-se parecer favorável

Processo n.º 99/2018/OP/GI

Nome: Carlos Alberto da Silva Negrão

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Professor Rui Luis Gomes, n.º 4, lote 22,

Bairro da Carochia, Ramada

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura



Processo n.º 180/2017/OP/GI

Nome: Ruben Miguel Lopes de Melo

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua do Pomarinho, n.º 47, Viv. Maria Helena, Odivelas

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concorde. Deferida a licença da operação urbanística

Processo n.º 215/2018/OP/GI

Nome: Paulo Fernando Silva

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua da Liberdade, lote 5, Casalinho da Azenha, Pontinha

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 199/2018/OP/GI

Nome: Daniel Coelho Tavares

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua São Domingos, lote 53, Bairro Vale Grande, Pontinha

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 245/2018/OP/GI

Nome: Tiago Alexandre Pires Valério

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Bairro das Granjas Novas, lote 16, Ramada

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 244/2018/OP/GI

Nome: Urbiramada

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Bairro das Granjas Novas, lote 17 impasse G4, Odivelas

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 243/2018/OP/GI

Nome: Tiago Alexandre Machado Ferreira Mateus

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua José Rodrigues Migueis, lote 538,

Bairro Casal dos Mochos, Famões

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 366/2016/OP/GI

Nome: Maria Alexandra Antunes de Jesus Bremax

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua 25 de Dezembro, lote B 40, Bairro dos Pedernais, Ramada

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 199/2016/OP/GI

Nome: João Miguel Leonardo Capelo Rodrigues

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Augusto Amara, lote 115, Bairro Sol Nascente, Famões

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 161/2018/OP/GI

Nome: Susana Castela de Carvalho Matos Araújo

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua do Paleolítico, lote 12, Ramada

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 144/2018/OP/GI

Nome: Marco Alexandre Soares de Almeida

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua do Norte, lote 99, Bairro Castelo Poente, Ramada

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 357/2017/OP/GI

Nome: Manuel Toscano Cabral Felício

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua Cidade da Feira, lote 115,

Bairro Casal São Sebastião, Famões

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concorde. Extinga-se a o procedimento da comunicação prévia.

Processo n.º 262/2017/OP/GI

Nome: Gertrudes de Jesus da Nave Cotrim

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua 24.08.2018 da Boa Vista, lote 68, Caneças

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Concorde. Extinga-se os efeitos e procedimentos da comunicação prévia

Processo n.º 191/2018/IP

Nome: Nuno Jorge Rodrigues Saraiva

Assunto: Informação Prévia

Local: Avenida da Liberdade, n.º 34 – 3 Frente, Ramada

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Emita-se parecer desfavorável

Processo n.º 179/2018/IP

Nome: José António de Figueiredo Silva

Assunto: Informação Prévia

Local: Avenida da Liberdade, n.º 34 – 6.º Frente, Ramada

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Emita-se parecer desfavorável

Processo n.º 509/2017/IP

Nome: TI – Tecnologia Informática, SA

Assunto: Informação Prévia

Local: Rua Cristóvão da Gama, n.º 22, Porto da Paiã, Pontinha

Data de despacho: 24.08.2018

Teor do Despacho: Emita-se parecer desfavorável



Processo n.º @ 20/2018
Nome: José dos Santos Simão Guilherme
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Vasco Santana, n.º 22, antigo lote 20, Terras da Mina, Ramada
Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Indeferida a autorização de utilização

Processo n.º 375/2016/OP/GI
Nome: Mário Ribeiro Simões Almeida
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Chãos Compridos, lote 16, Bairro Sol Nascente, Famões
Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Indeferida a autorização de utilização

Processo n.º 437/2016/OP/GI
Nome: João Ribeiro Cordeiro
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua dos Pastores, B 91, Bairro dos Pedernais, Ramada
Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Concorde. Extinga-se os efeitos e procedimentos da comunicação prévia

Processo n.º 42/2016/OP/GI
Nome: Aurora São Pedro Lopes
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Nova de Massapes, lote 1127, Bairro Casal Novo, Caneças
Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Concorde. Declaro a caducidade da licença da operação urbanística

Processo n.º 416/2016/OP/GI
Nome: Armando da Silva Martins
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Eliana Guimarães, lote 151, Milharada, Pontinha
Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 196/2018/OP/GI
Nome: Cabeça de Casal da Herança de Armando Carvalho
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua D. Dinis, lote 89, Bairro Casal das Queimadas à Quinta das Dálias, Famões
Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Concorde. Declaro a licença da operação urbanística

Processo n.º 1/2018/OP/GI
Nome: José Maria Cabaço Carona
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Cidade de Silves, lote 272, Bairro São Sebastião, Famões
Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Concorde. Declaro a licença da operação urbanística

Processo n.º 417/2017/OP/GI
Nome: Telma Filipa Antunes Lopes Lourenço
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Cidade de Barcelos, lote 476, Bairro São Sebastião, Famões

Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Concorde. Declaro a licença da operação urbanística

Processo n.º 217/2018/OP/GI
Nome: Tiago Miguel Ribeiro Pinto
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Cidade de Tavira, lote 25, Bairro Vale Grande, Pontinha
Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Listagem dos despachos emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, referente a Autorizações de Utilização, Comunicações Prévias e Rejeições Liminares, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, durante o mês de agosto de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/10912, 2018.09.20 (edoc/2018/56228):

Processo n.º 197/2018/OP/GI
Nome: Instaladrilho Construções e Empreitadas Lda.
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Hortense Luz – Lote 657 – Bairro S. Sebastião Norte – B.º dos Quatro Famões
Data de despacho: 02.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 108/2016/OP/GI
Nome: Muhammad Ridwan Domingos de Matos
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua 16 de Abril, lote 161 – B. Sol Nascente – Famões
Data de despacho: 09.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 225/2017/OP/GI
Nome: Vitor Daniel Freire Matias
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Cidade de Caldas da Rainha, Lote 21 – B. São Sebastião – Famões
Data de despacho: 10.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 301/2015/OP/GI
Nome: Licínio do Nascimento Rebelo Leal
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua de Belém, Lote 113 – B. Moinho do Baeta – Caneças
Data de despacho: 13.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se o requerente

Processo n.º 256/2018/IP
Nome: Manuel Pires Rodrigues
Assunto: Informação Prévia
Local: Rua da Ribeira, Lote 195 – B. Sol Nascente – Famões
Data de despacho: 13.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se



Processo n.º 381/2015/OP/GI
Nome: José Acácio Antunes
Assunto: Comunicação prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Júlio Verne – Lote 845 – Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 13.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 168/2017/OP
Nome: Bruno Manuel da Costa Melo
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Fernando Pessoa, lote C28 – B. dos Pedernais – Ramada
Data de despacho: 13.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 21/2017/OP
Nome: Couteze
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Praceta Américo Nunes – Lote 8 (n.º 7) – Bairro Granjas Novas – Ramada
Data de despacho: 13.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 132/2018/OP/GI
Nome: Afonso da Silva Carreira
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Gentil Martins – Lote 29 – Bairro Novo Santo Eloy – Pontinha
Data de despacho: 13.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @1/2018
Nome: António Dias da Fonseca
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Major João Luís de Moura, lote 67 – B.º Milharada – Pontinha
Data de despacho: 14.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de utilização

Processo n.º @1/2018
Nome: António Dias da Fonseca
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Major João Luís de Moura, Lote 67 – B.º Milharada
Data de despacho: 14.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de utilização

Processo n.º @440/2015
Nome: Joana Patrícia Marques Homem e Sousa
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua de S. José n.º 4 – Caneças
Data de despacho: 14.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de utilização

Processo n.º 454/2016/OP/GI
Nome: Odete de Jesus Veiga Rasteiro
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da República, lote A226 – B. Pedernais – Ramada
Data de despacho: 14.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 211/2018/OP/GI
Nome: Joaquim Miguel Vitorino do Norte e Outra
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Azinhaga do Canhamato – Lote 13 - Caneças
Data de despacho: 20.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 206/2016/OP/GI
Nome: Armando da Silva Martins
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Elina Guimarães – Lote 128 – Bairro da Milharada – Pontinha
Data de despacho: 21.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 384/2018/D/OVP
Nome: EDP Distribuição Energia, S.A
Assunto: Audiência dos Interessados
Local: Rua Pulido Valente - Odivelas
Data de despacho: 21.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 324/2017/OP
Nome: Ctz – Construções Torres do Zêzere, Lda
Assunto: Comunicação Prévia – n.º 3 do art.º 4 do Dec-Lei n.º 555/99 na sua atual redação
Local: Azinhaga do Pinhal – Lote 4C – Caneças
Data de despacho: 21.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 222/2018/OP/GI
Nome: Paula Cristina Longo de Almeida Bernardo
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Cidade de Elvas – Lote 274 – B. Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 21.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 301/2015/OP/GI
Nome: Licínio do Nascimento Rebelo Leal
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua de Belém, Lote 113 – B. Moinho do Baeta – Caneças
Data de despacho: 22.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @72/2018
Nome: Aldina de Jesus Gonçalves Sobral
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 2 de Abril – Lote 916 – B. Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 22.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 482/2017/OP/GI
Nome: António Nunes Martins Rosado
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Cidade de Aveiro, lote 518 – Pontinha
Data de despacho: 22.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se liminarmente

Processo n.º 168/2016/OP/GI
Nome: Luís Miguel Fernandes Martins
Assunto: Autorização de Utilização



Local: Rua Machado de Castro, lote 485 – B. Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 22.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 266/2018/OP/GI
Nome: Joaquim Sampaio Monteiro
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Casal do Abadesso, Lote 1069 – B. Casal Novo – Caneças
Data de despacho: 24.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 124/2015/OP
Nome: Aida do Souto Oliveira
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua do Pomarinho – Vivenda Souto – Odivelas
Data de despacho: 27.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a Autorização de Utilização

Processo n.º 100/2014/OP/GI
Nome: Constantino Fernandes Alexandre
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Fernão Lopes, lote 74 – B. Flor do Minho – Caneças
Data de despacho: 27.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º 484/2016/OP/GI
Nome: António Manuel Pires Neno
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Cidade de Mirandela, lote 77 – Bairro Casal de S. Sebastião
Data de despacho: 27.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 90/2016/OP/GI
Nome: Domingos Ramos Nunes
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da Beira, n.º 10 – Lote 301 – Bairro Casal do Rato – Famões
Data de despacho: 27.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 60/2016/OP/GI
Nome: Maria Martins Ramos
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Quinta da Silveira, Lote 586 – B. Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 27.08/2018
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º @70/2018
Nome: Manuel Martins da Silva
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Alexandre Herculano, n.º 43 – Odivelas
Data de despacho: 27.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º @77/2018
Nome: José Carlos Pereira
Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Alexandre Herculano, n.º 43 – Odivelas
Data de despacho: 27.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 108/2018/OP/GI
Nome: Eduardo Monteiro
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Cidade de Lamego, lote 517 – B. Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 27.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 312/2016/OP
Nome: Oásis, Combustível e Lubrificantes
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Major João Luís de Moura – Lote 6 - Famões
Data de despacho: 27.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 293/2018/OP/GI
Nome: Francisco Morais Bernardo
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Manuel Teixeira Gomes, lote 28 – Bairro Tomada Amoreira
Data de despacho: 27.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 323/2015/OP
Nome: Betourbe Lda.
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Quinta do Barruncho – Granja da Paradela, lote 18 – Póvoa de Santo Adrião
Data de despacho: 28.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 96/2016/OP/GI
Nome: José Pires
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua dos Lários, n.º 11 – B.º Casal do Rato – Pontinha
Data de despacho: 28.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º @92/2017
Nome: Vitorino Duarte das Neves
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua João de Barros, Lote 146 (152) –Famões
Data de despacho: 28.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 383/2015/OP
Nome: António Monteiro Cardoso Paulo
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da Boavista, Lote 13 (Viv. Paulo) Casais D` Alem
Data de despacho: 28.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 457/2016/OP/GI
Nome: José Morais Coutinho
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Hortense Luz, lote 744 – São Sebastião – Famões
Data de despacho: 28.08.2018
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização



Processo n.º 171/2015/OP/GI
Nome: Maria Teresa Gonçalves Antunes de Iria Gama
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 1º janciro, lote 56 – N. Novo Trigache – Famões
Data de despacho: 28.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização

Processo n.º 458/2016/OP/GI
Nome: José Morais Coutinho
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Hortense Luz, Lote 745 – São Sebastião – Famões
Data de despacho: 28.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a Autorização de Utilização

Processo n.º @74/2018
Nome: Joaquim Jorge Martins Dias
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Amélia Rey Colaço, n.º 3 – 5º Dtº - Odivelas
Data de despacho: 28.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a Autorização de Utilização

Processo n.º 252/2017/OP
Nome: Colinas do Cruzeiro Empreendimentos Imobiliários S.A
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Rua Antero de Quental e Rua Marechal Gomes da Costa – UF Pontinha e Famões
Data de despacho: 28.08.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Listagem dos Comprobativos de Admissão de Comunicação Prévia, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, durante o mês de agosto de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/10917, 2018.09.20 (edoc/2018/56223):

Processo n.º @ 172/2016 – 2820/OP
Nome: Ricardo Alexandre & Antunes – Construções Lda
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Urbanização Colinas do Cruzeiro, zona 3, lote 12, Odivelas
Data de emissão: 02.08.2018
Comprovativo n.º 074/2018

Processo n.º 246/2018/OP/GI
Nome: João Barata Ferreira
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua 5 de Setembro, lote 1232, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 02.08.2018
Comprovativo n.º 075/2018

Processo n.º 128/2018/OP/GI
Nome: Alexandre Carlos Gomes Caneira
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Piteira Santos, lote 281, Bairro do Girassol
Data de emissão: 06.08.2018
Comprovativo n.º 076/2018

Processo n.º 224/2018/OP
Nome: José António Nunes Vendeirinho – Cabeça Casal Herança de Ilda Nunes
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Anselmo da Silva Paiva, lote 1 B-21, Bairro dos CTT
Data de emissão: 10.08.2018
Comprovativo n.º 077/2018

Processo n.º 235/2018/OP/GI
Nome: Milene Clementina Morais Costa
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Praceta Júlio Dinis, lote 54, Bairro das Granjas
Data de emissão: 23.08.2018
Comprovativo n.º 078/2018

Processo n.º 97/2018/OP/GI
Nome: Miguel Ângelo Loureiro Muchata
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua do Girassol, lote 19, Bairro Flor do Minho
Data de emissão: 24.08.2018
Comprovativo n.º 079/2018

Processo n.º 211/2017/OP/GI
Nome: Américo de Sousa Dias
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Alfredo Dinis, lote 252, Bairro Girassol
Data de emissão: 24.08.2018
Comprovativo n.º 080/2018

Listagem dos Alvarás de Utilização e de Construção, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, durante o mês de agosto de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/10915, de 2018.09.20 (edoc/2018/56215):

Alvarás de Construção

Processo n.º 320/2016/OP/GI
Nome: Carlos Alberto Silva Gameiro e Outra
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua João de Barros, lote 133, Bairro Alto de Famões
Data de emissão: 01.08.2018
Alvará n.º 190/2018

Processo n.º 53/2018/OP/GI
Nome: Emília da Encarnação Justo
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Cidade das Caldas da Rainha, lote 19, Bairro Casal S. Sebastião
Data de emissão: 02.08.2018
Alvará n.º 191/2018

Processo n.º 291/2018/D/OVP
Nome: PROARBA – Energia e Telecomunicações Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua 25 de Dezembro, lote 40, Bairro dos Pedernais
Data de emissão: 02.08.2018
Alvará n.º 192/2018



Processo n.º 365/2016/OP/GI
Nome: Fernando Esteves
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Bonfim, lote 244, Bairro Casal do Bispo
Data de emissão: 02.08.2018
Alvará n.º 193/2018

Processo n.º 527/2017/OP/GI
Nome: Tiago Jorge Anjo Antunes
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua de São Domingos, lote 59, Bairro Trigache Sul
Data de emissão: 06.08.2018
Alvará n.º 194/2018

Processo n.º 19/2017/OP
Nome: Hélder Filipe Nunes Matildes
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Miguel Silvestre Cruz, lote 9, Carrascais
Data de emissão: 06.08.2018
Alvará n.º 195/2018

Processo n.º 278/2017/OP/GI
Nome: Cristina Alexandra de Sousa Oliveira
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Sol, lote 596 J, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 09.08.2018
Alvará n.º 196/2018

Processo n.º 5/2018/OP/GI
Nome: Marco Paulo Silva Morais
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua da Caiada, lote D54, Bairro Pedernais
Data de emissão: 09.08.2018
Alvará n.º 197/2018

Processo n.º 274/2016/OP/GI
Nome: Jorge Manuel Castela da Conceição
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Elina Guimarães, lote 147, Bairro da Milharada
Data de emissão: 10.08.2018
Alvará n.º 198/2018

Processo n.º 235/2017/OP/GI
Nome: Praça de Alvalade – Residência Sénior, Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Manuel da Fonseca, lote 226, Bairro Granjas Novas
Data de emissão: 13.08.2018
Alvará n.º 199/2018

Processo n.º @ 38/2017 – 3242/OP
Nome: INDURBA – Sociedade de Construções Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Urbanização Colinas do Cruzeiro, zona 9, lote 21, Odívelas
Data de emissão: 13.08.2018
Alvará n.º 200/2018

Processo n.º 218/2017/OP/GI
Nome: Manuel Joaquim da Costa Dantas
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua das Palmeiras, lote 182, Bairro Sol Nascente
Data de emissão: 20.08.2018
Alvará n.º 201/2018

Processo n.º 226/2018/OP/GI
Nome: Amândio de Jesus Veiga
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua St.º Estevão, lote 193, Bairro Casal da Silveira
Data de emissão: 27.08.2018
Alvará n.º 202/2018

Processo n.º 533/2017/OP/GI
Nome: César Filipe Magalhães Mendes
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Sta Rita Pintor, lote 528, Bairro Casal dos Mochos
Data de emissão: 27.08.2018
Alvará n.º 203/2018

Alvarás de Utilização

Processo n.º 36140/OCP
Nome: Ana Maria Ribeiro Almeida Nogueira Veras e Outro
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua da Escola Primária, bloco 3, Ponte da Bica, Ramada
Data de emissão: 02.08.2018
Alvará n.º 118/2018

Processo n.º @ 110/2016 – 14376/CP/OP/GI
Nome: Luís Manuel Braçal Sanches e Outros
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua de São Pedro, lote 74, Bairro Trigache Sul
Data de emissão: 02.08.2018
Alvará n.º 119/2018

Processo n.º @ 350/2015 – 14863/CP/OP/GI
Nome: José Serralha de Oliveira
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua 16 de Abril, lote 138, Bairro Sol Nascente
Data de emissão: 02.08.2018
Alvará n.º 120/2018

Processo n.º @ 177/2016 – 14491/CP/OP/GI
Nome: Egídio de Jesus Pulga
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Natália Correia, lote 199, Bairro da Milharada
Data de emissão: 02.08.2018
Alvará n.º 121/2018

Processo n.º @ 83/2017 – 13354/CP/OP/GI
Nome: Paula Alexandra Andrade de Jesus Henriques
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua 8 de Junho, nº 17 e 17 A de polícia, Odívelas
Data de emissão: 02.08.2018
Alvará n.º 122/2018

Processo n.º 129/2016/OP/GI
Nome: Virgílio Antunes Godinho
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua 25 de Agosto, lote 4, Bairro Casal Novo dos Bons Dias
Data de emissão: 02.08.2018
Alvará n.º 123/2018

Processo n.º 212/2016/OP/GI
Nome: Fernanda Conceição Teixeira
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua das Oliveiras, lote 134, Bairro Vale Pequeno
Data de emissão: 02.08.2018
Alvará n.º 124/2018



Processo n.º 12/2016/OP/GI
Nome: Lucília de Jesus Marques Coelho
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua 24 de Junho, nº 11 e 11 A de policia, Casal do Rato
Data de emissão: 02.08.2018
Alvará n.º 125/2018

Processo n.º @ 24/2018 – 26287/OCP/RC/OC
Nome: Banco Comercial Português SA
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Cidade de Rio Maior, lote 245,
Bairro Casal de São Sebastião
Data de emissão: 02.08.2018
Alvará n.º 126/2018

Processo n.º 7/2016/OP/GI
Nome: António Dias da Fonseca
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Major João Luis de Moura, lote 107,
Bairro da Milharada
Data de emissão: 03.08.2018
Alvará n.º 127/2018

Processo n.º 61/2016/OP/GI
Nome: Manuel Pinto Amaral
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Quinta da Silveira, lote 586 A,
Bairro Casal da Silveira
Data de emissão: 07.08.2018
Alvará n.º 128/2018

Processo n.º @ 107/2017 – 13586/CP/OP/GI
Nome: Narciso Luiz da Silva Santos
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Abel Manta, nº 12 e 12 A de polícia, com vão de
porta para Rua José Augusto Gouveia, nº 20 A de polícia, Bairro
Trigache Centro
Data de emissão: 07.08.2018
Alvará n.º 129/2018

Processo n.º @ 108/2017 – 13585/CP/OP/GI
Nome: Narciso Luiz da Silva Santos
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Abel Manta, nº 10 e 10 A de polícia, com vão de
porta para a Rua
José Augusto Gouveia, nº 22 A de policia,
Bairro Trigache Centro
Data de emissão: 07.08.2018
Alvará n.º 130/2018

Processo n.º @ 49/2018 – 13599/CP/OP/GI
Nome: Edmundo Vitorino da Silva
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Natália Correia, lote 221, Bairro da Milharada
Data de emissão: 07.08.2018
Alvará n.º 131/2018

Processo n.º @ 138/2017 – 8130/OP/GI
Nome: ABDUL GAFAR IMÓVEIS – Unipessoal Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua 19 de Junho, lote 68, Bairro Sol Nascente
Data de emissão: 07.08.2018
Alvará n.º 132/2018

Processo n.º 408/2017/OP/GI
Nome: José Gaspar
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua de São Pedro, lote 173, Bairro Vale Grande
Data de emissão: 08.08.2018
Alvará n.º 133/2018

Processo n.º 158/2017/OP/GI
Nome: José Euzébio Marques
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Estrada Municipal, lote 263, Bairro Vale Grande
Data de emissão: 08.08.2018
Alvará n.º 134/2018

Processo n.º 268/2017/OP/GI
Nome: António Filipe Firmo
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua 5 de Outubro, lote 239, Bairro Vale Grande
Data de emissão: 08.08.2018
Alvará n.º 135/2018

Processo n.º 133/2015/OP/GI
Nome: Ricardo Alexandre Martins Santos
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Vasco Santana, nº 30 e 30 A de policia,
Quinta da Condessa
Data de emissão: 09.08.2018
Alvará n.º 136/2018

Processo n.º 230/2017/OP/GI
Nome: Emília da Silva
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua de São José, lote 120, Bairro Vale Grande
Data de emissão: 09.08.2018
Alvará n.º 137/2018

Processo n.º 4/2016/OP/GI
Nome: Maria da Anunciação Espirito Santo
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua 1º de Maio, lote 32, Bairro Casal da Silveira
Data de emissão: 10.08.2018
Alvará n.º 138/2018

Processo n.º @ 44/2018 – 14650/CP/OP/GI
Nome: Abel de Jesus Lopes e Outros
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Elina Guimarães, lote 122, Bairro da Milharada
Data de emissão: 10.08.2018
Alvará n.º 139/2018

Processo n.º @ 2/2018 – 12999/CP/OP/GI
Nome: José Luis dos Santos
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Alves Redol, nº 16, 16 A e 16 B de policia,
Bairro das Sete Quintas
Data de emissão: 13.08.2018
Alvará n.º 140/2018

Processo n.º 474/2016/OP/GI
Nome: Alfredo Francisco Pereira
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua da Salvação, nº 5, 5 A e 5 B de policia, Sete Quintas
Data de emissão: 16.08.2018
Alvará n.º 141/2018



Processo n.º 130/2015/OP/GI
Nome: Guilhermino António Marçal
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua São João, n.º 3 de policia, Galo de Pera, Ramada
Data de emissão: 20.08.2018
Alvará n.º 142/2018

Data de emissão: 09.08.2018
Alvará n.º 295/2014

Processo n.º 467/2016/OP
Nome: José Rodrigues Gomes
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua das Arrozeiras, n.º 34 e 34 A de policia, UF Ramada e Caneças
Data de emissão: 20.08.2018
Alvará n.º 143/2018

Processo n.º 28/2016/OP/GI
Nome: Domingos Augusto Moura Moita
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Capitão Renato Batista, lote 440, Bairro Casal da Silveira
Data de emissão: 20.08.2018
Alvará n.º 144/2018

Processo n.º 427/2016/OP/GI
Nome: Maria Zélia Rodrigues da Costa Cardoso
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua 1.º de Novembro, lote 3, Bairro Moinho do Baeta
Data de emissão: 22.08.2018
Alvará n.º 145/2018

Processo n.º 231/2017/OP/GI
Nome: Alberto Nunes António
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Cidade de Elvas, lote 270, Bairro Vale Grande
Data de emissão: 22.08.2018
Alvará n.º 146/2018

Processo n.º @ 16/2018 – 10380/OCP
Nome: Centro Médico da Póvoa de Santo Adrião Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Dr. Mário Sacramento, n.º 9 de policia, Póvoa de Santo Adrião
Data de emissão: 24.08.2018
Alvará n.º 147/2018

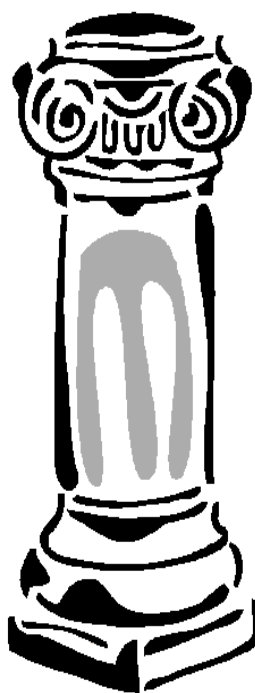
Processo n.º 177/2015/OP/GI
Nome: Joaquim Gonçalves Machorro
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua General Humberto Delgado, lote 51, Bairro Casal do Bispo
Data de emissão: 27.08.2018
Alvará n.º 148/2018

Processo n.º @ 136/2017 – 13068/CP/OP/GI
Nome: Nelson Gonçalves Branco
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Belissário Pimenta, n.º 28 de policia, com vão de porta para o n.º 2 de policia da Rua Carlos Seixas, Bairro Trigache Norte
Data de emissão: 28.08.2018
Alvará n.º 149/2018

Processo n.º 202/2016/OP/GI
Nome: Maria Patrocínia Pinto Marques
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua de São Miguel, n.º 10 de policia, Casal do Rato



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Realizada em 27 de setembro de 2018

DELIBERAÇÕES

MOÇÕES

PELA MELHORIA DO SERVIÇO PÚBLICO DE RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS E MONOS PRESTADO PELOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Pela bancada do PS, foi apresentada uma Moção, com o título “Pela melhoria do Serviço Público de Recolha de Resíduos Urbanos e Monos prestado pelos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas no território do Município de Odivelas”, (documento n.º 1)”, que será transcrito na ata da sessão. O texto referente à moção em causa será publicado logo que o mesmo esteja disponível para publicação.

(Aprovado por maioria)

“PELA NÃO TRANSFERÊNCIA EM 2019 DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA LEI N.º 50/2018”

Pela bancada do BE, foi apresentado uma Moção com o título “Pela não transferência em 2019 das competências previstas na Lei n.º 50/2018”, (documento n.º 2)”, que será transcrito na ata da sessão. Colocada à votação a moção foi Rejeitada por maioria com os votos a favor das bancadas da CDU, PAN e BE, contra das bancadas do PS e da CDS/PP e com a abstenção da bancada do PPD/PSD.

(Rejeitada por maioria)

“TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS”

Pela bancada do CDS/PP, foi apresentada uma Moção com o título “Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais” (documento n.º 4), que será transcrito na ata da sessão. O texto referente à moção em causa será publicado logo que o mesmo esteja disponível para publicação.

(Aprovado por maioria)

“RECOLHA DOS DIVERSOS TIPOS DE RESÍDUOS NA ÁREA DO MUNICÍPIO”

Pela bancada do CDS/PP, foi apresentada uma Moção com o título “Recolha dos diversos tipos de resíduos na área do município” (documento n.º 5), que será transcrito na ata da sessão. Colocada à votação a moção foi rejeitada por maioria com os votos a favor das bancadas do PPD/PSD, CDS/PP e PAN, contra do PS e CDU e com a abstenção da bancada do BE.

(Rejeitada por maioria)

RECOMENDAÇÕES

“PELA INCLUSÃO DA SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE NO PLANO DE ATIVIDADES PARA 2019”

Pela bancada do BE, foi apresentado uma Proposta de Recomendação com o título “Pela inclusão da Semana Europeia da Mobilidade no Plano de Atividades para 2019” (documento n.º 3), que será transcrito em ata. O texto referente à proposta de recomendação em causa será publicado logo que o mesmo esteja disponível para publicação.

(Aprovada por maioria)

“POR UM SKATE PARK DIGNO EM ODIVELAS”

Pela bancada do PPD/PSD, foi apresentada uma Recomendação com o título “Por um Skate Park digno em Odivelas” (documento n.º 6), que será transcrito em ata. O texto referente à recomendação em causa será publicado logo que o mesmo esteja disponível para publicação.

(Aprovado por unanimidade)



REVISÃO ORÇAMENTAL

3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2018 14.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Presente para deliberação a “14.ª Modificação Orçamental – 3.ª Revisão Orçamental 2018”, de acordo com a informação n.º Interno/2018/10603, de 2018.09.13, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião, e nos termos dos mapas anexos à informação, aprovados na 18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 19 de setembro de 2018 (presente *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões*, página 7), documentos remetidos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal de Odivelas.

“ENQUADRAMENTO

A presente REVISÃO ORÇAMENTAL decorre da necessidade de proceder à inscrição de novas rubricas em projetos, e ajustamentos nas dotações dos projetos e ações atualmente existentes, sem no entanto alterar o valor global do Orçamento.

No âmbito da presente Revisão Orçamental, importa destacar as alterações aos seguintes projetos/ações:

- CONSTRUÇÃO, REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE INSTALAÇÕES MUNICIPAIS – Construção de novas Instalações – Divisão PSP de Odivelas

Reforço orçamental
Rubrica: 07.01.03.01 – Instalações de Serviços
Reforço – 100.000,00 €

- CONSTRUÇÃO, REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES - Intervenções Diversas - Escolas Básicas 1.º Ciclo / Jardins de Infância

Reforço orçamental
Rubrica: 07.01.04.13 Outros
Reforço – 80.000,00 €

- PARQUES INFANTIS – Parques Infantis do Concelho

Reforço orçamental
Rubrica: 02.02.03 – Conservação de Bens
Reforço – 90.000,00 €

- PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA – Aquisição de Informação Geográfica

Reforço orçamental
Rubrica: 07.01.13 – Investimentos Incorpóreos
Reforço – 100.000,00 €

- CONSTRUÇÃO, REPARAÇÃO, BENEFICIAÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS – Execução do Plano da Rede Ciclável do Município de Odivelas

Reforço orçamental
Rubrica: 07.01.04.01 Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares
Reforço – 100.000,00 €

- REDE VIÁRIA, SINALIZAÇÃO E ESTACIONAMENTO – Intervenções Diversas em Arruamentos

Reforço orçamental
Rubrica: 07.01.04.01 Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares
Reforço – 150.000,00 €

- REDE VIÁRIA, SINALIZAÇÃO E ESTACIONAMENTO – Muros de Suporte

Reforço orçamental
Rubrica: 07.01.04.01 Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares
Reforço – 45.000,00 €

- COMÉRCIO E TURISMO – Mercado da Pontinha

Reforço orçamental
Rubrica: 04.07.04.13 Outros
Reforço – 20.000,00 €

- VIATURAS MUNICIPAIS – Locação de Viaturas

Reforço orçamental
Rubrica: 02.02.10 Transportes
Reforço – 42.400,00 €

Verificou-se ainda a necessidade de criar novos projetos, dos quais se destacam os seguintes:

- INICIATIVAS DE DINAMIZAÇÃO DESPORTIVA – Candidatura Odivelas: “Cidade Europeia do Desporto 2020

Reforço orçamental
Rubrica: 02.01.15 Prémios, Condecorações e Ofertas
Reforço – 20.000,00 €



Reforço orçamental
Rubrica: 02.01.21 Outros Bens
Reforço – 15.000,00 €

Reforço orçamental
Rubrica: 02.02.17 Publicidade
Reforço – 2.500,00 €

Reforço orçamental
Rubrica: 02.02.25 Outros Serviços
Reforço – 45.000,00 €

Reforço orçamental
Rubrica: 07.01.10.02 Outro
Reforço – 5.000,00 €

• INTERVENÇÃO SOCIAL E APOIO A ENTIDADES SOCIAIS –
Intervenção Social - Centro Social e Paroquial da Póvoa
de Santo Adrião

Reforço orçamental
Rubrica: 08.07.01.02 Coletividades, Instituições e
Associações
Reforço – 50.000,00 €

• INTERVENÇÃO SOCIAL E APOIO A ENTIDADES SOCIAIS –
Intervenção Social – Santa Casa da Misericórdia da Póvoa
de Santo Adrião

Reforço orçamental
Rubrica: 08.07.01.02 Coletividades, Instituições e
Associações
Reforço – 30.000,00 €

Numa análise comparativa entre as dotações atuais e o previsto na presente REVISÃO ORÇAMENTAL, verifica-se uma diminuição de 0,9 % das despesas de capital, ou seja de menos 267.742,54 Euros, e verifica-se um aumento de 0,4 % das despesas correntes, ou seja de 267.742,54 Euros.

Por outro lado, e nos termos do exposto no art.º 104 n.º 1 da Lei 114/2017, de 29/12 (LOE/2018), o saldo de gerência pode ser classificado como receita corrente desde que seja consignado aquando da integração, na proporção da despesa corrente que visa financiar.

Esta norma procura coerência com a regra de equilíbrio orçamental prevista no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ao fazer relevar o saldo transitado como receita corrente, garantindo assim, a neutralidade do mesmo.

Tendo em conta a citada norma relativa ao saldo já integrado na 2ª Revisão Orçamental, surgiu a necessidade de alterar os projetos de despesa corrente. Assim, e considerando que ficou consignado à despesa corrente o valor de 1.475.677,00 €, (um milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil seiscientos e setenta e sete euros), esse valor corresponde aos projetos de despesa corrente constantes do Anexo I.

Verifica-se assim que se encontra cumprido a regra do Equilíbrio Orçamental, de acordo com o disposto no art.º 104 da LOE 2018, e a Lei 73/2013, de 3 de setembro, conforme quadro seguinte.

Equilíbrio Orçamental			
Receita Corrente bruta orçamentada	67.203.017,40	Despesa Corrente orçamentada	63.800.414,31
Saldo de gerência de 2017, incorporado e consignado à receita corrente	1.475.677,00	Amortizações Médias Empréstimos M/L Prazo	3.509.770,17
Total (1)	68.678.694,40	Total (2)	67.310.184,48
Receita Corrente bruta ≥ Despesa corrente + Amortizações Médias Empréstimos M/L Prazo (3) = (1) - (2)			1.368.509,92

Deste modo o valor global do Orçamento Municipal para 2018, após a 3ª Revisão Orçamental, será de 92.914.350,00 euros.



ANEXO I

Projetos de Despesa Corrente com Receita Consignada

Projeto		Valor Consignado na 2ª Revisão
2018/A/18	Comemoração do Dia Municipal dos Bombeiros	10.282,21 €
2018/A/145	Transportes Escolares	331.250,00 €
2018/A/146	Fichas Escolares 1.º Ciclo	186.496,40 €
2018/A/154	Fichas Escolares 2.º Ciclo	167.085,00 €
2018/A/164	Auxílios Económicos	107.742,73 €
2018/A/185	Passeio Sénior	71.340,00 €
2018/A/132	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	17.500,00 €
2018/A/199	PAMO - Programa de Apoio Municipal de Odivelas - Eixo Social	43.254,00 €
2018/A/200		
2018/A/216	PAMO - Programa de Apoio Municipal de Odivelas - Eixo Cultural	12.650,00 €
2018/A/218		
2018/A/220		
2018/A/229		
2018/A/227		
2018/A/228		
2018/A/273	PAMO - Programa de Apoio Municipal de Odivelas - Eixo do Desporto	9.522,11 €
2018/A/274		
2018/A/275		
2018/A/276		
2018/A/29	PAMO - Programa de Apoio Municipal de Odivelas - Eixo Juventude	18.439,61 €
2018/A/31		
2018/A/32		
2018/A/28	Programa de Ocupação de Tempos Livres	10.516,32 €
2018/A/36	Comemorações da Juventude	35.921,98 €
2018/A/54	Festival da Sopa	6.196,06 €
2018/A/79	Festival Marmelada Branca e Doçaria	39.500,00 €
2018/A/58	Plano de Desenvolvimento Turístico	26,60 €
2018/A/250	Concertos de Maio	4.865,04 €
2018/A/249	Semana do Desporto	47.888,94 €
2018/A/296	Limpeza Urbana de Terrenos Particulares	25.000,00 €
2018/A/357	Apoio Extraordinário à SCM Póvoa Santo Adrião	30.000,00 €
2018/A/355	Apoio Extraordinário ao Centro Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	50.000,00 €
2018/A/196	Fundo de Auxílio Social de Emergência	18.000,00 €
2018/A/329	Plano Diretor Municipal	43.000,00 €
2018/A/198	Associação Florinhas da Rua	50.000,00 €
2018/A/348	Convento de Odivelas	139.200,00 €
Total		1.475.677,00 €



Orçamento de 2018
Resumo do Orçamento – 3.ª Revisão

(valores em euros)

Receitas							Despesas						
	Inicial	Atual	Varição	Após 3.ª Revisão	Varição			Inicial	Atual	Varição	Após 3.ª Revisão	Varição	
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	Valores	Perc.		(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	Valores	Perc.
Correntes	67.114.117,40	67.203.017,40	88.900,00	67.203.017,40	0,00	0,0%		62.848.783,40	63.532.671,77	683.888,37	63.800.414,31	267.742,54	0,4%
Capital	21.211.322,60	25.711.322,60	4.500.000,00	25.711.322,60	0,00	0,0%		25.476.666,60	29.381.678,23	3.905.011,63	29.113.935,69	-267.742,54	-0,9%
Outras	10,00	4.500.010,00	-4.500.000,00	4.500.010,00	0,00	0,0%		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a
TOTAL	88.325.450,00	97.414.350,00	88.900,00	97.414.350,00	0,00	0,0%		88.325.450,00	92.914.350,00	4.588.900,00	92.914.350,00	0,00	0,0%

(Aprovado por maioria)

MAPA DE PESSOAL

MAPA DE PESSOAL 2018 1.ª ALTERAÇÃO

Presente para deliberação a “Proposta de Mapa de Pessoal para 2018 – 1.ª Alteração”, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/10534 de 2018.09.12, aprovada na 18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 19 de setembro de 2018, (presente *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões*, página 8), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal a esta Assembleia Municipal de Odivelas.

“O Mapa de Pessoal para o ano de 2018, foi aprovado na 3ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 13 de dezembro de 2017, e na 5ª Sessão Extraordinária do quadriénio 2017-2021 da Assembleia Municipal, de 27 de dezembro de 2017.

Na sequência da aprovação de uma nova estrutura nuclear na 9ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 7 de maio de 2018 e na 9ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, de 17 de maio, bem como de nova estrutura orgânica flexível, importa proceder à competente 1ª alteração do mapa de pessoal do corrente ano, tendo em consideração o seguinte:

1) Previsão de novos postos de trabalho, em regime de comissão de serviço, correspondentes às novas unidades orgânicas criadas, que permitam a abertura dos competentes procedimentos concursais;

2) Previsão de novos postos de trabalho no âmbito do pessoal não docente dos Agrupamentos de Escolas do Concelho, tendo em vista o cumprimento do rácio estipulado pela Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, para o ano letivo 2018/2019;

3) Previsão de novo posto de trabalho no âmbito da internalização da atividade da Odivelas Viva - Construção e Manutenção de Equipamentos, SA, cuja extinção foi aprovada na 4ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 21 de fevereiro de 2018 e na 3ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, de 26 de março de 2018 e comunicada na Assembleia Geral da Odivelas Viva SA, em 28 de março de 2018;

4) Eliminação de alguns postos de trabalho não ocupados referentes a consolidação de mobilidades intercarreiras na CMO e consolidação de mobilidades na categoria em outros organismos e cuja ocupação não se revela necessária aos serviços.

Em face destas linhas orientadoras, a presente proposta de alteração ao mapa de pessoal para 2018 contempla um total de 1472 postos de trabalho, encontrando-se ocupados, à presente data, 1277 (Incluindo o pessoal não docente dos Agrupamentos de Escolas do Concelho, no âmbito da transferência de competências na área da educação) e não ocupados 195 postos.

Em termos comparativos com o Mapa de Pessoal inicial, o qual contemplava 1424 postos de trabalho, observa-se um acréscimo de 48 postos de trabalho, que resulta do seguinte:

1- Criação de 60 postos de trabalho, designadamente, 1 cargo de Direção Superior e 7 cargos de Direção intermédia, 1 posto de trabalho na carreira de Técnico Superior, 50 postos de trabalho de Assistente Operacional, no âmbito do Pessoal Não Docente (30 postos de trabalho a termo certo e 20 postos de trabalho por tempo indeterminado) e 1 posto de trabalho de Assistente Técnico;

2- Eliminação de 12 postos de trabalho não ocupados referentes quer, às categorias de origem dos trabalhadores cujas Mobilidades intercarreiras foram consolidadas no decorrer do presente ano, bem como consolidação de mobilidades na categoria em outros organismos, cuja ocupação não se revelava necessária aos respetivos serviços.



De salientar ainda que, devido à extensão do documento, esta proposta de Mapa de Pessoal contempla, em anexo, a descrição das funções inerentes aos postos de trabalho. (...)*(Informação n.º Interno/2018/10534 de 2018.09.12)*

(Documento a ser divulgado através do sítio institucional da Câmara Municipal de Odivelas na Internet www.cm-odivelas.pt)

(Aprovado por maioria)

PONTOS PENDENTES

PASSAGEM DE PONTOS PARA UMA PRÓXIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas, em exercício, foi colocado à votação a passagem dos pontos 1, 4, 5 e 6 para uma próxima Sessão da Assembleia Municipal de Odivelas.

Ponto 1 – Informação Escrita Sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;

Ponto 4 – Proposta de Aquisição de Serviços de Manutenção para Diversos Espaços Verdes no Concelho de Odivelas – Ajuste Direto;

Ponto 5 – Proposta de Adjudicação de Serviços de Seguro de Acidentes de Trabalho.

Ponto 6 – Relatório de Acompanhamento e Avaliação da Ação de Reabilitação Urbana referente ao ano de 2017.

(Aprovado por unanimidade)



ANEXO

REGULAMENTO ESTRUTURA ORGÂNICA FLEXÍVEL 2018

DA

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS



CÂMARA MUNICIPAL DE ODÍVELAS

Regulamento Estrutura Orgânica Flexível

2018



Conteúdo

CAPÍTULO I.....	5
Unidades Orgânicas Flexíveis.....	5
Secção I.....	5
Da Estrutura Flexível.....	5
Artigo 1º.....	5
Estrutura Flexível.....	5
Secção II.....	5
Da Organização.....	5
Artigo 2º.....	5
Distribuição das Unidades Orgânicas.....	5
Artigo 3º.....	6
Gabinetes não integrados em Unidades Orgânicas Nucleares.....	6
CAPÍTULO II.....	7
Atribuições.....	7
Secção I.....	7
Das Atribuições das Unidades Orgânicas Flexíveis.....	7
Artigo 4º.....	7
Atribuições das Unidades Orgânicas Flexíveis.....	7
Subsecção I.....	7
Departamento Jurídico e de Administração Geral.....	7
Artigo 5º.....	7
Divisão Jurídica e de Organização Municipal.....	7
Artigo 6º.....	9
Divisão de Fiscalização Municipal.....	9
Artigo 7º.....	10
Divisão Financeira e de Aprovisionamento.....	10
Artigo 8º.....	11
Divisão de Recursos Humanos e Formação.....	11
Artigo 9º.....	13
Divisão de Licenciamentos e Desenvolvimento Económico.....	13
Artigo 10º.....	14
Divisão de Gestão Patrimonial.....	14
Subsecção II.....	15
Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico.....	15
Artigo 11º.....	15
Divisão de Licenciamento de Obras Particulares.....	15
Artigo 12º.....	16
Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana.....	16
Artigo 13º.....	17



Divisão de Planeamento Urbanístico.....	17
Artigo 14º.....	18
Gabinete de Projeto e Reconversão Urbana de Áreas Críticas	18
Subsecção III.....	18
Departamento de Obras Municipais e Habitação	18
Artigo 15º.....	18
Divisão de Infraestruturas e Equipamentos Municipais.....	18
Artigo 16º.....	19
Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos	19
Artigo 17º.....	20
Divisão de Habitação	20
Subsecção IV	21
Departamento de Gestão Ambiental e Transportes.....	21
Artigo 18º.....	21
Divisão de Ambiente	21
Artigo 19º.....	23
Divisão de Espaços Verdes	23
Artigo 20º.....	24
Divisão de Transportes e Oficinas	24
Subsecção V	25
Departamento de Educação e Coesão Social	25
Artigo 21º.....	25
Divisão de Educação	25
Artigo 22º.....	26
Divisão de Projetos Educativos, Igualdade e Cidadania	26
Artigo 23º.....	28
Divisão de Coesão Social	28
Artigo 24º.....	30
Gabinete de Saúde	30
Subsecção VI	31
Departamento de Desporto, Cultura e Turismo	31
Artigo 25º.....	31
Divisão de Desenvolvimento Desportivo	31
Artigo 26º.....	32
Divisão de Cultura e Turismo.....	32
Artigo 27º.....	33
Gabinete de Juventude	33
Secção II.....	34
Das Atribuições dos Gabinetes	34
Artigo 28º.....	34



Gabinete de Apoio à Presidência	34
Artigo 29º.....	34
Gabinete de Apoio à Vereação	34
Artigo 30º.....	34
Serviço Municipal de Proteção Civil.....	34
Artigo 31º.....	35
Serviço de Veterinária Municipal	35
Artigo 32º.....	37
Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo	37
Artigo 33º.....	37
Gabinete de Planeamento Estratégico e Projetos Especiais	37
Artigo 34º.....	38
Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento	38
CAPÍTULO III.....	39
DISPOSIÇÕES FINAIS	39
Artigo 35º.....	39
Interpretação	39
Artigo 36º.....	39
Entrada em vigor	39



**Estrutura Orgânica Flexível
da
CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

**CAPÍTULO I
Unidades Orgânicas Flexíveis**

**Secção I
Da Estrutura Flexível**

**Artigo 1º
Estrutura Flexível**

1. A estrutura flexível é composta por unidades orgânicas flexíveis de 2º e de 3º grau, as quais são criadas, alteradas e extintas por deliberação da Câmara Municipal, que define as respetivas competências, cabendo ao Presidente da Câmara Municipal a afetação ou reafecção do pessoal do respetivo mapa, de acordo com os limites previamente fixados.

2. A criação, alteração ou extinção de unidades orgânicas no âmbito da estrutura flexível visa assegurar a permanente adequação do serviço às necessidades de funcionamento e de otimização dos recursos, tendo em conta a programação e o controlo criterioso dos custos e resultados.

**Secção II
Da Organização**

**Artigo 2º
Distribuição das Unidades Orgânicas**

As Unidades Orgânicas Flexíveis de 2º e de 3º grau da Câmara Municipal de Odivelas integradas em Unidades Orgânicas Nucleares estão organizadas da seguinte forma:

1. Departamento Jurídico e de Administração Geral

Divisão Jurídica e de Organização Municipal

Divisão de Fiscalização Municipal

Divisão Financeira e de Aprovisionamento

Divisão de Recursos Humanos e Formação

Divisão de Licenciamentos e Desenvolvimento Económico

Divisão de Gestão Patrimonial



2. Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico

Divisão de Licenciamento de Obras Particulares
Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana
Divisão de Planeamento Urbanístico
Gabinete de Projeto e Reconversão Urbana de Áreas Críticas

3. Departamento de Obras Municipais e Habitação

Divisão de Infraestruturas e Equipamentos Municipais
Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos
Divisão de Habitação

4. Departamento de Gestão Ambiental e Transportes

Divisão de Ambiente
Divisão de Espaços Verdes
Divisão de Transportes e Oficinas

5. Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Educação
Divisão de Projetos Educativos, Igualdade e Cidadania
Divisão de Coesão Social
Gabinete de Saúde

6. Departamento de Desporto, Cultura e Turismo

Divisão de Desenvolvimento Desportivo
Divisão de Cultura e Turismo
Gabinete de Juventude

Artigo 3º

Gabinetes não integrados em Unidades Orgânicas Nucleares

1 - Os Gabinetes não integrados em unidades orgânicas nucleares são os seguintes:

- a) Gabinete de Apoio à Presidência
- b) Gabinete de Apoio à Vereação
- c) Serviço Municipal de Proteção Civil
- d) Serviço de Veterinária Municipal
- e) Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo
- f) Gabinete de Planeamento Estratégico e Projetos Especiais
- g) Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento



2 – Os Gabinetes constantes nas alíneas c), d), e), f), e g) são equiparados a Divisões, de acordo com o limite definido em Assembleia Municipal;

3 – O Gabinete de Projeto e Reconversão Urbana de Áreas Críticas, o Gabinete de Saúde e o Gabinete de Juventude, são equiparados a Unidades Orgânicas de 3º grau.

CAPÍTULO II

Atribuições

Secção I

Das Atribuições das Unidades Orgânicas Flexíveis

Artigo 4º

Atribuições das Unidades Orgânicas Flexíveis

As atribuições das Unidades Orgânicas Flexíveis de 2º grau e de 3º grau, são fixadas de acordo com a natureza específica de cada Unidade Orgânica, tendo em consideração o constante no presente Regulamento.

Subsecção I

Departamento Jurídico e de Administração Geral

Artigo 5º

Divisão Jurídica e de Organização Municipal

1 - São atribuições da Divisão Jurídica e de Organização Municipal:

- a) Preparar a celebração de contratos, com exceção dos relativos a pessoal, em que o Município seja outorgante;
- b) Instruir processos para efeitos de fiscalização prévia ou concomitante pelo Tribunal de Contas;
- c) Instruir os processos de contraordenação e os processos de execução fiscal, nos termos da lei;
- d) Preparar procedimentos ou decisões no âmbito da justiça fiscal que por lei corram pelo Município, bem como determinar a cobrança coerciva de dívidas que sigam este processo;
- e) Desenvolver uma ação preventiva e pedagógica, esclarecendo, quando for caso disso, quais os modos mais adequados de dar cumprimento à lei, aos regulamentos e às decisões dos órgãos autárquicos;
- f) Colaborar com os diversos serviços municipais ou com entidades externas na área das suas atribuições ou na resolução de outros assuntos de interesse municipal;
- g) Assegurar o apoio logístico ao serviço do Julgado de Paz de Odivelas;



- h) Prestar informação técnico-jurídica sobre quaisquer questões ou processos que lhe sejam submetidos pela Câmara Municipal ou pelo seu Presidente;
- i) Dar parecer sobre as reclamações ou recursos gratuitos bem como sobre petições ou exposições sobre atos e/ou omissões dos órgãos municipais ou procedimentos dos serviços;
- j) Intervir e instruir em matéria jurídica os processos gratuitos;
- k) Encarregar-se dos inquéritos a que houver lugar por determinação da entidade competente;
- l) Apoiar a intervenção da Câmara Municipal na participação, a que esta for chamada, em processos legislativos e regulamentares;
- m) Assegurar o patrocínio jurídico das ações propostas pela Câmara Municipal ou contra ela, e garantir todo o apoio se o patrocínio for assegurado por mandatário externo.

2 – No âmbito da Administração Geral:

- a) Assegurar o expediente, nomeadamente, as funções de distribuição e expedição de correspondência, a divulgação pelos serviços de ordens e diretivas internas, dos regulamentos emitidos pelos órgãos municipais competentes, bem como a organização do expediente e apoio administrativo necessários aos processos eleitorais;
- b) Assegurar o arquivo, procedendo ao registo e arquivamento dos documentos entrados no Município, bem como à microfilmagem dos mesmos e ainda garantir um arquivo documental técnico e administrativo para consulta dos diferentes serviços;
- c) Garantir a coordenação dos serviços de portaria, auxiliares e telefonistas;
- d) Assegurar o apoio técnico e administrativo aos Órgãos Municipais;
- e) Proceder à publicação dos despachos e deliberações através do respetivo Boletim Municipal;
- f) Assegurar o funcionamento do Arquivo Municipal, contemplando as vertentes de Arquivo Corrente, Intermédio e Histórico, promovendo a avaliação, descrição e seleção dos documentos, bem como proceder à microfilmagem e/ou digitalização da documentação;
- g) Garantir a disponibilização para consulta da documentação em depósito aos diferentes serviços e/ou cidadãos interessados.

3 – No âmbito da Loja do Cidadão, da Modernização Administrativa e do Apoio ao Município:

- a) Coordenar os serviços municipais instalados na Loja do Cidadão de Odélas, garantindo a interligação entre os serviços prestados na Loja e as restantes Unidades Orgânicas;
- b) Promover a melhoria da qualidade dos serviços produzidos, desburocratizando procedimentos e eliminando formalidades não essenciais, com redução dos tempos de



- espera, no âmbito de uma gradual certificação dos serviços municipais no quadro da CAF;
- c) Promover junto da população, especialmente da do Município, e demais instituições, a imagem do Município enquanto instituição aberta e eficiente ao serviço exclusivo da comunidade;
 - d) Promover a comunicação eficiente e útil entre os munícipes e o Município, estimulando o diálogo permanente, a responsabilização coletiva e a melhoria da qualidade dos serviços prestados;
 - e) Promover a transparência e responsabilização dos serviços e dos colaboradores, facilitando a aproximação entre os cidadãos e os serviços municipais;
 - f) Receber e encaminhar sugestões e reclamações para os diversos órgãos e serviços do Município;
 - g) Articular com os restantes serviços municipais a informação necessária para uma adequada e célere resolução dos processos em tramitação na Câmara Municipal;
 - h) Proporcionar um atendimento permanente e personalizado aos cidadãos no relacionamento entre estes e os Serviços Municipais;
 - i) Informar os munícipes acerca dos serviços, dos seus direitos e garantias;
 - j) Apreciar queixas, reclamações ou petições de munícipes sobre o funcionamento dos serviços municipais, propondo, sempre que for caso disso, medidas destinadas a corrigir procedimentos julgados incorretos, ineficazes, ilegais ou violadores dos direitos ou interesses legalmente protegidos;
 - k) Assegurar a coordenação do Centro Local de Apoio à integração de Imigrantes (CLAI) da Loja do Cidadão, assim como a itinerância do CLAI pelas unidades territoriais e/ou estabelecimentos de ensino do Concelho, em estreita articulação com os serviços municipais competentes.

Artigo 6º

Divisão de Fiscalização Municipal

1 - São atribuições da Divisão de Fiscalização Municipal:

- a) Velar pelo cumprimento das leis, regulamentos, deliberações e decisões dos órgãos do Município nos limites das suas atribuições, participar as infrações ocorridas cabendo-lhe igualmente a execução de mandados;
- b) Informar o serviço de contraordenações do Município sobre o que estes repute útil para a decisão em sede dos respetivos processos;
- c) Efetuar os demais procedimentos técnico-administrativos adequados ao exercício das competências da Divisão;
- d) Assegurar a remoção de viaturas abandonadas e/ou em estacionamento abusivo e proceder à tramitação administrativa e destino final das mesmas, bem como desencadear, nos termos do disposto no Código da Estrada e nos Regulamentos Municipais as ações necessárias ao bloqueamento e remoção de veículos que se



encontrem em estacionamento abusivo, indevido ou em transgressão, lavrar os respetivos Autos de Notícia, bem como proceder às intimações e notificações nos termos do previsto no Código da Estrada;

- e) Proceder à Gestão e Exploração do Estacionamento público tarifado;
- f) Participar e contribuir para a elaboração de estratégias com vista à elaboração do mapa de ruído concelhio;
- g) Proceder à fiscalização do ruído produzido por atividades ruidosas permanentes de licenciamento municipal, intervindo preventivamente, através da emissão de pareceres, no âmbito dos processos de licenciamento das referidas atividades;
- h) Emitir pareceres e relatórios técnicos no âmbito do licenciamento de atividades ruidosas temporárias;
- i) Contribuir para a elaboração de planos de ação, incluindo planos de redução de ruído;
- j) Detetar e promover o embargo e participação da prática de ilícitos contraordenacionais das operações urbanísticas que, estando sujeitas a licenciamento ou autorização, dele não hajam sido objeto, promovendo os demais procedimentos previstos por lei ou regulamento, com vista às correspondentes cominações;
- k) Proceder à apreciação dos processos decorrentes da atividade da sua área funcional específica respeitantes a obras ilegais, pedidos de vistoria, diligências e denúncias diversas;
- l) Assegurar a não proliferação de novas construções precárias para fins habitacionais bem como prevenir/impedir ocupações ilegais quer em núcleos de alojamentos precários quer no contexto do parque habitacional municipal.

2 – Compete ao Laboratório de Acústica, integrado na Divisão de Fiscalização Municipal, executar medições de ruído por solicitação dos serviços da Câmara Municipal ou de entidades externas.

Artigo 7º

Divisão Financeira e de Aprovisionamento

São atribuições da Divisão Financeira e de Aprovisionamento:

- a) Coordenar a elaboração das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Outras Atividades Relevantes) e do Orçamento do Município, promovendo o planeamento anual e plurianual de atividades, tanto na sua vertente operativa como orçamental;
- b) Assegurar os registos e procedimentos contabilísticos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos do modelo de gestão estabelecido no Município;
- c) Proceder aos estudos prévios, e colaborar na execução de operações financeiras ao nível da aplicação de disponibilidades e da gestão da carteira de empréstimos;



- d) Proceder à liquidação das receitas municipais sempre que esta tarefa não esteja cometida a outros Serviços;
- e) Colaborar com a Divisão de Licenciamentos e Desenvolvimento Económico na gestão financeira de projetos participados, preparando os respetivos elementos contabilísticos;
- f) Assegurar a gestão e controlo das garantias bancárias prestadas, quer pelo Município, quer por terceiros a favor do Município, no quadro dos contratos estabelecidos;
- g) Organizar a Conta de Gerência e elaborar o respetivo relatório;
- h) Elaborar estudos e propostas relativamente a receitas a cobrar pelo Município designadamente sobre o Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais;
- i) Assegurar a gestão e funcionamento da tesouraria do Município, designadamente no que respeita à elaboração de planos de tesouraria;
- j) Propor diretrizes, mediante análise económico-financeira, para o aumento das receitas municipais;
- k) Colaborar na elaboração de relatórios que sistematizem aspetos relevantes da gestão financeira do Município;
- l) Apoiar tecnicamente as ações relativas à empresarialização ou concessão externa de atividades ou serviços que o Município decida empreender;
- m) Acompanhar os contratos-programa, protocolos e acordos, na sua incidência financeira, em que o Município participe;
- n) Acompanhar e controlar a execução dos Planos e Orçamentos, elaborar relatórios de avaliação dessa execução e promover medidas de reajustamento, sempre que se verifique a ocorrência de desvios entre o programado e o executado;
- o) Assegurar as atividades de aprovisionamento municipal em bens e serviços necessários à execução eficiente e oportuna das atividades planeadas, respeitando os melhores critérios de gestão económica, financeira e de qualidade;
- p) Elaborar, em colaboração com os diversos serviços, o Plano Anual de Aprovisionamento, em consonância com as atividades previstas nos documentos previsionais;
- q) Proceder, ao lançamento de todos os concursos ou outros processos de aquisição, para fornecimento de bens e serviços, devidamente autorizados;
- r) Proceder à constituição e gestão racional de “stocks”, em consonância com critérios definidos, em articulação com os diversos serviços utilizadores;
- s) Proceder ao armazenamento e gestão material dos bens e ao seu fornecimento mediante requisição própria.

Artigo 8º

Divisão de Recursos Humanos e Formação

São atribuições da Divisão de Recursos Humanos e Formação:



- a) Assegurar o expediente e as tarefas administrativas relativas à administração do pessoal, designadamente, concursos de admissão e de acesso, provimentos, contratações, aposentações, exonerações, assistência na doença, acidentes de trabalho, controlo de assiduidade e de trabalho suplementar, processamento de remunerações, subsídios e abonos diversos, manutenção do cadastro e do arquivo, entre outras atividades similares;
- b) Estudar, propor e regulamentar os horários de trabalho numa perspetiva de aumento da sua flexibilidade e da melhoria do atendimento dos munícipes bem como assegurar um adequado sistema de controlo de assiduidade;
- c) Preparar o orçamento anual do pessoal e informação que fundamente as alterações ao quadro de pessoal que se verifiquem necessárias;
- d) Assegurar o atendimento dos trabalhadores em matéria de recursos humanos;
- e) Assegurar o acolhimento e integração dos trabalhadores nos serviços municipais;
- f) Assegurar a gestão dos seguros dos trabalhadores ao serviço do Município;
- g) Promover e assegurar, de forma integrada, as atividades relativas à Saúde Ocupacional e à Higiene e Segurança dos trabalhadores municipais;
- h) Proceder periodicamente ao levantamento das necessidades de formação;
- i) Elaborar e propor os Planos Anuais de Formação (interna e externa) e os respetivos orçamentos;
- j) Manter-se informada sobre os mecanismos centrais, e outros, de financiamento da formação profissional na Administração Pública e coordenar ações com as entidades gestoras desses programas;
- k) Organizar e acompanhar as atividades de formação planeadas e assegurar todos os procedimentos administrativos para a sua concretização e controlo pedagógico e financeiro;
- l) Informar da utilidade para o Município de propostas de frequência de ações de formação externa emitidas pelos diversos serviços e promover os correspondentes procedimentos administrativos;
- m) Proceder à avaliação dos resultados práticos das ações de formação realizadas ao nível do desempenho dos trabalhadores e dos Serviços em que se integram;
- n) Elaborar o Relatório anual de formação;
- o) Assegurar os procedimentos relativos à avaliação do desempenho dos trabalhadores do Município, em conformidade com o previsto no sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública;
- p) Prosseguir o apoio social aos trabalhadores da autarquia e suas famílias, desenvolvendo programas de apoio específico para o efeito;
- q) Promover ações de natureza social e cultural para os trabalhadores do município em articulação com outras unidades orgânicas e/ou entidades externas.



Artigo 9º

Divisão de Licenciamentos e Desenvolvimento Económico

1 - São atribuições da Divisão de Licenciamentos e Desenvolvimento Económico:

- a) Instruir as comunicações eletrónicas de instalação e de encerramento de atividades económicas que por lei estejam cometidas ao Município e, bem assim, as comunicações de ocupação do espaço público conexo com o exercício daquelas atividades, em articulação, nos casos em que tal se justifique, com outros serviços do Município e/ou as Juntas de Freguesia;
- b) Emitir as licenças de ruído, de recintos improvisados e itinerantes, bem como as licenças de recinto para espetáculos de natureza não artística;
- c) Emitir licenças de autorização para utilização de vias públicas para realização de atividades desportivas, festivas ou outras;
- d) Licenciatar a atividade de guarda-noturno;
- e) Proceder à emissão de alvarás de Táxi e outras atribuições que, nesta área, venham a ser atribuídas aos Municípios;
- f) Instruir e acompanhar os processos de certificação de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes;
- g) Instruir os pedidos de licenciamento ou de autorização de depósitos e armazenamento de combustíveis e os pedidos de renovação de licença de postos de abastecimento de combustíveis;
- h) Instruir os demais licenciamentos de natureza não urbanística por lei cometidos ao Município em articulação com outros serviços do Município;
- i) Acompanhar as ações delegadas nas Juntas de Freguesia nas áreas de ocupação da via pública e publicidade.

2 – No âmbito dos Programas Nacionais ou Comunitários:

- a) Assegurar um conhecimento detalhado e atualizado de todos os programas e mecanismos de financiamento público, nacionais e comunitários, suscetíveis de serem acionados com vista ao financiamento de projetos de interesse municipal;
- b) Com base nos Planos de Atividades e na previsão de investimento municipal, promover, com a colaboração dos diversos serviços municipais, os processos de candidatura externa de projetos e a respetiva negociação financeira;
- c) Assegurar o controlo de execução e a gestão financeira dos projetos com candidaturas aprovadas, em articulação com os serviços responsáveis pela sua execução, bem como os respetivos procedimentos administrativos e de prestação de contas;
- d) Fomentar o estabelecimento de contactos entre responsáveis diretos pelos assuntos comunitários, a nível nacional e internacional, criando circuitos permanentes de informação;



- e) Apreciar, coordenar e submeter às entidades competentes todos os processos de candidatura a programas ou medidas comunitárias, depois de aprovados pelo Executivo Municipal ou pelo Presidente da Câmara;
- f) Coordenar a execução dos diferentes projetos com financiamento comunitário, permitindo a existência de informação permanentemente atualizada sobre o seu estágio e garantindo a sua transmissão às entidades competentes;
- g) Divulgar e informar sobre os mecanismos de financiamento e de apoio técnico, de âmbito comunitário, central e regional, junto dos agentes económicos potencialmente aptos a apresentar candidaturas;
- h) Assegurar a coerência, a coordenação e a articulação das ações em curso, previstas ou a prever com os serviços responsáveis pela execução das mesmas;
- i) Assegurar a articulação com as entidades exteriores que, direta ou indiretamente, estejam envolvidas com a execução de projetos;
- j) Organizar o sistema de informação de apoio à tomada de decisão, à apresentação de contas e à resolução de problemas;
- k) Monitorizar o funcionamento e os resultados dos projetos;
- l) Identificar oportunidades e a organização de ações e projetos.

3 – No âmbito do Desenvolvimento Económico:

- a) Programar e promover por iniciativa municipal, ou com a colaboração de entidades vocacionadas para o efeito, iniciativas de apoio às atividades económicas, nomeadamente Feiras e Exposições;
- b) Assegurar apoios e patrocínios para iniciativas municipais;
- c) Elaborar estudos que permitam o diagnóstico da atividade empresarial no Município de Odivelas e a relação com as associações representativas;
- d) Promover iniciativas em parceria com entidades públicas e privadas, no âmbito de formação;
- e) Promover iniciativas que visem a integração de cidadãos na vida ativa, designadamente através da constituição de uma bolsa de emprego;
- f) Apoiar as iniciativas municipais e particulares tendentes à implantação no Município de atividades empresariais, contribuindo para uma estratégia global de desenvolvimento.

Artigo 10º

Divisão de Gestão Patrimonial

São atribuições da Divisão de Gestão Patrimonial:

1 - No âmbito do património imóvel municipal

- a) Organizar e manter atualizado o cadastro e inventário dos bens imóveis do Município e promover todos os registos relativos aos mesmos;



- b) Assegurar os procedimentos administrativos relativos à gestão do património imóvel, apoiando as negociações a efetuar e assegurar os procedimentos necessários à aquisição, oneração e alienação de bens imóveis;
- c) Assegurar as ações e procedimentos relativos a processos de expropriação, bem como instruir e acompanhar os processos de declaração de utilidade pública;
- d) Assegurar os procedimentos administrativos e a permanente atualização dos registos dos bens imóveis, bem como os procedimentos relativos à cedência, alienação ou aquisição dos referidos bens, excluindo os fogos municipais de habitação;
- e) Controlar o cumprimento dos Contratos, Acordos e Protocolos com incidência patrimonial celebrados pelo Município;
- f) Manter o chaveiro central das instalações municipais, promover e controlar os respetivos contratos de fornecimento de água e energia, e colaborar no estabelecimento de sistemas de guarda e segurança das instalações municipais.

2 - No âmbito do património móvel municipal:

- a) Manter atualizado o inventário valorizado do património móvel existente e a sua afetação aos diversos serviços;
- b) Estabelecer e fiscalizar o sistema de responsabilização sectorial pelos bens patrimoniais afetos a cada serviço;
- c) Estabelecer os critérios de amortização de património afeto aos serviços, na perspetiva de imputação de custos a cada unidade orgânica;
- d) Assegurar a conservação e manutenção dos bens patrimoniais móveis do Município, salvo os que, pela sua especificidade, se encontram sob a responsabilidade de outros serviços;
- e) Manter registos que permitam a avaliação das condições económicas e de segurança de utilização de equipamentos e propor as medidas adequadas no sentido de economia, de segurança dos operadores e do aumento da produtividade;
- f) Proceder às operações de abate e alienação de bens patrimoniais, quando deteriorados ou inúteis;
- g) Assegurar a gestão da carteira de seguros, à exceção dos seguros de pessoal e de proteção civil.

Subsecção II

Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico

Artigo 11º

Divisão de Licenciamento de Obras Particulares

São atribuições da Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, nas zonas localizadas fora das áreas urbanas de génese ilegal:



- a) Instruir e informar, em conformidade com o Plano Diretor Municipal, outros regulamentos e instrumentos de planeamento em vigor e demais legislação aplicável todos os procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas da competência dos órgãos municipais ou sobre os quais estes devam pronunciar-se;
- b) Gerir os procedimentos administrativos relativos a operações de loteamento, obras de urbanização, bem como obras particulares, até à receção definitiva e admissão de comunicações prévias e/ou autorizações de utilização, assegurando a conformidade das obras com os projetos aprovados e com as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- c) Assegurar os procedimentos administrativos relativos à prestação de cauções, cedências patrimoniais e o cumprimento de outras obrigações dos promotores no âmbito de operações urbanísticas;
- d) Elaborar alvarás de licença e de autorização de loteamento e de obras de urbanização;
- e) Emitir parecer técnico e respetivo licenciamento, quando necessário, sobre os pedidos de execução de obras por operadores de infraestruturas em espaço do domínio público;
- f) Proceder à liquidação de taxas e outras receitas municipais em função das suas atribuições.

Artigo 12º

Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana

São atribuições da Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana assegurar todo o procedimento administrativo relativo à recuperação e legalização das áreas urbanas de génese ilegal, como tal formalmente delimitadas ou não, em conformidade com as normas legais e regulamentares, e ainda:

- a) Instruir e informar, em conformidade com o Plano Diretor Municipal, outros regulamentos e instrumentos de planeamento em vigor e demais legislação aplicável todos os procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas da competência dos órgãos municipais ou sobre os quais estes devam pronunciar-se;
- b) Gerir no âmbito das AUGI os procedimentos administrativos relativos a operações de loteamento, obras de urbanização, bem como obras particulares, até à receção definitiva e admissão de comunicações prévias e/ou autorizações de utilização, assegurando a conformidade das obras com os projetos aprovados e com as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- c) Assegurar as atividades de medição de projetos, liquidação de taxas e outras receitas municipais das AUGI e áreas equivalentes, nos termos da lei e dos regulamentos municipais, dos normativos para as AUGI e do Regulamento de Taxas e outras Receitas;



- d) Assegurar a articulação com as associações de proprietários, associações de moradores e administrações conjuntas e participar nas assembleias de administração conjunta, nos termos da Lei;
- e) Promover a elaboração de planos e estudos necessários à recuperação e legalização dos diversos aglomerados ilegais, nos termos da Lei, na modalidade de reconversão de iniciativa municipal;
- f) Assegurar, articuladamente com a Divisão Jurídica e de Organização Municipal, toda a atividade relativa às operações de gestão patrimonial e de mobilização financeira, pública e particular, necessárias à viabilização dos planos aprovados e a uma adequada participação financeira dos proprietários no procedimento de urbanização e legalização das AUGI;
- g) Apoiar, por enquadramento e/ou atribuição de comparticipações financeiras, a execução de obras de urbanização nas AUGI ou áreas equivalentes, recorrendo a meios próprios ou às comissões de administração conjunta, e utilizando instrumentos municipais, nomeadamente os protocolos de delegação de competências e a atribuição de subsídios;
- h) Elaborar alvarás de licença de loteamento e de obras de urbanização;
- i) Emitir parecer técnico e respetivo licenciamento, quando necessário, sobre os pedidos de execução de obras por operadores de infraestruturas em espaço do domínio público.

Artigo 13º

Divisão de Planeamento Urbanístico

São atribuições da Divisão de Planeamento Urbanístico:

- a) Elaborar estudos, planos e projetos urbanísticos considerados necessários à boa condução da dinâmica de urbanização do Município, ao reordenamento e requalificação de zonas urbanas degradadas e aglomerados deficientemente inseridos na malha urbana, bem como a qualificação dos núcleos históricos das diversas Freguesias;
- b) Elaborar os estudos e regulamentos necessários à melhoria das áreas urbanas existentes e à otimização da perspetiva funcional, técnica, estética e ambiental, integrando todas as componentes – espaços verdes, acessibilidades e equipamentos;
- c) Elaborar estudos relativos a acessibilidades, consolidação da estrutura viária e estacionamento;
- d) Proceder á elaboração de regulamentos relativos ao espaço público, publicidade e planeamento do território;
- e) Emitir parecer técnico e respetivo licenciamento, quando necessário, sobre pedidos de instalação de publicidade e ocupação de espaço público, de forma a garantir padrões de estética, funcionalidade e qualificação urbana.



Artigo 14º

Gabinete de Projeto e Reconversão Urbana de Áreas Críticas

São competências do Gabinete de Projeto e Reconversão Urbana de Áreas Críticas:

- a) Acompanhar o processo de recuperação de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (ARU) localizadas em áreas críticas do Município;
- b) Promover o envolvimento público em torno dos instrumentos de planeamento e gestão do território previstos para regenerar a Vertente Sul de Odivelas, nomeadamente o Plano de Urbanização da Vertente Sul do Concelho de Odivelas;
- c) Promover a execução coordenada e programada do planeamento territorial com a colaboração das entidades públicas e privadas e com os particulares;
- d) Implementar, gerir e monitorizar o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul do concelho de Odivelas;
- e) Desenvolver, acompanhar, implementar e/ou coordenar os procedimentos formais e de âmbito técnico necessários à elaboração dos estudos de âmbito setorial necessários ao desenvolvimento e concretização dos estudos, projetos, programas, planos e ações para a Vertente Nascente de Odivelas.

Subsecção III

Departamento de Obras Municipais e Habitação

Artigo 15º

Divisão de Infraestruturas e Equipamentos Municipais

São atribuições da Divisão de Infraestruturas e Equipamentos Municipais:

- a) Planear a execução das obras contempladas nos Planos de Investimento aprovados, calendarizando as diferentes fases de execução das mesmas, de acordo com os objetivos definidos superiormente;
- b) Colaborar com a Divisão de Gestão Patrimonial nas medidas de gestão patrimonial para a execução de obras municipais, face às necessidades de expropriação de terrenos;
- c) Planear as obras necessárias de manutenção em Equipamentos Coletivos e Instalações Municipais de responsabilidade da Câmara Municipal, em coordenação com as entidades encarregues da sua gestão e em observância do Plano de Investimentos aprovado;
- d) Promover e controlar os atos administrativos previstos na lei para os processos de empreitadas e fornecimentos de obras públicas, a partir do ato de celebração dos respetivos contratos iniciais;
- e) Assegurar o cumprimento, pelos adjudicatários, dos contratos de empreitadas e fornecimentos, em representação do dono de obra, desenvolvendo os necessários procedimentos administrativos e técnicos previstos nas atribuições da função de fiscalização;



- f) Assegurar por administração direta, a conservação e manutenção das instalações e equipamentos municipais, ou sob responsabilidade municipal;
- g) Assegurar a gestão dos contratos de manutenção dos diversos equipamentos existentes nas instalações municipais;
- h) Programar e lançar empreitadas necessárias à prossecução dos seus objetivos, fiscalizar as obras e garantir o respetivo controlo de qualidade;
- i) Promover a aquisição de materiais equipamentos e ferramentas necessários para o desenvolvimento de trabalhos por Administração Direta;
- j) Acompanhar as ações delegadas nas Juntas de Freguesia nas áreas de:
 - 1. Gestão e manutenção corrente de feiras e mercados;
 - 2. Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
 - 3. Manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico.

Artigo 16º

Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos

São atribuições da Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos:

- a) Planear a execução das obras contempladas nos Planos de Investimento aprovados, calendarizando as diferentes fases de execução das mesmas, de acordo com os objetivos definidos superiormente;
- b) Colaborar com a Divisão de Gestão Patrimonial nas medidas de gestão patrimonial para a execução de obras municipais, face às necessidades de expropriação de terrenos;
- c) Promover e controlar os atos administrativos previstos na lei para os processos de empreitadas e fornecimentos de obras públicas que sejam da sua responsabilidade;
- d) Assegurar o cumprimento, pelos adjudicatários, dos contratos de empreitadas e fornecimentos, em representação do dono de obra, desenvolvendo os necessários procedimentos administrativos e técnicos previstos nas atribuições da função de fiscalização;
- e) Participar nas vistorias de receções provisórias e definitivas de obras de Urbanização;
- f) Assegurar a construção, manutenção e conservação da rede viária, nomeadamente: vias, estacionamento, passeios, pontes e caminhos;
- g) Assegurar a construção, manutenção e conservação de espaços urbanos;
- h) Assegurar a colocação de mobiliário urbano;
- i) Emitir parecer sobre a oportunidade das ligações das urbanizações à rede viária existente;
- j) Emitir parecer sobre os pedidos de licenciamento apresentados pelos operadores de subsolo em áreas urbanas consolidadas;



- k) Assegurar, diretamente ou através de terceiros, os trabalhos relativos a infraestruturas de iluminação pública;
- l) Emitir parecer sobre os projetos de iluminação pública e decorativa;
- m) Proceder à vistoria a instalações elétricas de iluminação pública;
- n) Controlar os trabalhos de iluminação pública realizados pelo concessionário;
- o) Promover e acompanhar, em estreito contacto e articulação com os operadores públicos e privados, um adequado sistema de transportes, bem como definir as zonas de transporte de automóveis de aluguer de ligeiros de passageiros;
- p) Elaborar e implementar estudos de trânsito e circulação em colaboração com outros serviços municipais competentes;
- q) Efetuar o estudo, implementação, manutenção e conservação da sinalização semafórica e painéis dinâmicos;
- r) Assegurar a conservação e manutenção de sinalização vertical e horizontal;
- s) Analisar e implementar a sinalização necessária ao melhoramento das condições de circulação e estacionamento;
- t) Elaborar estudos e promover a implementação, manutenção e conservação da sinalização direcional;
- u) Assegurar a execução de obras de forma a criar condições de circulação e utilização dos transportes públicos;
- v) Assegurar a permanente atualização do cadastro da sinalização;
- w) Emitir parecer e apoiar outros serviços municipais na sinalização e desvios provisórios de trânsito na rede viária municipal, aquando da realização de obras particulares e eventos;
- x) Assegurar a aquisição de materiais e ferramentas para obras por administração direta.

Artigo 17º

Divisão de Habitação

1 - São atribuições da Divisão de Habitação:

- a) O estudo, preparação e execução das decisões a tomar pelos órgãos municipais competentes no âmbito da política municipal de habitação, promovendo a elaboração de programas habitacionais e definindo a intervenção municipal face a iniciativas públicas e privadas;
- b) Promover o estudo e o levantamento das necessidades de habitação no Concelho, em parceria com outros serviços municipais, tendo em vista a dinamização do mercado de arrendamento e aproveitamento de fogos devolutos existentes no território, de acordo com a Nova Geração de Políticas de Habitação;

2 - São ainda atribuições da Divisão de Habitação:



- a) Programar, executar e assegurar a execução de projetos de edifícios habitacionais de custos controlados, infraestruturas, equipamentos e arranjos exteriores no âmbito de empreendimentos de habitação social;
- b) Promover a cooperação técnica com entidades exteriores à Câmara Municipal com quem se estabeleçam parcerias no âmbito da promoção e requalificação de empreendimentos de habitação de custos controlados;
- c) Promover, em articulação com os serviços municipais competentes, e de acordo com o previsto no Plano Diretor Municipal, a constituição de uma bolsa de terrenos, com vista à promoção da construção de empreendimentos habitacionais de âmbito social;
- d) Desenvolver estudos urbanísticos com vista à promoção de habitação de custos controlados, em coordenação com os serviços municipais competentes e propor a implantação e volumetria, caracterização urbana e inserção na rede viária envolvente;
- e) Assegurar a execução das políticas municipais de habitação no âmbito da reabilitação, manutenção e conservação do parque habitacional municipal;
- f) Promover as diligências e os procedimentos necessários à reabilitação/requalificação do parque habitacional degradado do Concelho, com exceção dos procedimentos relativos a empreitadas no âmbito de planos e programas de reabilitação existentes ou a criar;
- g) Determinar, no âmbito desses programas de reabilitação, a execução coerciva de obras de conservação e manutenção necessárias à correção de más condições de segurança ou salubridade das habitações, precedidas de vistoria, de acordo com o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Subsecção IV

Departamento de Gestão Ambiental e Transportes

Artigo 18º

Divisão de Ambiente

São atribuições da Divisão de Ambiente:

- a) Realizar inquéritos, estudos e ensaios de campo para avaliação das condições de qualidade de vida no Concelho;
- b) Estudar, planear, acompanhar e gerir as linhas de água e a rede hidrográfica em colaboração com as entidades oficiais competentes;
- c) Promover ações necessárias tendentes à obtenção de um adequado ambiente urbano, que assegurem a qualidade de vida com referência às novas temáticas ambientais;
- d) Contribuir para o controlo da poluição hídrica, dos solos, sonora e atmosférica;
- e) Proceder à limpeza e desassoreamento das linhas de água;
- f) Colaborar na avaliação do impacte ambiental de projetos, planos, empreendimentos e outros, sejam municipais e/ou intermunicipais que, pela natureza ou dimensão, venham a influenciar direta ou indiretamente a qualidade de vida no Concelho;



- g) Colaborar na apreciação de projetos de sistemas de pré-tratamento e tratamento de efluentes líquidos e sólidos de unidades industriais, com o objetivo de assegurar a defesa dos meios recetores e o cumprimento da legislação em vigor;
- h) Propor medidas de controlo de qualidade do ar;
- i) Proceder à gestão ambiental do Parque de Deposição Temporário de Veículos em Fim de Vida;
- j) Elaborar Relatórios sobre o estado do Ambiente Acústico Municipal, os Mapas de Ruído e os Planos de Ação de Ruído no Concelho, em colaboração com outras unidades orgânicas;
- k) Colaborar na definição de medidas de proteção do património natural do Concelho, nomeadamente em zonas de especial interesse ecológico e reserva ecológica;
- l) Estudar e planear formas de intervenção ambiental no tecido urbano, com o objetivo de acautelar a imagem urbana e a qualidade de vida;
- m) Planear e implementar ações que visem uma gestão racional da energia, nas suas diversas vertentes;
- n) Executar e participar na elaboração ou acompanhamento de estudos de caracterização da qualidade do ambiente no Concelho;
- o) Colaborar na análise de propostas para a realização de contratos ou acordos de cooperação com outros organismos e instituições relacionadas com o ambiente;
- p) Conceber meios e promover políticas e medidas de proteção do ambiente e da saúde pública, com vista à promoção da qualidade de vida dos cidadãos;
- q) Promover ações integradas conducentes à melhoria da qualidade das águas e medidas de prevenção à poluição das mesmas;
- r) Promover ações e campanhas de educação e sensibilização ambiental;
- s) Gerir o Cemitério Municipal;
- t) Colaborar com as autoridades de saúde pública e coordenar a intervenção sanitária em espaços municipais;
- u) Promover ações de desinfestação e de controlo de pragas urbanas;
- v) Controlar e assegurar o estado de higiene de vias e arruamentos ou quaisquer outros espaços de uso público, cuja manutenção não se encontre delegada nas Juntas de Freguesia;
- w) Participar na definição de critérios técnicos e de medidas de sustentabilidade ambiental, higiene pública e gestão de resíduos, no âmbito dos regulamentos municipais relativos à edificação e urbanização;
- x) Intervir em situações de degradação ambiental;
- y) Assegurar o serviço de limpeza urbana, desmatação, limpeza de terrenos e recolha de resíduos de construção e demolição (RCD's);
- z) Emitir parecer sobre a construção ou a localização de instalações destinadas à deposição de resíduos, no âmbito de operações urbanísticas ou de obras públicas, em articulação com as unidades orgânicas competentes;



- aa) Monitorizar a prestação de serviços em matéria de Ambiente, definindo e atualizando a sua cobertura geográfica e o seu grau de satisfação quantitativo e qualitativo;
- bb) Promover a atualização sistemática dos cadastros relacionados com a área ambiental;
- cc) Proceder à elaboração de estudos e projetos de especialidade, no âmbito das suas atribuições, na área do Concelho;
- dd) Planificar e promover ações intermunicipais de limpeza e intervenção ambiental;
- ee) Colaborar na apreciação de estudos prévios de loteamentos, no âmbito das suas atribuições;
- ff) Promover e desenvolver estratégias integradas de exploração do sistema de resíduos no sentido da sua otimização;
- gg) Fomentar a adequada gestão seletiva de resíduos por parte dos munícipes e das unidades industriais e comerciais;
- hh) Promover ações e medidas conducentes à redução efetiva da produção de resíduos;
- ii) Recolher e sistematizar elementos relativos a zonas de produção de resíduos, nomeadamente zonas comerciais, industriais e residenciais ou mistas, bem como zonas que incluam grandes centros produtores de resíduos – mercados, feiras e outros;
- jj) Gerir os recursos hídricos e destinados aos consumos para limpeza urbana no sentido da sua otimização e da redução das perdas de água;
- kk) Acompanhar as ações delegadas nas Juntas de Freguesia nas áreas de:
 - 1. Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
 - 2. Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão.

Artigo 19º

Divisão de Espaços Verdes

São atribuições da Divisão de Espaços Verdes:

- a) Informar sobre o interesse público municipal na preservação de áreas cobertas de vegetação, ainda que privadas, em função do seu valor natural ou da sua localização em colaboração com o Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico;
- b) Executar e monitorizar a estratégia relativa aos espaços verdes do concelho, no âmbito da estrutura verde definida em sede de plano diretor municipal e demais planos aprovados;
- c) Propor e executar projetos de implantação de zonas verdes e zelar pela manutenção dos espaços verdes de uso público;
- d) Gerir o património arbóreo, em meio urbano ou florestal, e as manchas de vegetação espontânea;
- e) Gerir, recuperar e conservar os recursos hídricos e destinados aos consumos para rega de espaços verdes no sentido da sua otimização e da redução das perdas de água;



- f) Colaborar com o Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico na elaboração de regulamentos municipais para a definição dos critérios técnicos de licenciamento de projetos a que deverão obedecer no que respeita à criação e às condições de manutenção de espaços verdes;
- g) Proceder à fiscalização e acompanhamento das obras de infraestruturas gerais de intervenção urbana, na área respeitante aos espaços verdes, em articulação com outros serviços municipais;
- h) Participar na gestão do património cultural no que respeita aos jardins históricos, parques temáticos, quintas e espaços similares;
- i) Colaborar na elaboração de planos gerais e de pormenor de arborização;
- j) Gerir e manter o viveiro municipal, garantindo a continuidade das espécies da região e adquirindo as que não sejam possível ou aconselhável ali produzir e fornecer as espécies vegetais requeridas pelos serviços e organizações;
- k) Executar projetos de implantação de zonas verdes e acompanhar e fiscalizar a execução de novos espaços verdes adjudicada no exterior;
- l) Emitir parecer sobre os arranjos de espaços verdes em novas urbanizações;
- m) Planear e assegurar a manutenção e conservação dos espaços verdes;
- n) Acompanhar projetos de investigação científica no domínio florestal, em articulação com instituições do ensino superior e outras entidades do setor;
- o) Acompanhar as ações delegadas nas Juntas de Freguesia nas áreas da gestão, requalificação e manutenção de espaços verdes;
- p) Promover ações de arborização de arruamentos e florestação de espaços públicos.

Artigo 20º

Divisão de Transportes e Oficinas

São atribuições da Divisão de Transportes e Oficinas:

- a) Assegurar a gestão técnica e operacional do parque de viaturas e máquinas do Município;
- b) Assegurar o controlo técnico e a manutenção ao equipamento mecânico afeto, em termos operacionais e patrimoniais, a outras unidades orgânicas;
- c) Assegurar as atividades de manutenção do parque de viaturas e máquinas do Município;
- d) Prestar apoio nas áreas técnicas para que esteja dotada aos outros serviços municipais;
- e) Definir as cláusulas contratuais da carteira de seguros relativas a todas as viaturas e máquinas municipais;
- f) Acompanhar, em caso de sinistro ou acidente, os procedimentos tendo em vista a defesa dos interesses municipais;
- g) Propor, apreciar e supervisionar tecnicamente os processos de aquisição e locação de viaturas e máquinas.



Subsecção V
Departamento de Educação e Coesão Social

Artigo 21º
Divisão de Educação

São atribuições da Divisão de Educação:

- a) Participar na conceção e no planeamento do sistema educativo local, designadamente: na coordenação da monitorização e revisão da Carta Educativa do Município, em articulação com outros serviços municipais competentes; na dinamização do Conselho Municipal de Educação; na definição anual da rede educativa local, em articulação com os serviços competentes da Administração Central;
- b) Assegurar, nos termos da lei, a representação do Município nos conselhos gerais dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Concelho;
- c) Participar no planeamento e na programação das novas construções escolares no que diz respeito aos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do Concelho, em articulação com outros serviços municipais competentes, com os serviços competentes da Administração Central e com os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Concelho;
- d) Participar na monitorização e definição das prioridades de intervenção ao nível da requalificação, ampliação e manutenção dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do Concelho, sob gestão ou competência da Câmara Municipal, em articulação com os serviços municipais competentes;
- e) Assegurar a gestão dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do Concelho, designadamente na renovação e requalificação do mobiliário e equipamento escolar, assim como na atribuição de verbas para aquisição de material didático ou outro e para fazer face a despesas de funcionamento corrente;
- f) Implementar ações no âmbito da ação social escolar, decorrentes de obrigações legais, assim como as medidas que decorrem de opções municipais e que integrem o Plano de Ação Social Escolar e Transportes Escolares (PASTE);
- g) Assegurar a gestão dos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública, sob gestão da Câmara Municipal;
- h) Assegurar a colocação e a gestão do pessoal não docente nos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública sob gestão da Câmara Municipal, em articulação com os serviços municipais competentes e os órgãos de direção dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Concelho;
- i) Assegurar a gestão dos transportes escolares, de acordo com a legislação em vigor e de outras regras definidas pela Câmara Municipal;
- j) Promover as Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF);
- k) Desenvolver ações conducentes à celebração de Acordos de Colaboração e Cooperação com diferentes instituições de educação e ensino e outras entidades



consideradas de interesse para a promoção de um sistema educativo mais eficaz e qualificado;

- l) Criar condições e dar apoio logístico ao bom funcionamento das Bibliotecas Escolares;
- m) Fomentar a articulação entre os estabelecimentos de ensino da rede pública, privada e solidária, com vista à complementaridade e sustentabilidade das ofertas educativas e formativas;
- n) Implementar um programa de apoios financeiros na área educativa, assente em normas e critérios objetivos, garantindo os princípios de rigor, transparência e imparcialidade.

Artigo 22º

Divisão de Projetos Educativos, Igualdade e Cidadania

São atribuições da Divisão de Projetos Educativos, Igualdade e Cidadania:

- a) Assegurar a participação do Município nas ações promovidas pela Associação Internacional das Cidades Educadoras, no contexto da implementação dos princípios da Carta das Cidades Educadoras;
- b) Contribuir para a melhoria qualitativa da Educação, através da implementação de programas, projetos e ações de formação e sensibilização no âmbito da prevenção e segurança, entre outros, destinados aos diferentes níveis de ensino;
- c) Promover o intercâmbio de informação e colaboração técnica com outros serviços do município e entidades exteriores no âmbito da educação extracurricular, promovendo e dinamizando programas, projetos e ações complementares de ação educativa com vista ao desenvolvimento pessoal, social, e cultural das crianças e jovens;
- d) Promover a sensibilização de crianças, jovens, famílias e a comunidade no âmbito da educação para a saúde, nomeadamente no domínio da alimentação saudável;
- e) Gerir e dinamizar do Programa de Educação Física e Desportiva na Escola em colaboração com a Comunidade Educativa e com entidades diretamente relacionadas;
- f) Assegurar as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) nas escolas do 1º ciclo do ensino básico, de acordo com a legislação em vigor;
- g) Promover ações conducentes à difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação no processo educativo;
- h) Promover e apoiar programas e projetos de educação inclusiva, adequados às crianças e jovens com necessidades específicas a frequentarem estabelecimentos de educação e ensino do Concelho;
- i) Assegurar o funcionamento do Serviço Municipal de Transportes Especiais dirigido a pessoas com deficiência que se encontrem a frequentar estabelecimentos de educação e ensino e/ou instituições com respostas na área da deficiência;
- j) Coordenar, monitorizar e programar atividades de reabilitação física e a integração social de alunos com necessidades específicas;



- k) Apoiar os planos de atividades das escolas no âmbito de ações socioeducativas, projetos educacionais e de intercâmbio escolar, em articulação com as unidades orgânicas competentes;
- l) Promover em articulação com instituições, entidades da sociedade civil e comunidade educativa local, projetos e ações de formação/informação de complementaridade educativa dirigidos aos alunos dos diferentes níveis de ensino, no âmbito da promoção da educação para a cidadania;
- m) Promover o contacto com o mundo rural, a valorização e preservação da natureza e do meio ambiente;
- n) Prosseguir o apoio às crianças e suas famílias, desenvolvendo programas específicos para o efeito;
- o) Colaborar com a Comunidade Educativa em projetos e iniciativas que potenciem a função socioeducativa da Escola, a promoção da qualidade das aprendizagens e o combate ao abandono escolar precoce e à exclusão social;
- p) Dinamizar o Banco Local de Voluntariado (BLV) promovendo a participação cívica dos indivíduos nas atividades das instituições/entidades do Concelho com vista a uma sociedade mais justa e solidária;
- q) Dinamizar áreas de investigação/ação em parceria com estabelecimentos de ensino públicos e privados, entidades sem fins lucrativos, instituições do ensino superior e o tecido social, cultural e económico local;
- r) Apoiar as escolas na articulação com a rede local, designadamente centros de saúde, hospitais, segurança social, CPCJ e outras entidades que proporcionem respostas complementares às necessidades dos(as) alunos(as) e suas famílias;
- s) Apoiar os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Concelho no âmbito da implementação de estratégias de educação inclusiva, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos(as) e de cada um(a) dos(as) alunos(as);
- t) Promover e desenvolver competências junto dos pais e encarregados de educação, através de intervenções individuais e/ou em grupo para uma participação ativa destes no processo educativo;
- u) Identificar problemáticas e necessidades específicas, em conjunto com a comunidade educativa visando respostas mais qualificantes e inovadoras, estabelecendo interação com os domínios científico-pedagógicos na área da educação, através da promoção e do desenvolvimento de ações de formação, espaços de debate e de intercâmbio de experiências educativas;
- v) Promover e apoiar iniciativas dos Agentes Educativos Locais, conducentes ao desenvolvimento da ligação da Escola à Formação e Inserção Profissional e cooperar com outros serviços, organismos e entidades, públicas e privadas, tendo em vista a realização de ações conjuntas em matéria de educação formal e não formal;



- w) Promover medidas de reconhecimento de boas práticas sociopedagógicas desenvolvidas pelos estabelecimentos de educação e ensino e valorizar o sucesso educativo dos alunos, mediante a atribuição de prémios de reconhecimento e mérito;
- x) Apoiar a conceção e implementação de estratégias, programas e iniciativas de intervenção precoce com vista à prevenção de comportamentos de risco;
- y) Promover os compromissos expressos na Carta Europeia para a Igualdade entre Homens e Mulheres na vida local;
- z) Instituir e assinalar o Dia Municipal da Igualdade e Cidadania;
- aa) Acompanhar a execução das medidas de política local na perspetiva da igualdade de género, cidadania e não discriminação, promover a formação dirigida aos/às trabalhadores/as, agentes da comunidade e população em geral e conceber programas/projetos/ações conducentes à promoção da igualdade de género, em colaboração com outras entidades de âmbito local, regional, intermunicipal, nacional e/ou internacional;
- bb) Sensibilizar para a utilização da linguagem e imagens inclusivas em todos os processos de comunicação interna e externa do Município;
- cc) Promover e gerir o Protocolo de Cooperação da Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis do Concelho de Odivelas;
- dd) Contribuir para a definição de políticas de prevenção e de combate a todas as formas de violência, através da conceção de programas/projetos/ações, em colaboração com outras entidades, e acompanhar a execução das medidas de política local na prevenção de todas as formas de violência e de tráfico de seres humanos;
- ee) Implementar projetos e atividades que promovam a integração, o respeito pela diversidade cultural e religiosa, a mediação e a educação interculturais, os direitos das minorias étnicas, das pessoas refugiadas e da população imigrante.

Artigo 23º

Divisão de Coesão Social

São atribuições da Divisão de Coesão Social:

- a) Elaborar e manter atualizada a carta social de equipamentos e serviços como instrumento de planeamento da intervenção municipal na área da coesão social;
- b) Operacionalizar o Programa da Rede Social no Concelho e assegurar o respetivo acompanhamento técnico e administrativo;
- c) Participar na conceção, elaboração e monitorização do Diagnóstico Social e respetivo Plano;
- d) Promover e dinamizar o atendimento social aos munícipes com vista a uma intervenção integrada no âmbito das várias problemáticas sociais;
- e) Assegurar a participação e integração do Município em redes locais, regionais, nacionais e transnacionais, comissões de acompanhamento, conselhos consultivos ou qualquer outra estrutura que permita captar recursos para a intervenção social;



- f) Promover a qualidade de vida, inclusão e participação na sociedade civil das pessoas idosas de acordo com os princípios da Rede Mundial das Cidades Amigas das Pessoas Idosas;
- g) Criar condições para a implementação da educação formal e não formal ao longo da vida em domínios como as línguas e a literacia digital, entre outros;
- h) Apoiar a construção e a gestão de equipamentos sociais em parceria com as entidades sociais;
- i) Assegurar e dinamizar respostas sociais solidárias complementares à intervenção e emergência na área social;
- j) Promover políticas/projetos/iniciativas e apoiar programas integrados de coesão social, em parceria com as entidades sociais, visando a inclusão social de grupos sociais mais desfavorecidos;
- k) Incentivar e promover a criação de estruturas e atividades de apoio a grupos socialmente vulneráveis;
- l) Apoiar entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, sedeadas e/ou a desenvolver atividades de intervenção social no Concelho;
- m) Executar medidas de política social destinadas a grupos sociais específicos, nomeadamente de prevenção e apoio à maternidade precoce, infância, deficiência, seniores, sem-abrigo, entre outros;
- n) Prevenir, intervir e acompanhar situações de vulnerabilidade e exclusão social;
- o) Promover campanhas de sensibilização e realizar ações de formação e informação em temáticas específicas na área da intervenção social e do envelhecimento ativo;
- p) Articular/colaborar com as estruturas locais de apoio às crianças em situação de risco e/ou outros grupos em situação de vulnerabilidade;
- q) Prosseguir o apoio aos munícipes seniores, desenvolvendo programas específicos para o efeito;
- r) Dinamizar atividades e programas de combate ao isolamento e à promoção do envelhecimento ativo, em colaboração com entidades com respostas sociais de apoio à população sénior;
- s) Promover a realização de estudos com vista à avaliação das condições sócio habitacionais das famílias residentes no parque habitacional municipal e nos núcleos de construções precárias sob sua responsabilidade;
- t) Assegurar a gestão social dos núcleos de alojamento provisório e das áreas abrangidas por programas de realojamento, promovendo a implementação de políticas, programas e projetos de intervenção comunitária;
- u) Assegurar o recenseamento das famílias residentes em alojamentos precários, incluídas em programas e/ou operações de realojamento;
- v) Desenvolver as ações necessárias ao realojamento das famílias incluídas em programas com esse objetivo;



- w) Acompanhar e apoiar os agregados familiares recenseados no âmbito do PER, PROHABITA e outros programas nas fases pré e pós realojamento;
- x) Promover a participação e inserção social dos moradores dos bairros;
- y) Efetuar o atendimento e acompanhamento dos munícipes, no âmbito das carências habitacionais e propor medidas adequadas para a resolução dos problemas identificados;
- z) Promover o intercâmbio de informação e colaboração técnica com outros serviços do município e entidades exteriores à Câmara Municipal no contexto do acompanhamento de casos sociais específicos cuja problemática inclua a habitação;
- aa) Implementar Protocolos de Cooperação que venham a ser celebrados pela Câmara Municipal com entidades públicas e/ou privadas no contexto da intervenção social e comunitária em bairros municipais e áreas de alojamento provisório;
- bb) Coordenar o funcionamento dos Gabinetes de Intervenção Social na ótica de descentralização dos serviços de atendimento e intervenção social;
- cc) Implementar um programa de apoios financeiros na área social, assente em normas e critérios objetivos, garantindo os princípios de rigor, transparência e imparcialidade.

Artigo 24º

Gabinete de Saúde

São atribuições do Gabinete de Saúde:

- a) Promover e acompanhar todas as situações e ações em matéria de Saúde, num quadro de articulação e parceria com as diferentes entidades com intervenção e atribuições neste domínio, tendo em vista contribuir para a melhoria das condições de saúde da população que reside, trabalha e estuda no concelho através da implementação de programas e projetos de educação para a saúde, dirigidos aos diferentes estratos populacionais e grupos profissionais;
- b) Promover a igualdade no acesso aos cuidados primários da saúde, participando no planeamento, conceção e acompanhamento da construção de equipamentos de saúde no concelho de Odivelas;
- c) Participar na definição de políticas e de ações de saúde pública levadas a cabo pelas delegações de saúde concelhias;
- d) Participar, nos termos da lei, nos órgãos consultivos dos estabelecimentos integrados e de acompanhamento/avaliação do Serviço Nacional de Saúde (SNS);
- e) Operacionalizar ações e atividades com ênfase na promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis e de prevenção da doença, promovendo o envolvimento das diversas entidades do Concelho numa participação mais ativa em defesa da saúde da população;
- f) Apoiar e promover a definição de estratégias locais suscetíveis de favorecer a obtenção de ganhos em saúde, em articulação com as estruturas e as entidades com responsabilidades na área da promoção e educação para a saúde;



- g) Assegurar a implementação, gestão e apoio a diversos planos/programas/projetos de intervenção estratégica relacionados com as áreas da Saúde, colaborando com diferentes instituições e entidades com intervenção e responsabilidades nestas áreas;
- h) Promover ações de rastreio na população do concelho de Odivelas, através de parcerias e protocolos com instituições públicas ou privadas em áreas diversas no âmbito da prevenção da doença;
- i) Promover a formação/informação no âmbito da educação para a saúde junto dos diferentes estratos populacionais da comunidade;
- j) Elaborar documento com a identificação dos equipamentos e serviços de saúde do Concelho, e respetivos recursos, em colaboração com as entidades que os gerem;
- k) Desenvolver o projeto “Odivelas, Concelho Saudável”, em articulação direta com a Associação da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis e a Organização Mundial de Saúde, apoiando e promovendo a definição de estratégias locais suscetíveis de favorecer a obtenção de ganhos em saúde, baseadas nos princípios essenciais do projeto Cidades Saudáveis;
- l) Participar na elaboração do Plano Local de Saúde do ACES Loures-Odivelas em estreita articulação com as instituições e entidades com competências diretas ou indiretas na área da promoção da saúde e se identifiquem como relevantes;
- m) Celebrar anualmente o Dia Municipal da Prevenção das Toxicodependências e Outros Comportamentos de Risco;
- n) Participar no Conselho da Comunidade, órgão do ACES Loures-Odivelas.

Subsecção VI

Departamento de Desporto, Cultura e Turismo

Artigo 25º

Divisão de Desenvolvimento Desportivo

São atribuições da Divisão de Desenvolvimento Desportivo:

- a) Apoiar e colaborar com o associativismo desportivo, em especial os clubes/coletividades desportivas com estatuto de utilidade pública, no estrito cumprimento dos seus objetivos de promoção, generalização e desenvolvimento do Desporto;
- b) Implementar um programa de apoios financeiros ao associativismo desportivo, assente em normas e critérios objetivos, garantindo os princípios de rigor, transparência e imparcialidade;
- c) Apoiar e garantir a organização de eventos desportivos, quer da iniciativa do Município, quer de parcerias estabelecidas com o movimento associativo desportivo concelhio, quer ainda eventos resultantes de parcerias externas;
- d) Promover o desenvolvimento do Desporto, através da adoção de programas e projetos que visem a diversificação da oferta desportiva, o aumento do número de praticantes, a



manutenção da sua saúde e condição física e a melhoria da qualidade das práticas, no âmbito das diversas vertentes do Desporto, designadamente na formação, recreação e lazer e rendimento;

- e) Elaborar e manter atualizada a Carta Desportiva do Concelho de Odivelas (CDCO), como instrumento de planeamento e suporte à definição da política desportiva municipal;
- f) Criar um Sistema de Informação Desportiva (SID), como instrumento complementar de apoio à decisão;
- g) Dinamizar e acompanhar o funcionamento do Conselho Municipal do Desporto;
- h) Desenvolver as ações necessárias que visem a qualificação dos equipamentos desportivos municipais, de modo a salvaguardar a sua qualidade, adequação para as diferentes práticas desportivas e segurança dos seus utilizadores;
- i) Promover a rentabilização da utilização das instalações sob gestão desta unidade orgânica, designadamente instalações desportivas, incluindo o Pavilhão Multiusos, a Piscina Municipal e a Quinta das Águas Férreas.

Artigo 26º

Divisão de Cultura e Turismo

São atribuições da Divisão de Cultura e Turismo:

- a) Promover projetos e programas para a criação de infraestruturas/equipamentos culturais, bem como assegurar uma gestão dinâmica, responsável e flexível dos equipamentos que se encontram sob a sua responsabilidade, nomeadamente o Centro de Exposições, o Posto de Turismo e a rede de Bibliotecas Municipais;
- b) Despertar e desenvolver, junto da comunidade em geral, o gosto pelas diversas formas de manifestação artística;
- c) Colaborar e dar apoio próximo às organizações associativas e a outras estruturas da comunidade, com vista à concretização de projetos e programas culturais;
- d) Promover e incentivar o desenvolvimento dos recursos locais no sentido do enriquecimento e preservação do Património Artístico, Histórico, Arquitetónico e Arqueológico existente no Concelho;
- e) Incentivar a investigação e a elaboração de estudos de suporte e enriquecimento da cultura local;
- f) Promover projetos e ações de formação/sensibilização que contribuam para o aumento dos níveis de literacia da população do Concelho e para o reforço das competências de utilização da língua materna;
- g) Disponibilizar livros e recursos documentais diversos que contribuam para formar pensadores críticos, e utilizadores efetivos da informação, em todos os suportes e meios de comunicação;
- h) Promover diversas atividades de animação e divulgação cultural e outras iniciativas de promoção do livro e da leitura;



- i) Dinamizar serviços inovadores e especiais, contribuindo para a descentralização do acesso à informação;
- j) Editar publicações de divulgação e promoção do Município;
- k) Participar na definição das políticas de turismo que digam respeito ao concelho, prosseguidas pelos organismos ou instituições envolvidas, bem como participar nos órgãos das regiões de turismo;
- l) Assegurar a realização das atividades de iniciativa municipal, ou a que o Município se obrigue num quadro de cooperação institucional, visando a promoção do turismo designadamente como atividade económica e como prestação de serviços aos cidadãos;
- m) Estudar e promover medidas de estímulo aos operadores turísticos, hoteleiros e outros que se distingam pelo espírito de serviço, de iniciativa e de inovação em prol do turismo e prática da qualidade que prestigie o Município;
- n) Promover a divulgação do património cultural e paisagem de interesse patrimonial na perspetiva turística;
- o) Promover, em geral, atividades de interesse turístico;
- p) Implementar um programa de apoios financeiros ao associativismo cultural, assente em normas e critérios objetivos, garantindo os princípios de rigor, transparência e imparcialidade.

Artigo 27º

Gabinete de Juventude

São atribuições do Gabinete de Juventude:

- a) Assegurar a execução da política e dos objetivos municipais definidos para a área da juventude, promovendo e apoiando projetos que visem uma maior diversidade e qualidade de atividades/serviços, em articulação com outros serviços municipais e/ou instituições/associações que atuem na área;
- b) Promover e dinamizar o Conselho Municipal de Juventude bem como o Associativismo Juvenil, formal e/ou informal, incentivando o exercício de uma cidadania ativa e participativa;
- c) Implementar e apoiar projetos que contribuam para a prevenção de comportamentos de risco e de fatores de exclusão dos jovens;
- d) Promover e apoiar projetos que estimulem o empreendedorismo e a inovação jovem;
- e) Assegurar diretamente os serviços de informação e apoio aos jovens, facilitando o acesso a oportunidades e mecanismos específicos de apoio, existentes em diversos âmbitos;
- f) Implementar um programa de apoios financeiros ao associativismo juvenil, assente em normas e critérios objetivos, garantindo os princípios de rigor, transparência e imparcialidade.



Secção II

Das Atribuições dos Gabinetes

Artigo 28º

Gabinete de Apoio à Presidência

Compete ao Gabinete de Apoio à Presidência prestar assessoria técnica e administrativa ao Presidente da Câmara Municipal designadamente:

- a) Secretariado;
- b) Assessoria técnica dos domínios jurídico, do desenvolvimento económico e social local e regional, da organização e gestão municipal, das relações institucionais e outros domínios julgados convenientes;
- c) Assessoria relativa à definição e prossecução das políticas municipais;
- d) Assegurar a boa prossecução das relações institucionais do Município com os órgãos e estruturas dos poderes central e regional, com outras instituições públicas e privadas com atividade relevante no Município, assim como com outros Municípios e Associações de Municípios;
- e) Promover os contactos com os serviços do Município e organizar a agenda e outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Presidente.

Artigo 29º

Gabinete de Apoio à Vereação

Compete ao Gabinete de Apoio à Vereação prestar apoio técnico e administrativo ao conjunto dos vereadores que exerçam funções a tempo inteiro ou a meio tempo designadamente, a organização, coordenação e execução de todas as atividades inerentes à assessoria e secretariado.

Artigo 30º

Serviço Municipal de Proteção Civil

São atribuições do Serviço Municipal de Proteção Civil:

- a) Assegurar a articulação e colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, bem como os demais agentes de proteção civil local;
- b) Assegurar o cumprimento das competências decorrentes da Lei de Bases da Proteção Civil, adaptada à escala municipal, bem como de legislação complementar;
- c) Acompanhar e promover as ações relativas às Associações de Bombeiros Voluntários existentes na área do Município, nomeadamente no acompanhamento e apoio financeiro ou outro;
- d) Inventariar e atualizar permanentemente as bases de dados de meios e recursos existentes no concelho na área da Proteção Civil;
- e) Identificar as situações de maior risco potencial na área do Município, promovendo a elaboração, revisão e atualização permanente dos diversos instrumentos de



- planeamento (Plano Municipal de Emergência, Planos de Emergência Específicos, Planos de Contingência e Planos de Coordenação de Eventos);
- f) Promover a execução de exercícios e simulacros de forma regular;
 - g) Colaborar, sempre que solicitado, na elaboração de planos de emergência externos;
 - h) Implementar e coordenar a Rede Municipal de Voluntários de Proteção Civil;
 - i) Requerer, em situação de emergência e sempre que se justifique, a colaboração de outros serviços da Câmara Municipal, solicitando a sua intervenção imediata, garantindo a funcionalidade e a eficácia do sistema de proteção civil na resposta às situações de emergência;
 - j) Apoiar os estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, e demais instituições ou entidades, na elaboração dos seus planos de segurança e respetivas medidas de autoproteção;
 - k) Assegurar o alojamento e a assistência imediata e transitória das populações vítimas de acidentes graves ou catástrofes, decorrentes de fenómenos naturais ou antrópicos;
 - l) Promover a realização, pelas entidades legalmente competentes, de vistorias a unidades económicas, instituições sociais e outras, no que respeita a condições de risco;
 - m) Promover a adequada informação e sensibilização dos cidadãos relativamente às questões da Proteção Civil, através de campanhas de prevenção e sensibilização;
 - n) Indicar, na iminência de acidentes graves ou catástrofes, as orientações, medidas preventivas e procedimentos a ter em conta pela população;
 - o) Ministras ações de sensibilização nas Escolas e em outras entidades públicas e privadas;
 - p) Elaborar e atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Artigo 31º

Serviço de Veterinária Municipal

1 - São atribuições do Serviço de Veterinária Municipal:

- a) Colaborar na execução das tarefas de inspeção higio-sanitárias das instalações para alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos comerciais ou industriais onde se abatam, preparem, produzam, transformem, fabriquem, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados;
- b) Efetuar vistorias a veículos de transporte de produtos alimentares;
- c) Emitir parecer, nos termos da legislação vigente, sobre as instalações, estabelecimentos e veículos referidos nas alíneas anteriores;
- d) Apoiar as brigadas de fiscalização da ASAE, bem como efetuar peritagens por nomeação do Ministério Público ou em ações de rotina;
- e) Elaborar e remeter, nos prazos fixados, a informação relativa ao movimento nosonecológico dos animais;



- f) Notificar, de imediato, as doenças de declaração obrigatória e adotar prontamente as medidas de profilaxia determinadas pela Autoridade Sanitária Veterinária Nacional sempre que sejam detetados casos de doenças de carácter epizoótico;
- g) Emitir guias sanitárias de trânsito;
- h) Participar nas campanhas de saneamento ou de profilaxia determinadas pelas autoridades competentes;
- i) Colaborar na realização do recenseamento de animais, de inquéritos de interesse pecuário e ou económico e prestar informação técnica sobre a abertura de novos estabelecimentos de comercialização, de preparação e de transformação de produtos de origem animal;
- j) Gerir o Consultório Veterinário Municipal;
- k) Realizar cirurgias e outros tratamentos aos animais que deles necessitem;
- l) Recolher e encaminhar animais errantes;
- m) Recolher e encaminhar cadáveres de animais para destino final;
- n) Apoiar munícipes de comprovada insuficiência económica e/ou física no transporte dos seus animais domésticos para atendimento no Consultório Veterinário Municipal;
- o) Elaborar o regulamento do CORACO e assegurar o seu cumprimento;
- p) Promover o regular funcionamento do CORACO (Centro Oficial de Recolha de Animais do Concelho de Odivelas), em termos de higiene e bem-estar animal;
- q) Gerir o efetivo animal do CORACO;
- r) Promover uma rede de adoção, em colaboração com a população em geral e com associações de proteção animal;
- s) Realizar campanhas de sensibilização e informação da população, no âmbito das suas atribuições;
- t) Desenvolver o Programa de Esterilização de Animais Errantes;
- u) Divulgar e desenvolver a Rede de Escolas Amigas dos Animais;
- v) Colaborar com as Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa ou quaisquer outras entidades idóneas na realização de iniciativas que visem a promoção do bem-estar animal.

2 – As atribuições legais e regulamentares previstas no número anterior bem como outros procedimentos técnico-legais cuja competência esteja cometida à Autoridade Médica Veterinária Municipal, serão exercidas pelo Médico Veterinário Municipal.



Artigo 32º

Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo

São atribuições do Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo:

- a) Produzir e difundir informação escrita e audiovisual relativa à atividade dos Órgãos e Serviços Municipais;
- b) Assegurar uma adequada articulação com os órgãos de comunicação social nacionais, regionais e locais, com vista à difusão de informação municipal;
- c) Realizar, ou encomendar, estudos e sondagens de opinião pública relativos à vida local, em articulação com outros Serviços municipais;
- d) Promover a imagem pública dos Serviços, dos edifícios municipais e do espaço público, solicitando, para o efeito, a intervenção dos competentes serviços municipais;
- e) Assegurar as funções de protocolo nas cerimónias e atos oficiais do Município;
- f) Organizar as deslocações oficiais do Presidente e Vereadores, no país e no estrangeiro, e a receção e estadia de convidados do Município;
- g) Apoiar a realização de iniciativas promocionais;
- h) Assegurar as atividades de produção gráfica e audiovisual e os suportes técnicos da sua difusão.

Artigo 33º

Gabinete de Planeamento Estratégico e Projetos Especiais

1 - São atribuições do Gabinete de Planeamento Estratégico e Projetos Especiais:

- a) Promover e concretizar ações tendo em vista o planeamento estratégico para o desenvolvimento do Concelho;
- b) Promover a recolha e análise de toda a informação produzida com base na realidade existente no Concelho, bem como estudos e relatórios que identifiquem as tendências e projeções de futuro;
- c) Reunir e sistematizar dados e documentos, nas diferentes matérias e especialidades relevantes para o território, por forma a produzir documentação de orientação estratégica, que esteja disponível ao Executivo e Estrutura Municipal;
- d) Apoiar o processo de decisão técnica e política, tendo como base a orientação estratégica para o desenvolvimento sustentado do Município;
- e) Promover o alinhamento com os processos de ordenamento territorial de ordem superior, nomeadamente: planos e programas nacionais de desenvolvimento estratégico, planos regionais e especiais de ordenamento do território, planos supramunicipais, projetos e investimentos para infraestruturas supramunicipais, garantindo e apoiando a articulação com as diferentes tutelas envolvidas;
- f) Dinamizar a colaboração com instituições de ensino superior, no sentido da produção de investigação académica e elaboração de estudos que permitam o apoio ao desenvolvimento de documentos de orientação estratégica;



- g) Coordenar e dinamizar o processo de monitorização do Plano Diretor Municipal e propor a abertura de processos de revisão, alteração ou suspensão do mesmo, bem como averiguar a necessidade de elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial;
- h) Acompanhar, monitorizar e avaliar os diversos estágios dos processos de ordenamento do território em curso;
- i) Coordenar projetos especiais e estudos sobre projetos que, pela sua importância, singularidade ou urgência, devam ser acompanhados pelo Executivo Municipal ou pelo seu Presidente;
- j) Promover o desenvolvimento da estratégia de mobilidade e da rede de transportes públicos, em articulação com a AML e monitorizar os processos subsequentes;
- k) Planear e acompanhar o desenvolvimento de projetos no domínio da rede viária, acessibilidades e estacionamento;
- l) Assegurar o acompanhamento e a negociação, ao nível estratégico, das intervenções da administração central e de empresas concessionárias ou operadoras de transportes nos domínios das acessibilidades e das redes infraestruturais;
- m) Articular, com outras unidades orgânicas competentes, o planeamento e gestão das cartas educativa, equipamentos sociais, cultural, desportiva e outras consideradas relevantes para a atividade municipal;
- n) Elaborar estudos, planear e acompanhar a execução de projetos e de equipamentos estratégicos para o Município no domínio da energia.

2 – Cabe ainda ao Gabinete de Planeamento Estratégico e Projetos Especiais a promoção da criação das condições para o aproveitamento de oportunidades relevantes, otimizando as potencialidades existentes no Concelho, através de um processo sistemático e contínuo de produção de informação que suporte a tomada de decisão, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do Concelho.

Artigo 34º

Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento

São atribuições do Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento:

- a) Promover e orientar o processo de informatização municipal de forma a assegurar-lhe coerência, fiabilidade e eficácia e, de um modo geral, promover a utilização extensiva de tecnologias de informação e de comunicação adaptadas à atividade municipal;
- b) Analisar, de modo continuado, no quadro das medidas de organização estrutural e funcional dos serviços e de desburocratização e modernização administrativa, as necessidades e prioridades dos diversos serviços quanto a soluções informáticas;
- c) Propor, apreciar e supervisionar tecnicamente os processos de aquisição e locação de equipamentos e de suportes lógicos;



- d) Assegurar a administração, a manutenção e a adequada exploração dos sistemas informáticos e de comunicação instalados, incluindo os respetivos sistemas de proteção, segurança e controlo de acesso;
- e) Gerir e operar os sistemas municipais de comunicações, compreendendo as redes telefónica e de transmissão de dados.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 35º

Interpretação

É da competência da Câmara Municipal decidir sobre eventuais dúvidas de interpretação ou omissões do presente Regulamento.

Artigo 36º

Entrada em vigor

A presente estrutura entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte à publicação no Diário da República da estrutura orgânica nuclear e dos despachos previstos nos n.ºs 3 e 5 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

